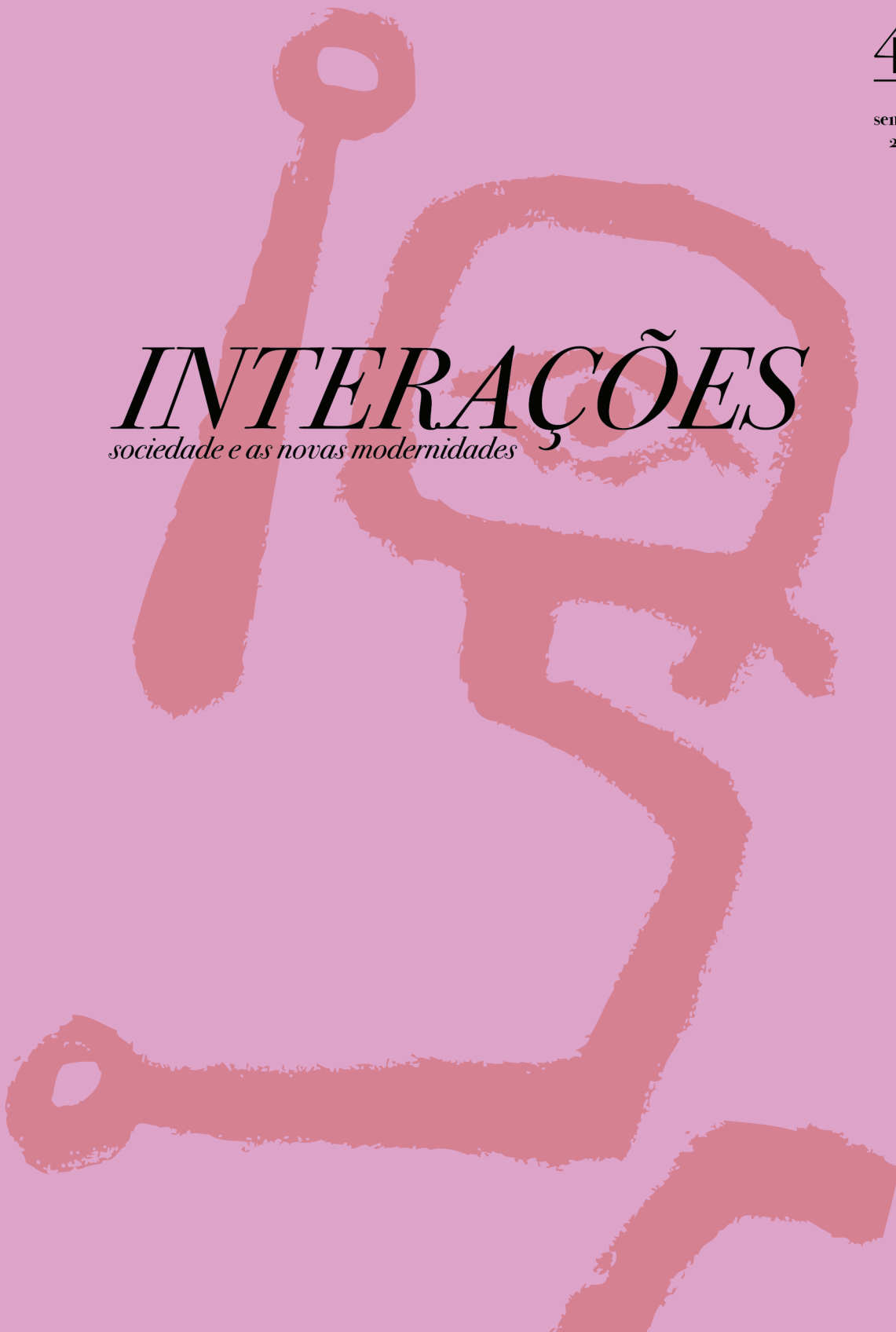


49

2º
semestre
2025

INTERAÇÕES

sociedade e as novas modernidades



INTERAÇÕES

sociedade e as novas modernidades

49
2º
semestre
2025

3 PREFÁCIO/PREFACE

ARTIGOS/ARTICLES

- 11 Green Practices in Micro-Enterprises of the Iberian Hospitality Sector
Práticas Sustentáveis em Microempresas do Setor Hoteleiro Ibérico
Maria Cunha
- 31 O “Eu” do Prefeito no Relatório de Gestão Consolidado: Uma comparação do conteúdo das mensagens dos prefeitos nas prestações de contas municipais do Piauí
The Mayor’s ‘I’ in the Consolidated Management Report: A Comparison of the Content of Mayors’ Messages in Municipal Accountability Reports from Piauí
Victor Silva Guimarães, Mauricio Mendes Boavista de Castro, João Carlos Hipólito Bernardes do Nascimento, Alexandre Rodrigues Santos, Leonardo Victor de Sá Pinheiro
- 51 Motivação, Saúde e Bem-Estar no Trabalho: Caminhos para um Equilíbrio Sustentável
Motivation, Health and Well-Being at Work: Paths to Sustainable Balance
Maria Leonor Ferreira Duarte, Célia Santos, Bruno Cordeiro, Gabriela Pedro Gomes
- 79 Consumer Vulnerability and Financial Well-Being: A Study on Credit Consumption Among Young Entrepreneurs at the Pernambuco’s Clothing Cluster in Brazil
Vulnerabilidade do Consumidor e Bem-Estar Financeiro: Um Estudo sobre o Consumo de Crédito entre Jovens Empreendedores do Polo de Confecções de Pernambuco, no Brasil
Talita da Silva Andrade, Elielson Oliveira Damascena
- 105 O Trabalho de Profissionais Offshore à Luz da Psicodinâmica do Trabalho
The Work of Offshore Professionals in the Light of Psychodynamics of Work
Ana Zenilce Moreira, Ana Cristina Batista dos Santos
- 129 Crise Estrutural do Capital e Suas Repercussões no Brasil:
Um Estudo sobre a Disputa pelo Fundo Público de Educação em Tempos Neoliberais (2010-2024)
*Structural Crisis of Capital and Its Repercussions in Brazil:
A Study on the Dispute over the Public Education Fund in Neoliberal Times (2010–2024)*
Francisco dos Santos Neto, Reinaldo Nobre Pontes, Sônia Mafalda Pereira Ribeiro
129-153

ENSAIOS/ESSAYS

- 154 Evolution of Social & Behaviour Change (SBC) Space: Indonesia Marches Ahead
Evolução do Espaço da Mudança Social e Comportamental (SBC): A Indonésia Avança a Bom Ritmo
Deepak Gupta, Sunetra Ghosh, Ravi Prakash

Prefácio

O presente número da *Interações. Sociedade e Novas Modernidades* reúne trabalhos que abordam, a partir de perspectivas teóricas e metodológicas distintas, temas situados em diferentes domínios das ciências sociais contemporâneas. Os artigos incidem sobre problemáticas relacionadas com sustentabilidade, governação pública, trabalho, consumo, bem-estar e políticas públicas, com escalas de análise que vão do plano organizacional e das experiências individuais ao plano estrutural das transformações económicas e institucionais. Os contributos resultam de investigações conduzidas em contextos geográficos diversos, incluindo a Península Ibérica, o Brasil e a Indonésia.

No primeiro artigo deste número, Maria Cunha analisa a incorporação de práticas ambientais no setor da hotelaria e restauração na Península Ibérica, num contexto marcado por exigências crescentes de sustentabilidade e por limitações estruturais próprias das micro e pequenas empresas. O estudo procura compreender de que modo estas organizações integram práticas verdes no seu funcionamento quotidiano e como essas iniciativas são percecionadas por trabalhadores e clientes. A investigação recorre a uma abordagem quantitativa, baseada na aplicação de questionários a estabelecimentos de alojamento e restauração, incidindo sobre dimensões como eficiência energética, gestão da água, tratamento de resíduos e envolvimento dos *stakeholders*. Os resultados revelam uma adoção consistente de práticas de baixo custo e natureza comportamental, contrastando com a implementação mais limitada de soluções tecnológicas ou investimentos estruturais, frequentemente condicionados por restrições financeiras e organizacionais. Ao evidenciar a distância entre consciência ambiental e capacidade efetiva de ação, o artigo contribui para o debate sobre turismo sustentável e tem implicações relevantes para políticas públicas e estratégias de apoio mais ajustadas à realidade das microempresas do setor.

No plano da governação pública, o artigo de Victor Silva Guimarães e colegas centra-se na análise do discurso presente nas mensagens dos presidentes de câmara incluídas nos Relatórios de Gestão Consolidada dos municípios do estado brasileiro do Piauí. O estudo explora a construção discursiva do “eu” do decisor político em do-

cumentos formais de prestação de contas, articulando as dimensões da transparência e da comunicação institucional. Com base numa análise comparativa de conteúdo, sustentada na teoria da agência e no modelo de Relato Integrado, os autores identificam padrões discursivos recorrentes, estratégias de auto-representação e diferentes níveis de personalização da mensagem política. A investigação evidencia como as exigências normativas de prestação de contas coexistem com processos de legitimação simbólica e de construção de imagem pública dos autarcas. Incidindo sobre um documento ainda pouco explorado na literatura académica, o estudo contribui para os debates sobre governação e fiscalização pública ao revelar tensões entre retórica política e controlo social, abrindo novas linhas de investigação sobre linguagem, poder e responsabilização no setor público.

Maria Leonor Duarte, Célia Santos, Bruno Cordeiro e Gabriela Pedro Gomes propõem uma reflexão integrada sobre a relação entre motivação, saúde e bem-estar no contexto laboral. Num cenário marcado pela intensificação do trabalho e pela crescente atenção à saúde mental, o artigo sublinha a centralidade destas dimensões para a sustentabilidade das organizações contemporâneas. A partir de uma revisão sistemática da literatura recente, os autores analisam abordagens teóricas e empíricas que articulam motivação, saúde ocupacional e bem-estar no trabalho, identificando tendências dominantes e lacunas de investigação. A análise evidencia a interdependência entre estes domínios e destaca o papel das políticas organizacionais, das condições de trabalho e dos estilos de liderança na promoção de ambientes profissionais mais saudáveis e equilibrados. Ao articular contributos teóricos com implicações práticas, reforça a ideia de que investir no bem-estar dos trabalhadores é simultaneamente uma exigência ética e um fator estratégico de sustentabilidade organizacional.

No artigo seguinte, Talita da Silva Andrade e Elielson Oliveira Damascena analisam a relação entre vulnerabilidade do consumidor e bem-estar financeiro no contexto do consumo de crédito por jovens empreendedores do polo de confeções de Pernambuco. O estudo parte das dinâmicas comerciais de um território marcado por microatividades produtivas, dependência de liquidez imediata e acesso restrito a instrumentos formais de financiamento. A análise centra-se nas experiências de jovens empreendedores que recorrem ao crédito para viabilizar a produção, gerir stocks e responder a flutuações sazonais de procura. São discutidas perceções de risco, condições de contratação, assimetrias de informação e níveis diferenciados de literacia financeira. O texto mobiliza conceitos associados à investigação transformativa do consumidor e aos estudos sobre bem-estar financeiro, procurando observar como

decisões de financiamento se articulam com trajetórias profissionais em ambientes sujeitos a incerteza económica. O artigo descreve a forma como o crédito é incorporado como instrumento de sobrevivência empresarial, bem como os efeitos que essa dependência pode ter na estabilidade financeira e nas margens de escolha dos jovens empreendedores inseridos num sistema produtivo local.

Ana Zenilce Moreira e Ana Cristina Batista dos Santos observam o trabalho *offshore*, tomando como referência analítica a Psicodinâmica do Trabalho. O texto incide sobre as condições laborais em plataformas de petróleo e gás, considerando regimes de embarque prolongados, organização do tempo, isolamento geográfico e intensificação de exigências físicas e psíquicas. Com base em entrevistas em profundidade, as autoras discutem tipologias de atividade, formas de prescrição do trabalho e estratégias de regulação subjetiva mobilizadas pelos trabalhadores. O foco recai sobre a distância entre trabalho prescrito e trabalho real, a gestão das margens de autonomia e a construção de significados individuais face às condições de risco, vigilância e controle organizacional. A análise integra elementos relativos às formas coletivas de apoio, às relações hierárquicas e às percepções de reconhecimento profissional, situando o trabalho *offshore* num cenário marcado por constrangimentos de ordem logística e institucional. O artigo contribui para caracterizar experiências laborais diferenciadas, observando como os trabalhadores negociam quotidianamente exigências de rendimento, segurança e permanência no setor.

As repercussões da crise estrutural do capitalismo no financiamento da política de educação no Brasil entre 2010 e 2024 são examinadas por Francisco dos Santos Neto, Reinaldo Nobre Pontes e Sónia Mafalda Ribeiro. O estudo inscreve-se numa perspetiva crítica inspirada no referencial marxiano, tomando como ponto de partida a relação entre reestruturação produtiva, neoliberalização das políticas públicas e disputa pelo fundo estatal. A investigação combina pesquisa bibliográfica e documental, recorrendo a dados oficiais do sistema orçamental federal para descrever fluxos de investimento, retração de despesas, prioridades governativas e alterações verificadas ao longo das administrações de Dilma Rousseff, Michel Temer, Jair Bolsonaro e Luiz Inácio Lula da Silva. A análise considera indicadores de emprego, precarização laboral, políticas compensatórias e efeitos do desfinanciamento sobre programas educacionais sensíveis à oscilação do ciclo económico. O artigo organiza a leitura por blocos temporais, permitindo observar continuidades e ruturas entre diferentes orientações executivas e parlamentares, acompanhando as transformações do financiamento público num período marcado por instabilidade económica, tensões

políticas e redefinição das responsabilidades estatais.

O presente número encerra com um ensaio de Deepak Gupta, Sunetra Goshi e Ravi Prakash dedicado à evolução do campo da *Social and Behaviour Change* (SBC) na Indonésia. O texto articula dados demográficos, enquadramento institucional e percursos históricos do sector, desde modelos lineares centrados em transmissão de informação até abordagens socioecológicas e participativas que incorporam comunidades, normas sociais e constrangimentos estruturais. Os autores descrevem o papel da governação descentralizada, a diversidade linguística e territorial, bem como as disparidades no acesso a serviços públicos, situando a agenda SBC num contexto caracterizado por desigualdades e trajetórias de desenvolvimento regionais assimétricas. O texto analisa também a relação entre estratégias de comunicação, políticas de saúde materno-infantil, campanhas de vacinação, nutrição e tecnologias digitais empregues na mobilização populacional. A discussão inclui referências a transições metodológicas, experiências de campo e adaptações locais de modelos globais, observando a forma como conceitos, instrumentos e mecanismos de intervenção são reconfigurados por condições culturais e institucionais específicas da Indonésia contemporânea.

Vasco Almeida

Maria João Barata

Preface

The present issue of *Interações. Sociedade e Novas Modernidades* brings together contributions that address, from distinct theoretical and methodological perspectives, topics situated across different domains of contemporary social sciences. The articles focus on issues related to sustainability, public governance, labour, consumption, well-being, and public policy, with scales of analysis ranging from organisational dynamics and individual experiences to the structural level of economic and institutional transformations. The contributions result from research conducted in diverse geographical settings, including the Iberian Peninsula, Brazil, and Indonesia.

In the opening article, Maria Cunha examines the incorporation of environmental practices in the hospitality and restaurant sector in the Iberian Peninsula, in a context marked by growing sustainability requirements and by the structural constraints faced by micro and small enterprises. The study seeks to understand how these organisations integrate green practices into their everyday operations and how such initiatives are perceived by workers and customers. It adopts a quantitative approach based on questionnaires administered to accommodation and restaurant establishments, focusing on dimensions such as energy efficiency, water management, waste treatment, and stakeholder engagement. The results reveal consistent adoption of low-cost and behaviour-oriented practices, contrasting with the more limited implementation of technological solutions or structural investments, which are often constrained by financial and organisational limitations. By highlighting the gap between environmental awareness and effective capacity for action, the article contributes to debates on sustainable tourism and has relevant implications for public policies and support strategies that better align with the realities of micro-enterprises in the sector.

In the field of public governance, the article by Victor Silva Guimarães and colleagues focuses on discourse produced in the messages of municipal mayors included in the Consolidated Management Reports of municipalities in the Brazilian state of Piauí. The study explores the discursive construction of the political decision-maker's

“self” in formal accountability documents, articulating dimensions of transparency and institutional communication. Drawing on comparative content analysis informed by agency theory and the Integrated Reporting model, the authors identify recurring discursive patterns, strategies of self-representation and varying degrees of personalisation in the political message. The investigation shows how the normative requirements of accountability coexist with processes of symbolic legitimation and of public image construction by local elected officials. By analysing a type of document still scarcely explored in the academic literature, the study contributes to debates on governance and public scrutiny by revealing tensions between political rhetoric and social control, opening new lines of enquiry into language, power and accountability in the public sector.

Maria Leonor Duarte, Célia Santos, Bruno Cordeiro, and Gabriela Pedro Gomes offer an integrated reflection on the relationship between motivation, health, and well-being in the workplace. In a context characterised by the intensification of work and heightened attention to mental health, the article underlines the centrality of these dimensions for the sustainability of contemporary organisations. Drawing on a systematic review of recent literature, the authors examine theoretical and empirical approaches linking motivation, occupational health, and well-being at work, identifying dominant trends and research gaps. The analysis highlights the interdependence among these domains and emphasises the role of organisational policies, working conditions, and leadership styles in promoting healthier, more balanced professional environments. By articulating theoretical contributions with practical implications, the article reinforces the idea that investment in workers’ well-being is simultaneously an ethical requirement and a strategic factor for organisational sustainability.

In the following article, Talita da Silva Andrade and Elielson Oliveira Damascena analyse the relationship between consumer vulnerability and financial well-being in the context of credit use by young entrepreneurs in Pernambuco’s clothing-manufacturing cluster. The study is grounded in the commercial dynamics of a territory characterised by micro-productive activities, dependence on immediate liquidity, and restricted access to formal financial instruments. The analysis focuses on the experiences of young entrepreneurs who turn to credit to support production, manage stock, and respond to seasonal fluctuations in demand. Perceptions of risk, contract conditions, information asymmetries, and differing levels of financial literacy are discussed. The text draws on concepts associated with transformative consumer research and studies on financial well-being, to examine how financing decisions inter-

sect with professional trajectories in environments marked by economic uncertainty. The article describes how credit is incorporated as an instrument of business survival and examines the effects of such dependence has on financial stability and the scope of choice available to young entrepreneurs within a local productive system.

Ana Zenilce Moreira and Ana Cristina Batista dos Santos examine offshore work through the analytical lens of the *Psychodynamics of Work*. The article focuses on labour conditions in oil and gas platforms, considering prolonged offshore rotation, time organisation, geographic isolation, and intensification of physical and psychological demands. Based on in-depth interviews, the authors discuss types of activity, forms of work prescription, and strategies of subjective regulation mobilised by workers. Particular attention is given to the gap between prescribed and real work, the management of autonomy margins, and the construction of individual meanings in the face of risk, surveillance, and organisational control. The analysis incorporates collective support mechanisms, hierarchical relations, and perceptions of professional recognition, situating offshore work within a context marked by logistical and institutional constraints. The article contributes to characterising differentiated labour experiences, observing how workers negotiate daily the requirements of performance, safety, and continued employment in the sector.

The effects of the structural crisis of capitalism on the financing of education policy in Brazil between 2010 and 2024 are examined by Francisco dos Santos Neto, Reinaldo Nobre Pontes, and Sônia Mafalda Ribeiro. The study is framed by a critical approach inspired by Marxian analysis, taking as its starting point the relationship between productive restructuring, neoliberalisation of public policy, and disputes over the state budget. The investigation combines bibliographical and documentary research, drawing on official federal budget data to describe investment flows, expenditure contraction, governmental priorities, and changes across the administrations of Dilma Rousseff, Michel Temer, Jair Bolsonaro and Luiz Inácio Lula da Silva. The analysis considers employment indicators, labour precarisation, compensatory policies and the effects of disinvestment on educational programmes sensitive to economic-cycle fluctuations. The article organises the discussion into temporal blocks, allowing readers to observe continuities and ruptures across different executive and parliamentary orientations, while tracking transformations in public financing during a period marked by economic instability, political tensions and a redefinition of state responsibilities.

The issue concludes with an essay by Deepak Gupta, Sunetra Goshi, and Ravi Prakash dedicated to the evolution of the field of Social and Behaviour Change (SBC) in Indonesia. The text articulates demographic data, institutional frameworks, and the historical development of the sector, from linear models centred on information transmission to socio-ecological and participatory approaches that integrate communities, social norms, and structural constraints. The authors describe the role of decentralised governance, linguistic and territorial diversity, and disparities in access to public services, situating the SBC agenda within a context marked by inequalities and asymmetric regional development trajectories. The text also analyses the relationships among communication strategies, maternal, and child health policies, vaccination campaigns, nutrition and digital technologies used in population mobilisation. The discussion includes references to methodological transitions, field experiences, and local adaptations of global models, observing how concepts, instruments, and intervention mechanisms are reshaped by the cultural and institutional specificities of contemporary Indonesia.'

Vasco Almeida

Maria João Barata

Green Practices in Micro-Enterprises of the Iberian Hospitality Sector

Maria Cunha

Instituto Superior Miguel Torga - maria14276@gmail.com

Abstract

This research critically examines the extent to which micro-enterprises in the hospitality sector operationalize sustainability, with a study conducted within the distinctive context of a UNESCO biosphere reserve. A quantitative, descriptive research design was used to collect survey data from employees and customers in a purposive sample of 30 establishments located within a UNESCO biosphere reserve. The sector is primarily composed of micro- and small-sized enterprises with limited staff, typically four to six employees, and a relatively recent presence in the market, generally four to seven years. Sustainability practices are most consistently implemented in waste management, water conservation, energy efficiency, and sustainable purchasing. In contrast, capital-intensive

strategies such as solar energy systems and sustainable interior design are rarely adopted. Employees reported high levels of awareness and strong support for sustainability, while customers indicated that they encountered these practices only often or sometimes. This suggests a gap between organizational implementation and consumer recognition of sustainability initiatives. The study contributes to the scholarly discourse on sustainable hospitality by evidencing the predominance of cost-effective, behaviorally driven initiatives over technologically advanced interventions. It argues for the necessity of targeted training, financial incentives, and policy alignment to foster a systemic transition towards more robust sustainability frameworks in this specific regional context.

Keywords: Sustainable Hospitality, Green Practices, Food and Lodging Establishments, Sustainability, Iberian Peninsula

Práticas Sustentáveis em Microempresas do Setor Hoteleiro Ibérico

Resumo

Esta investigação analisa criticamente em que medida as microempresas do setor da hotelaria operacionalizam a sustentabilidade, através de um estudo realizado no contexto particular de uma reserva da biosfera da UNESCO.

Recorreu-se a um desenho de investigação quantitativo e descritivo, através da aplicação de inquéritos a funcionários e clientes de uma amostra intencional de 30 estabelecimentos situados numa reserva da biosfera da UNES-

CO. O setor é composto maioritariamente por micro e pequenas empresas, com equipas reduzidas — geralmente entre quatro a seis trabalhadores — e uma presença relativamente recente no mercado, em média de quatro a sete anos. As práticas de sustentabilidade são mais consistentemente implementadas na gestão de resíduos, conservação da água, eficiência energética e compras sustentáveis. Em contraste, estratégias intensivas em capital, como sistemas de energia solar e design interior sustentável, são raramente adotadas. Os funcionários relataram elevados níveis de consciência e forte apoio à sustentabilidade, ao passo que os clientes indicaram encontrar

estas práticas apenas com frequência moderada. Isto sugere uma desarticulação entre a implementação organizacional e o reconhecimento por parte dos consumidores. O estudo contribui para o debate académico sobre hotelaria sustentável ao evidenciar a predominância de iniciativas comportamentais e de baixo custo sobre intervenções tecnologicamente avançadas. Defende-se a necessidade de formação específica, incentivos financeiros e alinhamento de políticas para promover uma transição sistémica para quadros de sustentabilidade mais robustos neste contexto regional particular.

Palavras-chave: Hotelaria Sustentável, Práticas Ambientais, Estabelecimentos de Alojamento e Restauração, Sustentabilidade, Península Ibérica.

I. BACKGROUND OF THE STUDY

The global hospitality industry is undergoing a paradigmatic transformation as both businesses and consumers increasingly recognize the necessity of embedding sustainability into core operations to mitigate escalating environmental challenges. Food and lodging establishments, in particular, are progressively implementing green practices aimed at reducing their ecological footprint while simultaneously improving efficiency and competitiveness (Soni, Sharma, & Joshi, 2022). Such initiatives resonate with the broader framework of sustainable development, which seeks to reconcile economic growth with ecological responsibility. Within this context, sustainable hospitality encompasses a wide range of practices, including resource conservation, waste reduction, and pollution control, as well as the institutionalization of eco-friendly policies that actively engage both customers and employees (Moise et al., 2021). Scholarly literature highlights that the sector's rapid expansion has significantly contributed to environmental degradation, necessitating urgent shifts towards more sustainable business models. Green practices not only reduce operational costs and environmental damage but also serve as strategic mechanisms for building reputa-

tion and long-term viability (Kulretne, Jones, & Hill, 2019; Cunha, 2023). Nevertheless, evidence suggests that the adoption of environmentally friendly technologies and systemic sustainability initiatives remains uneven across regions and market segments. This disparity is particularly pronounced in rural hospitality contexts, where structural limitations, such as financial constraints, limited human capital, and infrastructural challenges, may hinder the adoption of advanced sustainability practices (Abdou et al., 2020; Barakagira & Paapa, 2023; Kusa et al., 2023). The literature presents a complex perspective. Although the benefits of green practices are frequently highlighted, several studies report that implementation within Small and Medium-sized Enterprises (SMEs), which constitute the majority of the hospitality sector, is often superficial or impeded by significant barriers. Research findings on the effectiveness of these practices are inconsistent. Some studies indicate that, in the absence of structural support, SMEs may not progress beyond symbolic actions, and anticipated financial benefits may fail to materialize. This study aims to address these issues by analyzing the extent and depth of green practice adoption in the specific structural context of Iberian micro-enterprises. The Iberian Peninsula offers a particularly compelling context for examining these dynamics. Characterized by diverse ecosystems, rich cultural landscapes, and vibrant tourism industries, the region also faces environmental pressures linked to climate change, over-tourism, and resource scarcity. While both Spain and Portugal have committed to ambitious sustainability agendas aligned with the European Green Deal, the practical implementation of sustainability within the hospitality sector remains uneven (Bhatnagar, 2023). Rural areas, in particular, often lack the financial and technological capacity to adopt advanced green practices, despite their reliance on natural and cultural assets that are highly sensitive to ecological degradation (Huyen, Hong & Hoang, 2025). A critical evaluation is required to determine how food and lodging establishments throughout the Iberian Peninsula incorporate sustainability into their operations. This study systematically examines the degree of green practice adoption, evaluates alignment with environmental objectives, and identifies structural or behavioral barriers to implementation. This research examines the practices and challenges of the hospitality sector within a UNESCO biosphere reserve in the Iberian Peninsula, generating insights relevant at both regional and international levels. It provides empirical evidence for stakeholders, including business owners, policymakers, and local communities, on operation-

alizing sustainability in rural and semi-rural contexts. The findings suggest that this context may serve as a model for achieving economic growth while maintaining environmental stewardship, contributing to global discussions on sustainable tourism in ecologically sensitive regions.

II. METHODOLOGY

This study employed a quantitative, descriptive research design, with a primary emphasis on survey-based inquiry, to systematically examine the adoption of green practices among food and lodging establishments in a UNESCO Biosphere Reserve on the Iberian Peninsula. Two key respondent groups were purposively targeted: (a) employees, including managers, supervisors, and frontline staff, and (b) customers who regularly patronize these establishments. Data collection was conducted through structured questionnaires designed to assess levels of awareness, perceptions, and engagement with sustainability initiatives.

Sampling Procedure

A non-probability, purposive sampling technique was employed to select 30 food and lodging establishments within a designated UNESCO biosphere reserve in the Iberian Peninsula. The sample included 14 hotels and 16 restaurants to represent both key subsectors. Establishments were chosen based on accessibility and willingness to participate. The sample consisted exclusively of micro-enterprises, reflecting the prevalent business structure in the rural and semi-rural areas studied. No establishment had more than 10 employees. Of the 30 establishments, 18 were located in Portugal and 12 in Spain. Although this sample offers a cross-section of the Iberian context, its non-random nature restricts the generalizability of the findings. Results should be interpreted as indicative of trends within similar biosphere reserve contexts.

Research Instrument and Validation

Data were collected using two structured questionnaires, one for employees and one for customers. The instruments were developed based on a comprehensive review of the sustainable hospitality literature (e.g., Han & Kim, 2019; Gil-Soto et al., 2019). The scales for green practices used a 5-point Likert scale (1 = Never, 5 = Always), while the awareness and perception sections used 5-point scales tailored

to the questions (e.g., 1 = Not at all Familiar, 5 = Extremely familiar). To ensure content validity, the questionnaires were reviewed by a panel of three experts in sustainability and hospitality management. A pilot test was conducted with 5 employees and 10 customers, not included in the final sample. The internal consistency reliability of the scales was assessed using Cronbach's Alpha. The results indicated good reliability for the main constructs: Energy Efficiency ($\alpha = 0.78$), Water Conservation ($\alpha = 0.82$), Waste Management ($\alpha = 0.89$), Sustainable Purchasing ($\alpha = 0.85$), Employee Awareness ($\alpha = 0.76$), and Customer Perception ($\alpha = 0.81$). The surveys were administered over a two-month period, from April to June 2024, using both face-to-face distribution in selected establishments and digital dissemination via online platforms. This dual approach was intended to maximize participation, ensure accessibility, and reduce potential non-response bias (Cunha & Krupskyi, 2023). Descriptive statistics, including mean, standard deviation, and frequency distributions, were used to profile respondents and establish baseline awareness and perception levels. Independent-sample t-tests assessed differences between hotels and restaurants. The Shapiro-Wilk test and Levene's test confirmed that assumptions of normality and homogeneity of variances were met. One-way Analysis of Variance (ANOVA) compared mean differences across variables with more than two categories, such as years of operation and business size. Effect sizes were calculated using Cohen's d for t-tests and eta-squared (η^2) for ANOVA to interpret practical significance. This analytical approach enabled comprehensive identification of sustainability practice patterns and provided insights into the integration of environmental initiatives in the regional hospitality sector.

III. ANALYSIS AND INTERPRETATION OF RESULTS

Characteristics of the Sample Population

A clear understanding of the sample population's characteristics is necessary to contextualize the study's findings. This section examines the demographic and organizational attributes of participants, offering insights into the structure of the hospitality sector in the Iberian Peninsula and identifying factors that may influence the adoption of sustainable practices. Presenting the sample composition enhances research transparency and reliability by enabling readers to assess data representativeness within the broader industry context. This section outlines the distribution of respondents by establishment type, years of

operation, and workforce size. These variables are relevant because existing literature indicates that enterprise type, longevity, and organizational scale significantly influence managerial priorities, operational capacities, and willingness to adopt sustainability initiatives. Situating the findings within the demographic and operational profile of the sample enables a more nuanced interpretation of subsequent results.

Type of Business

The sample included 14 hotels (46.7%) and 16 restaurants (53.3%), representing the two primary segments of the hospitality sector. This balance is significant because hotels and restaurants encounter distinct sustainability challenges. Hotels generally have higher energy and water demands, whereas restaurants produce more food-related waste. Including both subsectors ensures that the findings reflect a broad range of hospitality practices in the region.

Years of Operation

Most establishments (66.7%) have operated for 4 to 7 years, indicating a relatively young yet stable industry. Only 13.3% are new entrants (1 to 3 years), and 20% have operated for over 8 years. This distribution indicates ongoing growth and consolidation in the sector, with many businesses adapting to evolving market trends such as sustainability requirements. Younger establishments may be more receptive to innovative green practices, whereas older businesses may encounter challenges retrofitting infrastructure to meet sustainability standards.

Number of Employees

The majority of establishments (93.3%) employ 4 to 6 workers, with only one establishment each in the 1 to 3 employees (3.3%) and 7 to 10 employees (3.3%) categories. This distribution underscores the micro-enterprise character of the regional hospitality industry. The prevalence of small teams affects sustainability efforts. Limited manpower and resources may restrict the adoption of capital-intensive initiatives such as solar panels or advanced water treatment. However, smaller establishments may more readily implement low-cost, behaviorally driven measures including waste segregation, energy conservation, and customer engagement.

Table 1*Frequency and Percentage Distribution of the Profile of the Respondents*

<i>Type of Business</i>	<i>F</i>	<i>%</i>
Hotel	14	46.70
Restaurant	16	53.30
Total	30	100
Years of Operation		
1 – 3 years	4	13.30
4 - 7 years	20	66.70
Above 8 years	6	20.00
Total	30	100
Number of Employees		
1-3 employees	1	3.30
4-6 employees	28	93.30
7-10 employees	1	3.30
Total	30	100

Own source.

Data indicate that the majority of businesses in the hospitality sector are small or micro-sized enterprises with constrained staffing and financial resources. The sector comprises an approximately equal distribution of hotels and restaurants. Consequently, sustainability initiatives in the Iberian Peninsula are expected to prioritize practical and cost-effective measures rather than large-scale or technologically advanced solutions. The prevalence of recently established businesses suggests ongoing industry transformation and a potential openness to sustainability practices, particularly when supported by training, policy development, and community engagement programs.

Table 2

Analysis of Energy Efficiency Practices

Energy Efficiency Practices	Mean	SD	DI
The establishment uses energy-efficient lighting (e.g., LED bulbs) in both guest rooms and dining areas.	4.45	0.60	Always
The establishment utilizes natural ventilation (e.g., opening windows, using ceiling fans) to reduce reliance on air conditioning in both guest rooms and dining areas.	4.25	0.72	Always
Solar energy is used for lighting or water heating in the establishment's common areas, kitchens, or guest rooms where feasible.	3.17	1.23	Sometimes
The establishment reduces energy consumption by using energy-efficient cooking appliances (e.g., induction cookers, energy-efficient stoves) in the kitchen and dining area.	4.64	0.56	Always
Local, sustainable building materials such as bamboo or wood are used in the construction and renovation of the establishment to reduce energy consumption.	4.80	0.41	Always
The establishment promotes energy-saving practices by encouraging guests to turn off lights, air conditioning, and electronics when not in use in both guest rooms and dining areas.	4.80	0.41	Always
Energy-efficient appliances (e.g., refrigerators, water pumps, air conditioning units) are regularly maintained to ensure efficient operation in both lodging and food service areas.	4.25	0.72	Always
The establishment limits the use of air conditioning or electric heaters by optimizing natural temperature control in guest rooms and dining areas.	4.85	0.36	Always
Energy-saving measures, such as installing timers or sensors on lights, are implemented in the guest rooms and dining areas to reduce unnecessary energy use.	3.12	1.27	Sometimes
The establishment educates both employees and guests about energy conservation practices and encourages their participation in minimizing energy use.	4.71	0.53	Always
Category Mean	4.67	0.51	Always

Own source

The results indicate that food and lodging businesses demonstrate a strong commitment to energy conservation. On average, these businesses consistently implement energy-efficient practices, particularly those that are low-cost or straightforward to implement.

High-Scoring Practices (Means: 4.71--4.85)

The highest-rated practices are limiting air conditioning and heating through natural temperature control ($M = 4.85$), encouraging energy-saving behavior among guests ($M = 4.80$), and utilizing sustainable building materials ($M = 4.80$). These findings indicate a preference for practical measures that do not require significant capital investment.

Low-Scoring Practices (Means: 3.12--3.17)

In contrast, the adoption of capital-intensive or technologically advanced practices is limited. The use of solar energy ($M = 3.17$) and automated systems such as timers or motion-sensor lighting ($M = 3.12$) was reported only occasionally. High standard deviations suggest substantial variation in adoption among establishments.

Table 3

Water Efficiency Practices

Water Efficiency Practices	Mean	SD	DI
The establishment installs low-flow faucets, shower heads, and toilets in guest rooms and public areas.	4.80	0.41	Always
The establishment regularly checks for leaks in pipes, faucets, and toilets and repairs them promptly.	4.83	0.38	Always
The establishment encourages guests to reuse towels and linens during their stay to minimize water usage.	4.33	0.71	Always
The establishment collects and reuses rainwater for non-potable uses, such as landscaping or cleaning.	4.87	0.35	Always
The establishment uses water-efficient cleaning practices and tools, such as mops that require less water.	4.87	0.35	Always
Category Mean	4.74	0.44	Always

Own Source

The results demonstrate a consistently high level of commitment to water conservation across establishments, with an overall category mean of 4.74 (“Always”) and low variability ($SD=0.44$).

Table 4

Waste Management Practices

Waste Management Practices	Mean	SD	DI
The establishment implements a comprehensive recycling program for paper, plastics, glass, and metals.	5.00	0.00	Always
The establishment separates organic waste (e.g., food scraps) from non-organic waste for composting or disposal.	5.00	0.00	Always
The establishment uses biodegradable or compostable materials for take-out containers and packaging.	4.97	0.18	Always
The establishment minimizes food waste by using portion control and repurposing leftovers creatively in the kitchen.	4.97	0.18	Always
The establishment donates unused, safe food to local charities instead of throwing it away.	3.43	1.33	Often
The establishment provides staff with training on waste reduction techniques, such as efficient use of resources and reducing packaging waste.	4.93	0.25	Always
The establishment regularly monitors and tracks waste generation and uses findings for reduction and improvement.	4.97	0.18	Always
The establishment uses bulk purchasing for food and other supplies to reduce packaging waste.	4.80	0.48	Always
The establishment eliminates or reduces single-use plastic items, such as straws, utensils, and bottles, by using alternatives like reusable or paper products.	2.78	1.38	Sometimes
The establishment encourages guests to participate in waste reduction efforts, such as sorting recyclables or reducing food waste during their stay.	4.97	0.18	Always
Category Mean	4.90	0.41	Always

Own Source

The data show that waste management is the most consistently and robustly implemented sustainability dimension, with an overall category mean of 4.90 (“Always”). The very low SD for most items indicates near-universal adoption of core practices like recycling and composting.

Table 5
Sustainable Purchasing Practices and Materials

Sustainable Purchasing Practices and Materials	Mean	SD	DI
The establishment prioritizes sourcing ingredients and products from local suppliers to reduce carbon footprint.	4.77	0.50	Always
The establishment purchases organic and sustainably grown food products whenever possible.	4.63	0.61	Always
The establishment uses eco-friendly, biodegradable, or compostable packaging materials instead of plastic.	4.80	0.48	Always
The establishment sources seafood and meat products from sustainable and ethically responsible suppliers.	4.93	0.25	Always
The establishment prioritizes purchasing cleaning products that are non-toxic, biodegradable, and environmentally safe.	4.93	0.25	Always
The establishment reduces single-use plastics by using reusable or refillable containers for condiments, toiletries, and beverages.	4.93	0.25	Always
The establishment buys furniture, fixtures, and décor made from recycled, upcycled, or sustainable materials.	2.80	1.32	Sometimes
The establishment prefers bulk purchasing to minimize packaging waste and reduce transportation emissions.	4.20	0.92	Often
The establishment ensures that paper products (napkins, tissue, menus) are made from recycled or sustainable sources.	4.40	0.81	Always
Category Mean	4.69	0.58	Always

Own source

The results reveal a strong commitment to sustainable procurement, with an overall category mean of 4.69 (“Always”). The high SD for the purchase of sustainable

furniture (SD=1.32) highlights the large disparity in adoption of this capital-intensive practice.

Table 6

Awareness Level of Employees on Green Practices

Awareness of employees on green practices	Mean	SD	DI
How familiar are you with green practices implemented by your establishment?	4.20	0.71	Extremely Familiar
How often are you informed about green initiatives or sustainability practices of establishment?	3.87	0.82	Very Familiar
Have you received formal training or information about the green practices of the establishment?	3.53	0.94	Very Familiar
Category Mean	3.87	0.82	Very Familiar

Own source

The results indicate that employees possess a generally strong awareness of sustainability initiatives within their establishments, with an overall category mean of 3.87 (“Very Familiar”). The lower score and higher SD for formal training (M=3.53, SD=0.94) suggest inconsistent access to structured learning.

Table 7

Customer Awareness on Green Practices

Customer Awareness on Green Practices	Mean	SD	DI
How aware are you of the green practices of the establishment?	4.23	0.73	Extremely Aware
Do you receive information about the green practices or sustainability efforts of this establishment during your visit?	3.77	0.90	Often
How often do you notice the establishment engaging in green practices during your stay?	3.80	0.92	Often
Category Mean	3.93	0.85	Often

Own source

The results indicate that customers demonstrate a generally strong awareness of sustainability measures, with an overall consensus of 3.93 (“Often”). The lower scores for receiving information and noticing practices indicate a communication gap.

Table 8

Perception of Employees on Green Practices

Perception of Green Practices	Mean	SD	DI
1. How effective do you think the green practices of the establishment are in reducing its environmental impact?	4.53	0.63	Extremely Effective
2. How important do you think green practices are in improving the reputation and sustainability of the establishment?	4.27	0.69	Extremely Important
3. How motivated are you to follow the green practices at work?	4.53	0.63	Extremely Motivated
4. How satisfied are you with the green practices implemented by your establishment?	4.50	0.63	Extremely Satisfied
Category Mean	4.46	0.64	

Own Source

The results reveal an overall category consensus of 4.46, indicating that employees hold highly positive perceptions of green practices within their establishments. The low SDs suggest a consensus among employees.

Table 9

Customers' Perception of Green Practices

Customers Perception of Green Practices	Mean	SD	DI
How satisfied are you with the environmental practices implemented by the establishment?	4.37	0.71	Extremely Satisfied
How likely are you to recommend the establishment to others based on its environmental efforts?	3.90	0.80	Very likely
How important are green practices to your decision to stay at the establishment?	4.10	0.80	Very Important
Do you believe that the establishment's green practices improve your overall experience during your visit?	4.10	0.80	Very Much
How likely are you to pay more for services at this establishment because of its green practices	3.90	0.88	Very Likely
Category Mean	4.07	0.80	

Own Source

The results yield an overall category mean of 4.07, reflecting a generally positive perception of sustainability initiatives. The lower scores for willingness to pay and recommend indicate a cautious stance.

Table 10

Test of Difference on the Employees' Green Practices when Grouped According to Profile Variables

Types of Business	Mean	t-value	p-value	Decision
Hotel	2.33	2.15	28	Reject H_0
Restaurant	3.05			
Profile	df	F	P-value	Decision
Year of Operation				
Between Groups	2	2.05	0.5	Accept H_0
Within Group	27			
Number of Employees				
Between Groups	2	2.58	0.09	Accept H_0

Own source

Type of Business (Hotel vs. Restaurant)

The independent-samples *t*-test revealed a statistically significant difference between hotels ($M = 2.33$) and restaurants ($M = 3.05$) regarding the adoption of green practices, $t(28) = 2.15$, $p = .040$. Consequently, the null hypothesis (H_0) was rejected. The effect size was large (Cohen's $d = 0.80$), suggesting a meaningful practical difference in the level of green practice adoption between the two business types.

Years of Operation

A one-way ANOVA was conducted to examine differences in green practices across establishments grouped by years of operation (1-3 years, 4-7 years, and above 8 years). Results showed $F(2,27) = 2.05$, $p = 0.15$, indicating no statistically significant differences. The effect size was small ($\eta^2 = 0.04$). Thus, the null hypothesis was accepted.

Number of Employees

Similarly, the ANOVA results for the number of employees revealed $F(2,27) = 2.58$, $p = 0.09$, which is also not statistically significant at the 0.05 level. The effect size was small to moderate ($\eta^2 = 0.07$). The null hypothesis was accepted.

IV. RESULTS, INTERPRETATION, AND IMPLICATIONS

The limitations of this study must be acknowledged. The purposive sample of 30 establishments provides valuable insights but restricts the generalizability of the findings to the broader hospitality sector in the Iberian Peninsula. The results primarily represent micro-enterprises operating in comparable biosphere reserve contexts. Additionally, the cross-sectional design precludes causal inference. Future research should employ larger, randomized samples and longitudinal or mixed-methods designs to investigate underlying motivations and causal relationships more comprehensively. The study's findings offer a detailed account of sustainability implementation among food and lodging establishments in the Iberian Peninsula. The sector is predominantly composed of micro- and small-sized enterprises, with most businesses employing four to six workers and operating for four to seven years. The sample included both hotels and restaurants in nearly equal proportions, ensuring balanced representation of the two primary sub-sectors. These structural characteristics influence the results: limited human and financial resources restrict the adoption of capital-intensive innovations, while the relatively recent establishment of

most businesses indicates a sector in the process of consolidating its practices and demonstrating adaptability in adopting low-cost, behaviorally focused measures. Analysis of the four domains of sustainability practices reveals a strong commitment to environmental responsibility, though the extent of implementation varies. Energy efficiency measures, such as LED lighting, natural ventilation, and guest engagement strategies, are widely adopted, reflecting a pragmatic focus on cost-effective solutions that integrate easily into daily operations. In contrast, capital-intensive measures like solar energy systems and automated sensors are infrequently implemented, highlighting the structural constraints experienced by small enterprises. Water efficiency practices are also robust, with widespread adoption of rainwater collection, leak monitoring, and low-flow fixtures. Towel and linen reuse programs are present but less consistently applied, indicating that customer-facing initiatives are less developed than infrastructural and operational measures. Waste management emerged as the strongest domain, with comprehensive recycling and composting programs, staff training, and guest involvement all scoring near universal adoption. The practices not only reflect a strong institutionalization of waste reduction but also indicate alignment with both environmental and cost-saving imperatives. Yet, food donation programs and the reduction of single-use plastics were notably weaker, revealing persistent challenges linked to legal restrictions, logistical barriers, and adaptation to regulatory changes such as the European ban on single-use plastics. Sustainable purchasing also scored highly, especially in the sourcing of ethical and eco-friendly products, biodegradable packaging, and non-toxic cleaning supplies. However, long-term investments in sustainable furniture and fixtures were rarely made, reflecting the capital intensity of such initiatives and the difficulty of prioritizing them in resource-constrained enterprises. Beyond operational practices, the study also examined levels of awareness and perception among employees and customers. Employees demonstrated a moderate to high level of awareness of sustainability practices, although much of this knowledge appeared to have been acquired informally rather than through structured training. While they were generally very familiar with practices, the relatively low score for formal training highlights a gap in capacity building. Despite this, employee perceptions were overwhelmingly positive: they viewed green practices as highly effective in reducing environmental impact, as important for reputation, and reported strong motivation and satisfaction with their adoption. Customers, in turn, expressed strong general awareness of sustainability but reported only moderate recognition

of practices during their visits, revealing a communication gap. Although they valued sustainability as part of their experience and decision-making, their willingness to pay more for environmentally responsible services remained limited, consistent with the well-documented attitude--behavior gap in sustainable consumption. Inferential analysis further clarified the patterns. Significant differences were found between hotels and restaurants, suggesting that sustainability adoption varies by subsector, likely reflecting different operational demands and cost structures. However, no significant differences were observed by years of operation or number of employees, indicating that sustainability practices are not dependent on organizational maturity or scale but are instead shaped by external drivers such as regulatory frameworks, consumer expectations, and cost-saving imperatives. Overall, the findings indicate that sustainability in the Iberian hospitality sector is primarily based on pragmatic, cost-effective practices rather than advanced technological investments. Waste management is the most developed domain, followed by water conservation, sustainable purchasing, and energy efficiency, with the latter constrained by dependence on low-cost measures. Employees exhibit strong motivation and positive perceptions, whereas customers report satisfaction but demonstrate limited awareness and financial commitment. These patterns suggest that sustainability is established as a core organizational value, yet its implementation and communication remain inconsistent. The implications are twofold. From a theoretical perspective, the study supports existing scholarship that emphasizes the predominance of behaviorally driven, low-cost initiatives in small-scale enterprises and contributes to debates on the value-action gap by illustrating the disjunction between customer appreciation of sustainability and their limited willingness to pay. From a practical perspective, the findings underscore the need for capacity building through formal training for employees, stronger communication strategies to increase customer awareness, and policy interventions to support capital-intensive investments such as renewable energy and sustainable infrastructure. Sector-specific strategies are also necessary: hotels require targeted support for energy and water management, while restaurants may benefit from greater focus on food waste reduction and sustainable sourcing. In summary, the hospitality sector in this context exhibits readiness and commitment to sustainability, yet progress is limited by structural constraints and inconsistent communication. Achieving transformative change requires a systemic approach that integrates business practices with policy incentives, technological innovation, and

customer engagement. Coordinated efforts are essential for the sector to contribute effectively to regional and global sustainability objectives.

V. CONCLUSION

This study examined the adoption of green practices among food and lodging establishments in a UNESCO biosphere reserve in the Iberian Peninsula, providing a comprehensive account of sustainability initiatives across energy efficiency, water conservation, waste management, and sustainable purchasing. The results reveal that while the hospitality sector is strongly engaged with environmentally responsible practices, implementation is uneven and shaped by structural, financial, and communicative constraints. Waste management and water conservation emerged as the most consistently applied domains, reflecting practices that are both cost-effective and operationally feasible. In contrast, energy efficiency and sustainable procurement showed gaps, particularly in capital-intensive areas such as renewable energy systems and sustainable infrastructure. The analysis further demonstrated that employees possess high levels of motivation and positive perceptions toward green practices, though their awareness is often developed informally and not reinforced through systematic training. Customers, meanwhile, expressed satisfaction with and recognition of sustainability efforts, but their awareness during visits was limited by weak communication strategies, and their willingness to pay a premium for environmentally responsible services remained modest. Together, these findings underscore the persistence of the “value--action gap” in sustainable hospitality, in which stakeholders express support for sustainability but are hesitant or unable to translate this support into consistent behavioral or financial commitment. Statistical analysis confirmed that differences in sustainability adoption are more strongly associated with type of establishment (hotels versus restaurants) than with organizational size or years of operation. This suggests that sustainability strategies must be sector-specific, addressing the unique operational and environmental challenges of different hospitality formats. Theoretically, this study contributes to the scholarship on sustainable hospitality by reinforcing the argument that micro- and small enterprises adopt pragmatic, low-cost sustainability measures rather than advanced technological solutions. It also provides empirical evidence on how employee perceptions and

customer awareness interact with organizational practices, enriching debates on stakeholder engagement and sustainable consumer behavior. Practically, the findings underscore the need for targeted capacity-building through formal training, enhanced communication strategies to increase customer awareness of sustainability initiatives, and policy frameworks that offer financial incentives for high-cost innovations, such as renewable energy and sustainable furnishings. Ultimately, while this study offers a detailed snapshot of sustainability practices in a specific context, its findings highlight a sector caught between environmental ambition and structural constraints. To advance beyond incremental, cost-saving practices, a systemic approach is required that integrates business operations, customer engagement, and supportive public policy. Strengthening these interconnections will enable the sector not only to contribute more effectively to local and regional sustainability goals but also to position itself as a model of environmentally responsible hospitality in ecologically sensitive contexts.

REFERENCES

- Abdou, A. H., Hassan, T. H., & El Dief, M. M. (2020). A description of green hotel practices and their role in achieving sustainable development. *Sustainability*, 12(22), 9624. <https://doi.org/10.3390/su12229624>
- Barakagira, A., & Paapa, C. (2023). Green practices implementation for environmental sustainability by five-star hotels in Kampala, Uganda. *Environment, Development and Sustainability*, 25, 1–17. <https://doi.org/10.1007/s10668-023-03101-7>
- Bhatnagar, K. (2023). Maximizing the impact of green marketing on customer satisfaction: A strategic communication approach. *Journal of Marketing and Sustainability*, 12(3), 198–214. <https://doi.org/10.1016/j.jms.2023.03.008>
- Cunha, M. N., & Krupskiy, O. (2023). When the sensory world is set aside! The new fantastic world of luxury. *Economics: Time Realities*, 6(70), 44–53. <https://doi.org/10.15276/etr.06.2023.6>

- Gil-Soto, E., Ruiz-Molina, M. E., & Gil-Saura, I. (2019). Consumer perceptions of green hotels: The influence of environmental knowledge and awareness. *International Journal of Hospitality Management*, 80, 71–79. <https://doi.org/10.1016/j.ijhm.2018.11.013>
- Han, H., & Kim, Y. (2019). Investigating the green concept: A study of environmentally friendly practices in the hospitality industry. *Tourism Management*, 75, 276–289. <https://doi.org/10.1016/j.tourman.2019.05.002>
- Huyen, N. N. T., Hong, H. D., & Hoang, L. T. (2025). Green practices: Building green image and green trust for green revisit intentions in the hospitality industry. *Journal of Open Innovation: Technology, Market, and Complexity*, 11(1), 100481. <https://doi.org/10.1016/j.joitmc.2025.100481>
- Kulretne, S., Jones, P., & Hill, H. (2019). The impact of consumer behavior on the adoption of green practices in the hotel industry. *Journal of Hospitality and Tourism Management*, 38, 11–19. <https://doi.org/10.1016/j.jhtm.2019.01.005>
- Kusa, R., Suder, M., & Duda, J. (2023). Impact of greening on performance in the hospitality industry: Moderating effect of flexibility and inter-organizational cooperation. *Technological Forecasting and Social Change*, 190, 122423. <https://doi.org/10.1016/j.techfore.2023.122423>
- Marôco, J. (2021). *Análise estatística com o SPSS Statistics* (8ª ed.). ReportNumber.
- Moise, M. S., Gil-Saura, I., & Ruiz Molina, M. E. (2021). The importance of green practices for hotel guests: Does gender matter? *Economic Research-Ekonomska Istraživanja*, 34(1), 3508–3529. <https://doi.org/10.1080/1331677X.2021.1875863>
- Smith, A., & O'Sullivan, T. (2022). *Environment and society: A critical introduction*. John Wiley & Sons.
- Soni, R., Sharma, P., & Joshi, V. (2022). Exploring the relationship between green practices and customer loyalty in the hospitality industry. *Journal of Environmental Management and Tourism*, 13(5), 1301–1315. [https://doi.org/10.14505/jemt.v13.5\(61\).14](https://doi.org/10.14505/jemt.v13.5(61).14)

O “Eu” do Prefeito no Relatório de Gestão Consolidado: Uma comparação do conteúdo das mensagens dos prefeitos nas prestações de contas municipais do Piauí

Victor Silva Guimarães

Universidade Federal do Piauí - victorsilvaguimaraes99@gmail.com

Mauricio Mendes Boavista de Castro

Universidade Federal do Piauí - mauricioboavista@ufpi.edu.br

João Carlos Hipólito Bernardes do Nascimento

Universidade Federal do Piauí - joaohipolito@ufpi.edu.br

Alexandre Rodrigues Santos

Universidade Federal do Piauí - alexandre.adm@ufpi.edu.br

Leonardo Victor de Sá Pinheiro

Universidade Federal do Piauí - leonardopinheiro@hotmail.com

Resumo

O Relatório de Gestão Consolidado (RGC) é um instrumento de prestação de contas que sintetiza os resultados alcançados pela gestão, evidenciando as destinações dos recursos públicos e as perspectivas de futuro. Nesse sentido, esta pesquisa teve o objetivo de comparar o conteúdo da “mensagem do prefeito” entre os relatórios das prefeituras que publicaram esta seção. Trata-se de uma iniciativa original que pode reverberar na acepção e melhoria das políticas públicas que fomentem o controle social e o interesse por documentos que, em tese, devem ser destinados ao usuário comum da informação. Para o alcance do objetivo, foi

desenvolvida uma pesquisa com abordagem qualitativa, com a coleta de dados por via de busca documental e a investigação operacionalizada com o *software* IRaMuTeQ, capaz de auxiliar na análise da estrutura e da organização do discurso. A pesquisa apontou que os dirigentes máximos dos municípios utilizaram esta seção para apresentar o propósito do RGC, enfatizar o compromisso em enfrentar os desafios e apresentar os avanços alcançados. Assim, dada a inserção recente desse documento, recomenda-se que estudos futuros continuem acompanhando a evolução do aprendizado das formas de reporte do RGC.

Palavras-chave: Comunicação Pública, Mensagem do Prefeito, Relatório de Gestão.

The Mayor’s ‘I’ in the Consolidated Management Report: A Comparison of the Content of Mayors’ Messages in Municipal Accountability Reports from Piauí

Abstract

The Consolidated Management Report (RGC) is an accountability tool that synthesizes the results achieved by management, highlighting the use of public resources and future prospects. With this in mind, the aim of this study was to compare the content of the “mayor’s message” between the reports of the municipalities that published this section. This is an original initiative that could have repercussions for the meaning and improvement of public policies that foster social control and interest in documents that, in theory, should be intended for ordinary users of information. In order to achieve the objective, a

qualitative research approach was developed, with data collected through a document search and the investigation operationalized with the IRaMuTeQ software, capable of helping to analyse the structure and organization of discourse. The research showed that the top leaders of the municipalities used this section to present the purpose of the RGC, emphasize their commitment to facing the challenges and present the progress made. As such, given the recent inclusion of this document, it is recommended that future studies continue to follow the evolution of learning about the forms of reporting in these reports.

Keywords: Public Communication, Mayors’ Message, Management Report.

1 INTRODUÇÃO

A disseminação de informações públicas reverberou em maior escrutínio acerca das atividades e ações da gestão, em que a transparência emergiu como uma condição necessária para impulsionar a prestação de contas e os resultados da administração (Meijer, 2013; Tejedo-Romero & Araujo, 2021), sendo injuntivo e esperado, além do reporte passivo, a divulgação ativa e compreensiva das informações aos diversos *stakeholders* (Tejedo-Romero & Araujo, 2021).

Ao considerar que valores vultosos são destinados para o cumprimento das demandas da sociedade, é um direito público saber como esses recursos são gastos, exigindo-se um nível razoável de divulgação, em relatórios públicos, a fim de de-

monstrar a responsabilização dos administradores perante um grupo diversificado de interessados (Bakar & Saleh, 2015).

Nesse contexto, seja constitucionalmente ou via legislações infraconstitucionais, os agentes públicos são imputados a um dever indeclinável: a prestação de contas, “[...] um dos principais instrumentos democráticos de comunicação entre governo, cidadãos e seus representantes” (TCU, 2020).

No Piauí, no dia 31 de março de 2022, o Tribunal de Contas do Estado (TCE-PI) publicou a Instrução Normativa (IN) n.º 01/2022, regulamentando a forma, o conteúdo e os requisitos mínimos a serem observados no Relatório de Gestão Consolidado (RGC), um instrumento de prestação de contas — dos órgãos e entidades da administração pública direta e indireta, estadual e municipal — ao TCE-PI (TCE, 2022a, 2022b).

Esse documento, proposto pelo Núcleo de Planejamento e Desenvolvimento do Controle Externo, da Secretaria de Controle Externo do TCE-PI (SECEX), fora preconizado para um enfoque ao nível estratégico, tendo como precursor o modelo de Relato Integrado (RI), adotado pelo Tribunal de Contas da União (TCU) no exercício de 2018.

O RI é uma estrutura de publicação periódica que fornece uma narrativa sobre a criação de valor, proporcionando a avaliação da plausibilidade do que foi relatado (IIRC, 2013; Lai et al., 2018,).

Desse modo, com o intento de trazer informações materialmente relevantes, sobretudo acerca das destinações dos recursos públicos e dos resultados alçados, o RGC foi planejado para reconfigurar informações complexas em relatórios mais inteligíveis, valendo-se da linguagem simples para trazer ao destinatário final, o cidadão, a compreensão sobre a geração de valor público das Unidades Prestadoras de Contas (UPC), proporcionando uma visão clara e orientada para o futuro, frente aos objetivos propostos em cada exercício (TCE, 2022a, 2022b).

Nesse sentido, o objetivo do presente estudo foi comparar o conteúdo da seção de “mensagem do prefeito” entre os relatórios de gestão publicados. Trata-se de uma contribuição original e pioneira sobre um documento intrínseco ao contexto de prestações de contas do estado do Piauí, sendo relevante para trazer luz a um tema que tem impacto direto no controle social e na construção de uma sociedade de auditoria, com potencial para novos estudos que continuem a verificar o panorama dessa forma de reporte.

Para além dessa introdução, o estudo encontra-se segmentado em outras quatro seções. Inicialmente, na seção dois, apresenta-se o suporte da literatura, baseando-se em discussões sobre a teoria da agência e da similaridade entre o RGC e o RI. Adiante, na seção três, são indicados os procedimentos metodológicos adotados para a consecução da pesquisa. Na seção quatro, são evidenciados os resultados e discussões para, por fim, na seção cinco, indicar as limitações e oportunidades para a condução de estudos futuros.

2 REVISÃO DA LITERATURA

2.1 Teoria da Agência

A Teoria da Agência é amplamente recorrida “pelos acadêmicos em contabilidade, economia, finanças, marketing, ciência política, comportamento organizacional e sociologia” (Eisenhardt, 1989, p. 57, tradução nossa) para investigar a relação entre o principal e o agente.

Onipresente tanto no setor privado (entre acionistas e gestores) quanto no setor público (entre cidadãos e políticos), deriva de arranjos contratuais (Oliveira & Filho, 2017), sob o qual o principal atribui poder a um agente para que este passe a executar um serviço (Jensen & Meckling, 1976).

Assim, é, indiscutivelmente, uma das principais teorias para o estudo da governança (Silveira, 2010), apresentando duas linhas teóricas que, apesar de divergirem, se complementam: a teoria positiva da agência e a do principal-agente (Eisenhardt, 1989; Kivisto, 2007).

Eisenhardt (1989) explicita que, na primeira abordagem, existe uma maior probabilidade de se atender aos interesses do principal, tendo em vista a existência de um contrato centrado no resultado, possibilitando a verificação do comportamento do agente.

Contudo, pela segunda linha, um conflito de objetivos é esperado, uma vez que o agente tende a ter maior aversão ao risco do que o principal (Eisenhardt, 1989). Desse pensamento, Eisenhardt (1989) considera que os problemas de agência derivam de propósitos distintos e da dificuldade de se determinar se o comportamento entre as partes foi adequado.

Conquanto o agente, em teoria, deva tomar decisões alinhadas às expectativas do principal, um conflito pode emergir, visto que, sob a perspectiva de maximização da

utilidade para ambas as partes, há motivos para acreditar que atividades aberrantes possam ser executadas (Jensen & Meckling, 1976).

Os problemas de agência são, então, decorrentes da assimetria informacional, visto que os objetivos das partes são, por vezes, divergentes (Eisenhardt, 1989), com um comportamento oportunista atrelado.

Daí, surgem os custos que envolvem monitoramento, justificação e custos residuais (Jensen & Meckling, 1976) “para limitar extravagâncias ou atividades anômalas do agente” (Oliveira & Filho, 2017, p. 597) que pratica ações autointeressadas, pois cada indivíduo tende a possuir uma incompatibilidade entre os interesses próprios e o bem-estar coletivo (Lourenço et al., 2017).

Assim, em face à assimetria e a dinâmica das relações, os mecanismos de governança surgem “não porque os agentes sejam universalmente egoístas, mas porque é difícil para os principais saberem quando isso ocorre e quando não, e os agentes podem interpretar o que é melhor para a organização de uma maneira diferente da do principal” (Wiseman et al., 2012, p.204, tradução nossa).

Além disso, é preciso pontuar que a teoria da agência supera modelos econômicos, pois tanto agentes como principais podem dispor de interesses derivados, que não, necessariamente, reverberam na maximização da riqueza (Wiseman et al. 2012).

2.2 Relatório de Gestão Consolidado e o modelo de Relato Integrado

O relatório de gestão é um meio que possibilita uma análise sistêmica e oportuniza um parecer à sociedade acerca da eficiência, eficácia e efetividade da gestão, ensejando, dos emissores do documento, a demonstração de sua relevância social, sem, todavia, afigurar pormenores que suscitem de um nível técnico mais elaborado para a compreensão do cidadão (Alves, 2011).

Nesse sentido, o Relatório de Gestão Consolidado foi uma ferramenta proposta pelo TCE-PI, para subsidiar o controle (interno, externo e social), adotando um modelo similar ao Relato Integrado (RI), utilizado pelo Tribunal de Contas da União. Nessa via, por ser um instrumento relativamente novo, as discussões apresentadas dão enfoque a seu percussor, isto é, ao RI.

O RI é uma estrutura de publicação periódica que fornece uma narrativa sobre a criação de valor, proporcionando a avaliação da plausibilidade do que foi relatado, com uso de conceitos claros e o mínimo de palavras possível, prezando pela adoção de uma linguagem simples (IIRC, 2013; Lai et al., 2018).

O “Eu” do Prefeito no Relatório de Gestão Consolidado: Uma comparação do conteúdo das mensagens dos prefeitos nas prestações de contas municipais do Piauí

Desenvolvido pela *International Integrated Reporting Council* (IIRC), o RI trouxe consigo um novo panorama de reporte, balanceando informações financeiras e não financeiras, se diferenciando de outros relatórios (Maria et al., 2022), por ser um documento conciso para comunicar sobre as perspectivas de uma organização (em termos estratégicos, de governança e desempenho), evidenciando a geração (ou corrosão) de valor (IIRC, 2013).

A partir de uma coalizão mundial (de reguladores, investidores, empresas e organizações não governamentais), a IIRC iniciou a estruturação desse documento, publicando, em 2013, um *framework* para conciliar diferentes variáveis que afetassem o resultado de uma entidade, alavancando a possibilidade de fornecer informações qualificadas aos *stakeholders* (IIRC, 2013; Romão et al., 2022).

O objetivo desse *framework* foi demonstrar os princípios e elementos gerais de conteúdo, com vistas a explicar os conceitos fundamentais atrelados. Nesse ponto, Iacuzzi et al. (2020) salientam a necessidade de se compreender os conceitos-chave, já que estes, normalmente, são elencados como um empecilho para a aplicação do modelo no setor público.

Du Toit (2017) alerta acerca da necessidade de avaliar alguns pontos no que concerne à falta de conectividade, materialidade, fiabilidade e de uma tendência de se escrever informações positivas em detrimento de negativas. Por esse ângulo, é preciso destacar que não se trata de uma peça de *marketing*, mas de uma estrutura capaz de organizar as principais informações que um usuário possa demandar.

Cabe reconhecer que cada organização está sujeita a diferentes circunstâncias e peculiaridades, não devendo a estrutura apresentada ser fixa, nem composta por seções isoladas ou autônomas (TCU, 2018).

Para mais, a Cartilha de Orientação ao Relatório de Gestão na Forma de Relato Integrado, elaborada pelo TCU, reafirma que o RI não deve ser uma “colcha de retalhos”, nem se resumir a simples compilação de informações (TCU, 2018). Dessa via, o RI deve ultrapassar a reorganização de informações já existentes, eliminando os silos departamentais para uma melhor comunicação (Burke & Clark, 2016).

Justamente por isso, uma palavra-chave para o entendimento do modelo consiste no pensamento integrado, um conceito ainda desafiador pela pouca profundidade em sua discussão (Feng et al., 2017), referindo-se à expectativa de narrar as interações e implicações das atividades organizacionais, facilitando a compreensão das múltiplas dimensões de desempenho (Romão et al., 2022).

Por conseguinte, ao adentrar no contexto brasileiro, há um número relativamente pequeno de apreciações em relação a esse documento (Alves, 2023; Romão et al., 2022), sendo preciso instigar aos pesquisadores a avaliação de uma possível retórica deste consistir no supramundo das formas de reporte (Dumay et al., 2016; Manes-Rossi, 2018).

Alves et al. (2023) sustentam que o RI, por si só, não deve ser assentado como um instrumento de governança pública, enquanto mecanismo de transparência, dado as deficiências encontradas, no que tange à facilidade de leitura dos documentos analisados, sendo necessário um tempo de maturação para o aprendizado do uso e da implementação de melhorias nesse modelo.

Sobre a obrigatoriedade, enquanto o setor privado aderiu a esse documento em decorrência do anseio dos atores sociais por informações de qualidade, o setor público foi imputado a divulgação do RI, por força da Lei das Estatais (Lei n. 13.303, de 30 de junho de 2016, no artigo 8º, inciso IX) (Maria et al., 2022).

À vista disso, na concepção de Ribeiro et al. (2024), esse modelo poderia ser muito útil para a administração pública, não devendo consistir somente na renomeação de outros relatórios, sendo preciso, então, observar os elementos e princípios norteadores. Nessa senda, o RGC foi uma inovação no contexto piauiense com intento de — em pouco tempo — tornar-se a principal peça de prestação de contas do TCE-PI, com o fulcro de ser, efetivamente, um documento lido pelo cidadão (TCE-PI, 2022b).

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Situado na região Nordeste do Brasil, o estado do Piauí conta, hoje, com 224 municípios. Assim, para se obter o RGC das prefeituras desses municípios, utilizou-se o Portal da Cidadania, por meio de uma busca sistemática pelo termo “Relatório de Gestão (INTCE-PI 01/2022)” no mecanismo de busca.

Esse portal é uma iniciativa do TCE-PI, cujo objetivo é disponibilizar dados e informações da gestão governamental para o fomento do controle social, em que se faz possível a realização de consultas amigáveis e intuitivas.

Do rol de municípios, foram obtidos os relatórios de 207 (92,41%) e a análise conduzida com foco na seção de “Mensagem do Prefeito”. Essa seção foi objeto de estudo, visto o papel de introduzir o RGC, atuando como um canal de comunicação direto entre a autoridade máxima do município e os leitores, com a oportunidade dos gestores apresentarem as prioridades, os desafios e as realizações da gestão.

O “Eu” do Prefeito no Relatório de Gestão Consolidado: Uma comparação do conteúdo das mensagens dos prefeitos nas prestações de contas municipais do Piauí

No entanto, nem todos os documentos continham essa seção, e parte deles estava disponível em formato de imagem, o que demandaria a necessidade do uso de tecnologia “OCR” para extração do texto. Dessa forma, aqueles que necessitavam de OCR foram excluídos da análise.

Noutro plano, foi adotada a perspectiva de Godoy (1995) que destaca a importância da análise de conteúdo no escopo da pesquisa documental, sob o pressuposto de apontar contribuições relevantes para o estudo.

Para operacionalizar a pesquisa, foi utilizado o software *Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires* (IRaMuTeQ), com o intuito de auxiliar na análise da estrutura e da organização do discurso (Camargo & Justo, 2013).

Assim, foram realizadas quatro análises textuais: i) análise lexicográfica clássica (para obtenção das estatísticas de segmentos de texto); ii) análise de classificação hierárquica dependente (para a identificação do dendrograma das classes); iii) nuvem de palavras (para organização de palavras, considerando suas relevâncias); e iv) análise de similitude (a fim de identificar a conexão entre as palavras).

Considerando o escopo de relatórios que possuíam a seção de mensagem dos prefeitos, realizou-se a análise qualitativa de 65 comunicados, isolados em 407 segmentos de texto (ST), com um aproveitamento de 89,06%, emergindo 16.304 ocorrências entre palavras, formas ou vocábulos. Cabe destacar que o alvo temporal de análise recaiu sobre o primeiro ano de adoção desse documento, isto, é 2022.

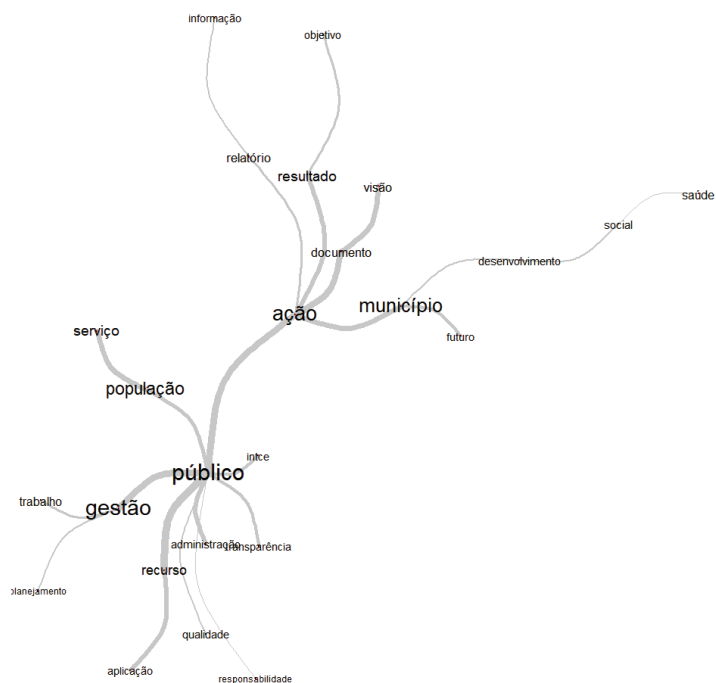
4 RESULTADOS E ANÁLISES

Inicialmente, para explorar as mensagens dos prefeitos, foi confeccionada uma nuvem de palavras, com o intuito de agrupar e organizar os termos de maior relevância, considerando a frequência com que apareceram nos textos. A Figura 1 demonstra os termos mais reiterados.

O “Eu” do Prefeito no Relatório de Gestão Consolidado: Uma comparação do conteúdo das mensagens dos prefeitos nas prestações de contas municipais do Piauí

Figura 2

Análise de Similitude



Fonte: Dados da pesquisa (2024).

Conforme a Figura 2, três palavras tiveram destaque: “público”; “gestão” e “ação”. Nesse panorama, “público” apareceu como o núcleo central da rede, com ramificações que pareceram indicar um esforço para atender e executar projetos.

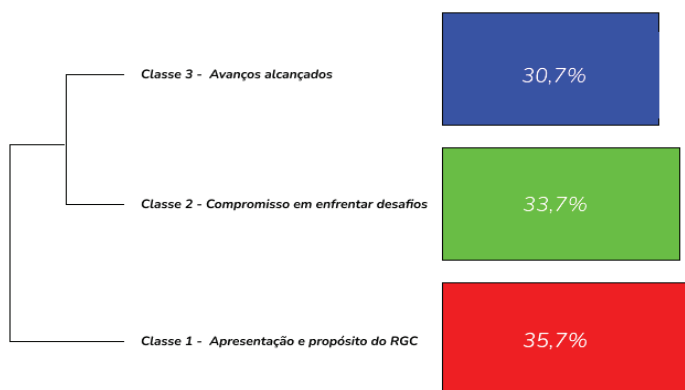
Além disso, foi possível verificar que “gestão” se conectou a palavras como “trabalho” e “planejamento”, coadunando, em um escopo mais geral, ao termo “público” relacionado com “transparência”, “aplicação”, “responsabilidade” e “qualidade”, que indicaram preocupações com a alocação eficiente dos recursos. Outrossim, “resultado”, “relatório”, “informação” e “objetivo” apareceram interligados à “ação”, remetendo ao escopo de que o Relatório de Gestão reportou os resultados alçados.

A partir da aplicação da Classificação Hierárquica Dependente (CHD), o conteúdo foi categorizado em três classes: (i) “Apresentação e propósito do RGC”, com 145 ST (35,63%); ii) “Compromisso em enfrentar desafios”, com 137 ST (33,66%); e (iii) “Avanços alcançados”, com 125 ST (30,71%).

Essas classes foram propostas em acordo com Salviati (2017) ao afirmar que, por meio da CHD, podem-se nomear grupos que apresentam a mesma ideia central. Fria-se que, diante do aproveitamento superior ao recomendado, de 70%, a retenção desses fatores foi representativa. A Figura 3 demonstra o dendrograma obtido.

Figura 3

Dendrograma da CHD

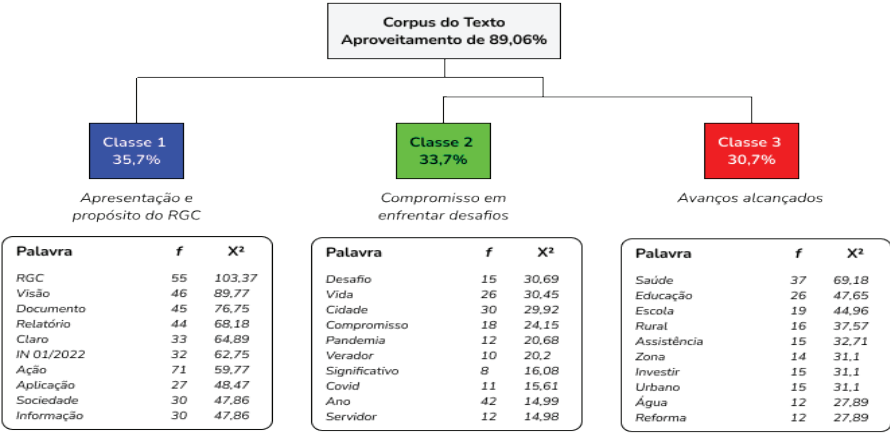


Fonte: Dados da pesquisa (2024).

Para visualizar a distribuição das classes, foi elaborada a Figura 4 com as 10 principais palavras decorrentes do teste de qui-quadrado (χ^2), sendo possível agregar os vocábulos que apresentaram, em alguma medida, semelhanças ou diferenças.

O “Eu” do Prefeito no Relatório de Gestão Consolidado: Uma comparação do conteúdo das mensagens dos prefeitos nas prestações de contas municipais do Piauí

Figura 4
Diagrama de Classes



Fonte: Dados da pesquisa (2024).

A primeira classe foi constituída por palavras e radicas no intervalo entre $\chi^2 = 3,87$ (“busca”) e $\chi^2 = 103,37$ (“RGC”). Esta classe foi composta por palavras como “visão” ($\chi^2 = 89,77$); “documento” ($\chi^2 = 76,75$); “relatório” ($\chi^2 = 111,80$); “claro” ($\chi^2 = 88,48$); “IN 01/2022” ($\chi^2 = 83,56$); “ação” ($\chi^2 = 78,69$); “aplicação” ($\chi^2 = 42,97$); “sociedade” ($\chi^2 = 40,96$) e “informação” ($\chi^2 = 39,85$). Nesse sentido, os trechos refletiram tanto a apresentação quanto o propósito de elaboração do RGC, conforme demonstrado no Quadro 1.

Quadro 1

Apresentação e Propósito do RGC

“O presente documento compõe o Relatório de Gestão do município [...] visa proporcionar uma visão clara a sociedade sobre a aplicação de recursos públicos recebidos bem como planejar ações futuras do município em questão”.

“É com grande satisfação que apresentamos o Relatório de Gestão [...] O objetivo deste relatório é fornecer uma visão clara à sociedade sobre a aplicação dos recursos públicos recebidos e planejar ações futuras para o desenvolvimento de nosso município.”

“Ao longo deste documento procurou-se oferecer elementos de forma organizada que permitam uma visão de conformidade e desempenho dos atos de gestão, evidenciando os resultados das ações implementadas nas Unidades Administrativas.”

“O Relatório de Gestão é o documento elaborado pelo município que tem como objetivo principal oferecer uma visão clara para a sociedade sobre como a estratégia, a governança, o desempenho e as perspectivas municipais, no contexto de seu ambiente externo [...]”

“[...] ao exercício da cidadania e atendendo às demandas sociais que esta espera [...]”

Fonte: Dados da pesquisa (2024).

Ao retratar o RGC, os prefeitos o enfatizaram como um canal de prestação de contas, utilizando a IN como base para a apresentação do documento, demonstrando um padrão discursivo. Todavia, destaca-se que a integralidade dessas passagens foi reiterada, sem quaisquer modificações, em um quantitativo expressivo de relatórios.

Para um leitor atento, isso poderia levar a indagações acerca do propósito desta seção, ou mesmo se houve uma preocupação do gestor com as particularidades de seus municípios, tendo em vista que, em boa parte, parece ter havido uma replicação genérica.

Nesse sentido, ainda que a apresentação e o propósito dos RGC sejam um só, é preciso que o dirigente reconheça sua responsabilidade perante a fidedignidade, precisão e completude do relatório de gestão (TCU, 2018). Todavia, apesar de terem sido verificados trechos com essa finalidade, a análise não repercutiu em uma classe específica sobre isso.

No que tange a segunda classe, foi considerado o intervalo entre $\chi^2 = 4,28$ (“municipal”) e $\chi^2 = 30,69$ (“desafio”), com realce para palavras como “vida” ($\chi^2 = 30,45$); “cidade” ($\chi^2 = 29,92$); “compromisso” ($\chi^2 = 24,15$); “pandemia” ($\chi^2 = 20,68$); “vereador” ($\chi^2 = 20,2$); “significativo” ($\chi^2 = 16,08$); “COVID” ($\chi^2 = 15,61$); “ano” ($\chi^2 = 14,99$) e “servidor” ($\chi^2 = 14,98$). O Quadro 2 realça alguns trechos.

O “Eu” do Prefeito no Relatório de Gestão Consolidado: Uma comparação do conteúdo das mensagens dos prefeitos nas prestações de contas municipais do Piauí

Quadro 2

Compromisso em Enfrentar Desafios

“[...] Ao longo deste ano enfrentamos desafios significativos em decorrência da pandemia da Covid-19, que afetou a economia e a vida de nossos munícipes. Apesar disso, mantivemos o compromisso de gerir os recursos públicos com responsabilidade [...]”

“[...] Sabemos que ainda há muito a ser feito, mas estamos comprometidos em continuar trabalhando para melhorar a qualidade de vida de todos os munícipes. Agradeço a confiança depositada em nossa gestão e reafirmo o compromisso de trabalhar com transparência, ética e responsabilidade em prol do desenvolvimento de nossa cidade.”

“[...] Apesar dos desafios enfrentados em decorrência da pandemia de Covid-19, mantivemos o compromisso de gerir os recursos públicos com responsabilidade, transparência e eficiência, buscando sempre aprimorar a qualidade dos serviços prestados à população [...]”

“[...] O ano de 2022 começou com muitos desafios, a adaptação da nova gestão e o enfrentamento que se estava vivenciando pela COVID-19 e seus efeitos negativos gerados por ela [...]”

“[...] Assumir a liderança [...] representa não apenas um privilégio, mas também um constante desafio que demanda coragem, sensibilidade e equilíbrio. O ano de 2022 se revelou desafiador, marcado pela pandemia de Covid-19 que paralisou o mundo [...]”

Fonte: Dados da pesquisa (2024).

Ao apontar os desafios, notadamente a Covid-19 foi uma adversidade enfatizada, sendo reiteradamente mencionada, com alusões dos seus impactos na economia e na vida da população. Decerto, a pandemia agravou as vulnerabilidades existentes, exigindo ações céleres e diligentes para lidar com uma complexidade, até então, nova (Costa & Valle, 2023).

Contudo, apesar das dificuldades, os gestores sinalizaram à população a responsabilidade com o uso dos recursos e com a transparência. Segundo Costa e Valle (2023), nesse período, houve a dispensa de licitações, em que um grande volume de recursos federais teve fluxo aos municípios para enfrentar a crise.

Por certo, a qualidade do gasto público é reflexo das capacidades das gestões municipais que, às vezes, apresentam fragilidades (Soares et al., 2021). Daí a importância da eficiência, dado que em meio a recursos, vez ou outra, escassos, é preciso tomar decisões que levem ao melhor resultado possível (Lourenço et al., 2017).

Para a terceira classe, obteve-se o intervalo entre $\chi^2 = 3,87$ (“aplicar”) e $\chi^2 = 69,18$ (“saúde”), sendo composta por palavras como “educação” ($\chi^2 = 47,65$); “escola” ($\chi^2 = 44,96$); “rural” ($\chi^2 = 35,57$); “assistência” ($\chi^2 = 35,13$); “zona” ($\chi^2 = 32,71$); “investir” ($\chi^2 = 31,1$); “urbano” ($\chi^2 = 31,1$); “água” ($\chi^2 = 27,89$) e “reforma” ($\chi^2 = 27,89$). O Quadro 3 evidencia alguns trechos.

Quadro 3

Avanços Alcançados

“Aquisição de veículos novos para saúde, educação e administração; ampliação de iluminação pública no município; reformas e ampliação de várias escolas, com salas de aula novas; manutenção dos serviços de limpeza pública; construção de bueiros e pontes na zona rural, pavimentação na zona rural; manutenção das estradas vicinais”.

“Além disso, ampliamos o acesso a programas de prevenção e promoção à saúde, como campanhas de vacinação e programas de combate a doenças crônicas. Na área de educação, continuamos investindo em melhorias estruturais nas escolas, garantindo um ambiente de aprendizado seguro e confortável para nossos estudantes”.

“Trabalhamos arduamente em prol da saúde [...], buscando, inicialmente, equipar a saúde municipal, com a reestruturação de equipamentos de saúde nas zonas urbana e rural, com Unidades Básicas de Saúde, SAMU e a construção da Praça de Convivência do CAPS II”.

“Na saúde, ampliamos a Campanha de prevenção e diagnóstico do câncer de mama, assim centenas de mulheres puderam realizar exames de mamografia; No Serviço de Assistência Social, estendemos as ações de buscas ativas às famílias em vulnerabilidade social bem como as ações para minimizar e/ou eliminar as condições de riscos”

“Acreditamos que o conhecimento é a chave para o desenvolvimento de uma sociedade mais justa e igualitária. Na área da saúde, implementamos ações preventivas e de atendimento à população, com foco na humanização do atendimento e na ampliação do acesso aos serviços de saúde.”

Fonte: Dados da pesquisa (2024).

Nos “Avanços alcançados”, os gestores relataram melhorias principalmente na saúde, educação, infraestrutura e assistência social, temas de interesse coletivo fundamentais para a avaliação das políticas públicas, já que, quando concretizadas, atenderiam, em parte, aos anseios da sociedade (Silva & Coutinho, 2021).

Nesse rumo, na administração pública, os melhores desempenhos são atribuídos à profissionalização dos gestores (Lourenço et al., 2017), que, naturalmente, tendem a ter melhores resultados e avaliações sobre as ações executadas (Arretche, 1998).

Como parte desse processo, a eleição é o principal mecanismo de *accountability*, onde os caminhos são, fundamentalmente, dois: a premiação, por meio da eleição ou reeleição; e a punição, via derrota (Cavalcante, 2015).

Assim, pela própria natureza da IN, cuja finalidade é a evidenciação dos resultados alcançados, essa classe surgiu, portanto, em cumprimento à legislação, mas também como uma oportunidade que, em última análise, reforçou as capacidades de cada gestão.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve como objetivo comparar o conteúdo da seção de “mensagem do prefeito” entre os relatórios de gestão publicados. Assim, foi possível categorizar os assuntos em três tópicos principais: a apresentação e o propósito do RGC, o compromisso estabelecido em enfrentar os desafios e a menção aos avanços obtidos.

Ademais, fora notada a necessidade de revisões nesta seção, que apesar de curta — se comparada a outras partes do relatório — abarcou uma quantidade considerável de desvios de escrita. Além disso, alguns trechos apareceram repetidamente em diferentes documentos, e parte dos relatórios apresentou o mesmo *design*, podendo gerar dúvidas se as particularidades de cada cidade foram consideradas.

Essa investigação apresentou apenas um diagnóstico inicial, com o intuito de que a academia acompanhe a evolução das formas de reporte, sobretudo quanto ao aprendizado desse processo. Nessa oportunidade, as iniciativas de melhoria nos relatórios são importantes porque as entregas do setor público, de serviços e produtos, podem ter avanços significativos, mas se a sociedade não conseguir perceber ou acreditar que não ocorreram progressos, torna-se um trabalho desprovido de significado (Lorson & Haustein, 2020).

Embora a Teoria da Agência tenha sido preferida, muitos agentes podem, genuinamente, servir a um principal (Wiseman et al., 2012), em que ser prefeito, conforme Marra et al. (2018), perpassa pela realização e felicidade de realizar e retribuir algo à cidade, onde a vocação e os sacrifícios pessoais são pilares para impulsionar a qualidade de vida dos munícipes.

Como limitações, aponta-se a impossibilidade de comparar os relatórios entre os anos, dado que as prestações de contas referentes ao exercício de 2023, até o momento da condução deste estudo, estavam indisponíveis ao público externo por estarem

em processo de julgamento. Ademais, especificamente sobre os “avanços”, há de se considerar que estes advieram de autorrelatos da gestão, não sendo alvo da pesquisa a comprovação do desempenho pronunciado nos discursos.

Nesta esteira, espera-se que estudos como estes possam auxiliar na simplificação das formas de reporte, de modo que a participação social e a democracia se fortaleçam com a redução da assimetria das informações, pois por meio do RGC, os principais (cidadãos) podem saber se os agentes (gestores e políticos) agiram de acordo com suas expectativas (Eisenhardt, 1989).

Com efeito, dado que o RGC deve discorrer não apenas sobre os aspectos positivos, seria oportuno analisar o tom dos relatórios, uma vez que as palavras são carregadas de emoções, e a escolha dos termos nem sempre decorrem do acaso. Ainda, outros aportes teóricos podem ser considerados, a exemplo da Teoria Institucional, segundo a qual o comportamento organizacional é moldado pela interação de pressões coercitivas, normativas e miméticas (Carvalho Veloso & Nossa, 2025).

REFERÊNCIAS

- Arretche, M. T. (1998). Tendências no estudo sobre avaliação. *Avaliação de políticas sociais: uma questão em debate*, 3(1), 29-49.
- Alves, D. P. (2011). *Acesso à informação pública no Brasil: Um estudo sobre convergência e a harmonia existentes entre os principais instrumentos de transparência e de controle social* [Monografia, 6º Concurso de Monografias da CGU]. Controladoria-Geral da União. <https://www.gov.br/cgu/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/controle-social/concurso-de-monografias>
- Alves, M. A., Bonfim, M. P., Silva, C. T., & Soares, J. M. M. V. (2023). Legibilidade dos Relatórios de Gestão no Setor Público Brasileiro. *Contabilidade Gestão e Governança*, 26(2), 213-248.
- Bakar, N. B. A., & Saleh, Z. (2015). Review of literature on factors influencing public sector disclosure: The way forward. *Asian Journal of Business and Accounting*, 8(2), 155-184.
- Burke, J. J., & Clark, C. E. (2016). The business case for integrated reporting: Insights from leading practitioners, regulators, and academics. *Business Horizons*, 59(3), 273-283.

O “Eu” do Prefeito no Relatório de Gestão Consolidado: Uma comparação do conteúdo das mensagens dos prefeitos nas prestações de contas municipais do Piauí

- Camargo, B. V., & Justo, A. M. (2013). IRAMUTEQ: um software gratuito para análise de dados textuais. *Temas em Psicologia*, 21(2), 513-518.
- Carvalho Veloso, C., & Nossa, V. (2025). Conformidade simbólica ou governança eficaz? Características do Conselho de Administração e Relato Integrado no Brasil. *Revista De Educação e Pesquisa em Contabilidade (REPeC)*, 19.
- Cavalcante, P. (2015). Vale a pena ser um bom prefeito? Comportamento eleitoral e reeleição no Brasil. *Opinião Pública*, 21, 87-104.
- Costa, A. A., & do Valle, A. C. M. B. (2023). Accountability, Governança e Teoria do Cisne Negro: impacto da estratégia de flexibilização dos contratos públicos para enfrentamento à crise gerada pela pandemia da COVID-19. *Quaestio Iuris*, 16(4), 2226-2246.
- Du Toit, E. (2017). The readability of integrated reports. *Meditari Accountancy Research*, 25(4), 629-653.
- Dumay, J., Bernardi, C., Guthrie, J., & Demartini, P. (2016). Integrated reporting: A structured literature review. *Accounting Forum*, 40(3), 166–185.
- Eisenhardt, K. M. (1989). Agency theory: An assessment and review. *Academy of Management Review*, 14(1), 57-74.
- Feng, T., Cummings, L., & Tweedie, D. (2017). Exploring integrated thinking in integrated reporting—an exploratory study in Australia. *Journal of Intellectual Capital*, 18(2), 330-353.
- Godoy, A. S. (1995). Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. *Revista de Administração de Empresas*, 35, 20-29.
- Iacuzzi, S., Garlatti, A., Fedele, P., & Lombrano, A. (2020). Integrated reporting and change: evidence from public universities. *Journal of Public Budgeting, Accounting & Financial Management*, 32(2), 291-310.
- International Integrated Reporting Council. (2013). *Consultation draft of the international framework*. <https://integratedreporting.ifrs.org/resource/international-ir-framework/>
- Kivistö, J. (2007). *Agency theory as a framework for the government-university relationship* [Doctoral dissertation, University of Tampere]. Tampere University Press.

- Lai, A., Melloni, G., & Stacchezzini, R. (2018). Integrated reporting and narrative accountability: the role of preparers. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, 31(5), 1381-1405.
- Lorson, P. C., & Hausteim, E. (2020). Public sector reporting: Lessons learnt from participatory budgeting. In V. Condor, C. M. Muñiz, & I.-M. García-Sánchez (Eds.), *New trends in public sector reporting: Integrated reporting and beyond* (pp. 57–79). Springer International Publishing.
- Lourenço, R. L., Nascimento, J. C. H. B., Sauerbronn, F. F., & da Silva Macedo, M. A. (2017). Determinantes sociais e pedagógicos das notas do IDEB. *Revista Pensamento Contemporâneo em Administração*, 11(4), 27-43.
- Manes-Rossi, F. (2018). Is integrated reporting a new challenge for public sector entities? *African Journal of Business Management*, 12(7), 172-187.
- Maria, S. C., d'Angelo, M. J., & Borgerth, V. M. D. C. (2022). Gaps in engagement in and use of Integrated Reporting in Brazil. *Revista Contabilidade & Finanças*, 33(88), 63-80.
- Marra, A. V., de Faria, J. C., de Freitas, L. M., da Silva, D. H., & Lara, S. de M. (2018). Identidade Gerencial dos Prefeitos: um Estudo a Partir das Práticas Discursivas. *Revista ADM.MADE*, 22(3), 22–37.
- Jensen, M. C., & Meckling, W. H. (1976). Theory of the Firm. *Managerial Behavior, Agency Costs and Ownership Structure*, 3(4), 305-360.
- Meijer, A. (2013). Understanding the complex dynamics of transparency. *Public Administration Review*, 73(3), 429-439.
- Oliveira, C. B. D., & Fontes Filho, J. R. (2017). Problemas de agência no setor público: o papel dos intermediadores da relação entre poder central e unidades executoras. *Revista de Administração Pública*, 51(4), 596-615.
- Ribeiro, C. D. M. D. A., Moraes, M. P., Pinheiro, A. B., & Neto, J. (2024). Quality of integrated reports: evidence from Brazilian public universities. *Social Responsibility Journal*, 20(1), 164-179.
- Romão, G., Ribeiro, C. de M. de A., & Viana Neto, J. (2022). A relação entre a aderência dos relatos integrados ao framework do IIRC e o desempenho econômico. *Revista Ambiente Contábil*, 14(2), 146–168.

O “Eu” do Prefeito no Relatório de Gestão Consolidado: Uma comparação do conteúdo das mensagens dos prefeitos nas prestações de contas municipais do Piauí

- Silva, R. M., & Coutinho, D. J. G. (2021). Políticas públicas e sociedade. *Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação*, 7(10), 48–60
- Salviati, M. E. (2017). *Manual do aplicativo Iramuteq (versão 0.7 alpha 2 e R versão 3.2.3)*.
- Silveira, A. D. M. da. (2010). *Governança corporativa no Brasil e no mundo: teoria e prática*. Elsevier.
- Soares, J. R., Raupp, F. M., & Tezza, R. (2021). Qualidade do gasto público nos municípios de Santa Catarina. *Contabilidade Vista & Revista*, 32(3), 165-194.
- Tejedo-Romero, F., & Araujo, J. F. F. E. (2021). Fatores influenciadores da divulgação de informação e do acesso à informação dos municípios. *Transinformação*, 33, e200038.
- Tribunal de Contas da União. (2018). *Cartilha: Relatório de Gestão na forma de Relatório Integrado*. <https://portal.tcu.gov.br/contas/contas-e-relatorios-de-gestao/contas-do-exerciciode2018.htm>
- Tribunal de Contas da União. (2020). *Contexto geral das prestações de contas*. <https://portal.tcu.gov.br/contas/contas-e-relatorios-de-gestao/contexto-geral-das-prestacoes-de-contas.htm>
- Tribunal de Contas do Estado do Piauí. (2022a). *Instrução Normativa TCE/PI nº 01/2022: Disciplina a composição do Relatório de Gestão Consolidado e dá outras providências*. <https://www.tcepi.tc.br/wp-content/uploads/2022/04/INSTRUCAO-NORMATIVA-no-01-22-Relatorio-de-Gestao-Consolidado.pdf>
- Tribunal de Contas do Estado do Piauí. (2022b, December 14). *Webinar Relatório de Gestão Consolidado* [Video]. YouTube. <https://www.youtube.com/watch?v=Qp-r75ti5DU>
- Wiseman, R. M., Cuevas-Rodríguez, G., & Gomez-Mejia, L. R. (2012). Towards a social theory of agency. *Journal of Management Studies*, 49(1), 202-222.

Motivação, Saúde e Bem-Estar no Trabalho: Caminhos para um Equilíbrio Sustentável

Maria Leonor Ferreira Duarte

Instituto Superior Miguel Torga - leonordomingues75@gmail.com

Célia Santos

Instituto Superior Miguel Torga - celiafsantos@hotmail.com

Bruno Cordeiro

Instituto Superior Miguel Torga; CEBER, Centre for Business and Economics Research, Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra; CEISUC - Centro de Estudos e Investigação em Saúde da Universidade de Coimbra - bruno@ismt.pt

Gabriela Pedro Gomes

CEBER - Centre for Business and Economics Research, Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra - gabrielapgomes@hotmail.com

Resumo

Este estudo examina a relação entre motivação, saúde e bem-estar no ambiente de trabalho e os seus impactos no desempenho organizacional e satisfação dos colaboradores. Através de uma revisão sistemática de 35 artigos publicados na *Web of Science* entre 2023 e 2024, foram analisadas as tendências e lacunas da literatura. Os resultados mostram que práticas eficazes de Gestão de Recursos

Humanos, focadas na saúde e bem-estar, têm impacto positivo na motivação, resultando em melhor desempenho. O estudo destaca a importância de um ambiente de trabalho equilibrado, onde a motivação, saúde e bem-estar são prioridades, contribuindo para a qualidade de vida no trabalho e para o sucesso organizacional.

Palavras-chave: Gestão de Recursos Humanos, Motivação, Saúde, Bem-estar;

Motivation, Health and Well-Being at Work: Paths to Sustainable Balance

Abstract

This study examines the relationship between motivation, health, and well-being in the workplace and their impact on organizational performance and employee satisfaction.

Through a systematic review of 35 articles published in the Web of Science between 2023 and 2024, trends and gaps in the literature were analyzed. The results show that

effective Human Resource Management practices, focused on health and well-being, positively impact motivation, leading to improved performance. The study highlights the impor-

tance of a balanced work environment where motivation, health, and well-being are priorities, contributing to better quality of work life and organizational success.

Keywords: Human Resource Management, Motivation, Health, Well-being

1. INTRODUÇÃO

No cenário contemporâneo das empresas, é crucial e estratégico alcançar um equilíbrio eficaz entre a motivação, saúde e bem-estar dos colaboradores. Num meio profissional marcado pela concorrência e rápidas transformações no mercado global, há um constante avanço para atender às necessidades cada vez mais complexas e dinâmicas. Neste contexto, é fundamental compreender como estes três pilares interagem não só para melhorar a eficiência, mas também garantir uma maior qualidade de vida no ambiente laboral.

A motivação dos colaboradores é inseparável da sua saúde física, mental e bem-estar emocional. As empresas que investem em medidas para fortalecer esses elementos não só beneficiam o bem-estar dos seus colaboradores, mas também desenvolvem equipas mais comprometidas e capazes de lidar com dificuldades de forma resiliente. A importância da saúde vai além da mera ausência de doenças físicas, incluindo a promoção de hábitos saudáveis e o apoio à saúde mental, fundamentais para reduzir o stress e manter o equilíbrio entre a vida pessoal e profissional. Além disso, a promoção do bem-estar no local de trabalho transcende a implementação de benefícios e programas de saúde, envolvendo também a criação de um ambiente psicologicamente seguro onde os colaboradores se sintam valorizados, ouvidos e motivados a atingir o seu melhor desempenho. Assim, compreender as interações entre motivação, saúde e bem-estar não só afeta o desempenho individual, mas também configura a cultura organizacional e promove a criação de um ambiente de trabalho mais humano e sustentável.

O principal objetivo deste estudo é examinar a relação entre motivação, saúde e bem-estar no local de trabalho, explorando o impacto desses elementos no desempenho e no bem-estar dos colaboradores. O tema da motivação, saúde e bem-estar no

ambiente de trabalho é amplamente abordado na literatura de GRH, visto como elementos essenciais para a produtividade e a satisfação dos colaboradores. Na realidade atual, as empresas deparam-se com desafios para manter um ambiente de trabalho saudável e motivador, tornando a investigação sobre este tema ainda mais relevante. No contexto socioeconómico geral, há um aumento da preocupação do bem-estar dos colaboradores, devido a alterações nas normas laborais e a uma maior valorização da saúde mental. As pesquisas mostram que ambientes de trabalho positivos não só beneficiam a qualidade de vida dos colaboradores, mas também impulsionam a eficiência e diminuem despesas com a saúde e rotatividade. A relevância deste estudo reside na necessidade de identificar e adotar medidas que estimulem um ambiente laboral equilibrado e saudável, colaborando com o bem-estar dos colaboradores. Este estudo oferecerá informações sobre as práticas atuais e possíveis melhorias, auxiliando as empresas a estabelecer um ambiente de trabalho que favoreça o bem-estar laboral e, por conseguinte, eleve o desempenho organizacional. Embora haja muitas investigações sobre o tema, ainda existem lacunas significativas, principalmente no que se refere a pesquisas atualizadas. A ausência de evidências atuais que analisem a relação destes três elementos no contexto atual dificulta as empresas na adoção de medidas baseadas em evidências para melhorar o ambiente laboral e manter os colaboradores motivados. A relevância deste tema justifica-se pela urgência de estabelecer ambientes de trabalho que não só aumentem a produtividade, mas também incentivem a saúde e o bem-estar dos colaboradores. Num ambiente económico cada vez mais competitivo, as empresas que valorizam o bem-estar dos seus colaboradores possuem uma vantagem ao atrair e reter talentos, além de alcançar melhores resultados de produtividade.

Este artigo está estruturado da seguinte forma: inicialmente, faz-se uma breve descrição dos conceitos chave, como os diferentes tipos de motivação e como a promoção da saúde pode impactar positivamente o desempenho e o ambiente organizacional. As consequências do bem-estar laboral serão analisadas, seguidas de uma reflexão sobre o equilíbrio ideal entre motivação, saúde e bem-estar. Segue-se a metodologia utilizada para investigar estes temas, seguida pela apresentação dos resultados da revisão da literatura. Finaliza-se com uma breve conclusão e direções para pesquisas futuras.

2. REVISÃO DE LITERATURA

2.1 Motivação

A literatura continua a trabalhar na tentativa de encontrar uma definição para “motivação”. Cunha et al. (2006) descrevem a motivação como um conjunto de forças que influenciam o comportamento e definem a sua natureza, direção, grau e duração, podendo surgir tanto do indivíduo quanto do ambiente externo. Goldim e Silva (2009) definem a motivação como uma ação orientada para o objetivo, caracterizada pela persistência temporal e afetada por necessidades, emoções, valores, finalidades e expectativas. A motivação é muitas vezes considerada um estado interno que incentiva o indivíduo a adotar determinados comportamentos (Spector, 2006).

Bergamini (1997) vê a motivação como um impulso para executar uma tarefa ou atingir um objetivo específico. Estas causas derivam de duas fontes principais: intrínseca e extrínseca. A motivação intrínseca ocorre quando a atividade é realizada pelo interesse ou prazer que ela proporciona, sem a necessidade de recompensas externas (Ryan & Deci, 2000). Para o seu desenvolvimento, fatores como familiaridade com a tarefa, competência e autonomia são essenciais (Gagné & Deci, 2005). Já a motivação extrínseca envolve a execução de atividades para obter recompensas externas, evitar punições ou adquirir a aprovação de terceiros, estando mais relacionada à interação com o ambiente e fatores situacionais (Morris et al., 2022). Esta refere-se, portanto, ao grau em que os colaboradores sentem que têm autonomia sobre as suas ações (Ryan & Deci, 2000).

2.2 Saúde

O impacto do ambiente de trabalho na saúde dos colaboradores é cada vez mais claro. Quando existem más condições de trabalho, exposição a determinados produtos e sobrecarga laboral, o ambiente de trabalho acaba por afetar a saúde dos colaboradores (Vasconcelos, 2008). Posto isto, garantir a saúde, segurança e satisfação dos colaboradores durante o trabalho implicará disponibilizar recursos e estruturas adequados, sobretudo para prevenir doenças laborais e promover a qualidade de vida laboral (Merlo et al., 2014). Além disso, é fundamental que os colaboradores compreendam o trabalho e as suas consequências para a saúde, sobretudo para desenvolver estratégias capazes de prevenir estas doenças, uma vez que, cada indivíduo é um agente ativo das suas decisões de estilo de vida e relações com o trabalho (Marques et al., 2011).

A introdução de programas de saúde no local de trabalho tem demonstrado efeitos positivos na redução de custos, absentismo e promoção da saúde preventiva (Davis et al., 2009; Mattke et al., 2013). Além disso, construir um ambiente de trabalho saudável fomenta uma relação de respeito e de confiança entre os colaboradores e estimula o envolvimento e a produtividade da empresa, uma vez que, estas iniciativas são vistas pelos colaboradores como um investimento positivo por parte da organização (Harris, 2009), contribuindo assim para um ambiente de trabalho mais saudável e produtivo (Fonarow et al., 2015; Gray et al., 2019).

2.3 Bem-estar

O bem-estar no ambiente de trabalho refere-se ao predomínio de emoções positivas durante o trabalho e à sensação de progresso e realização pessoal por parte dos colaboradores. Este conceito inclui uma componente cognitiva relacionada com a perceção do sentimento de realização pessoal, e uma dimensão afetiva associada a emoções e sentimentos (Paschoal, 2008). De acordo com Waterman (1993), o conceito de bem-estar é dividido entre as abordagens hedónica e eudemónica. O bem-estar hedónico, focado no prazer e satisfação, envolve dois domínios: o afetivo, que engloba emoções positivas e negativas; e o cognitivo, que abrange a avaliação da satisfação com a vida e aspetos específicos como o trabalho (Diener et al., 2003). Já o bem-estar eudemónico concentra-se no desenvolvimento pleno das capacidades humanas, sendo alcançado quando as atividades estão alinhadas com os valores e objetivos de vida do indivíduo (Waterman, 1993), com vista à felicidade (Jacoby & Monteiro, 2016).

A principal diferença entre estas abordagens reside na perspetiva da felicidade, sendo que o bem-estar hedónico se foca no prazer ou na satisfação, enquanto o bem-estar eudemónico é fundamentado no desenvolvimento completo das capacidades humanas. Para Deci e Ryan (2008), o objetivo de todo o comportamento é a busca da felicidade ou do bem-estar eudemónico. Assim, bem-estar pressupõe a existência de satisfação no trabalho, envolvimento com o trabalho e comprometimento com a organização, não devendo ser entendido apenas como a predominância de afeto positivo e satisfação com a vida, devendo integrar também a vitalidade e saúde mental (Siqueira & Padovam, 2008). Um elevado nível de bem-estar não implica, portanto, a ausência de emoções, mas sim a abundância de emoções positivas (Albuquerque & Tróccoli, 2004).

2.4 Equilíbrio da motivação, saúde e bem-estar

No contexto empresarial, os colaboradores são vistos como recursos humanos valiosos, com competências e conhecimento, que contribuem para o crescimento e sucesso organizacional. Porém, é fundamental destacar que são indivíduos e, por isso, têm personalidade, expectativas, objetivos e necessidades próprias (Andrade, 2012). Para garantir um ambiente de trabalho saudável e produtivo, as empresas precisam de investir na melhoria das condições de trabalho e na promoção da qualidade de vida (Hulls et al., 2022).

Além disso, colaboradores motivados e satisfeitos demonstram, tendencialmente, uma maior vontade e habilidade para desempenhar as suas funções (Chiavenato, 1999) e, por isso, esta promoção deve focar-se no bem-estar dos indivíduos e na melhoria do desempenho organizacional (Ferreira, 2019). Um investimento substancial em promoção do bem-estar laboral pode conduzir a vantagens muito significativas e duradouras, tanto para os colaboradores quanto para a organização, nomeadamente uma maior produtividade e retenção, bem como um aumento da satisfação com o ambiente de trabalho (Harter et al., 2002) e melhoria da saúde física e mental dos colaboradores, fortalecendo as relações entre estes (Howell et al., 2016).

3. METODOLOGIA

Este estudo conduz uma revisão sistemática da literatura para obter uma compreensão aprofundada sobre a motivação, saúde e bem-estar no ambiente de trabalho.

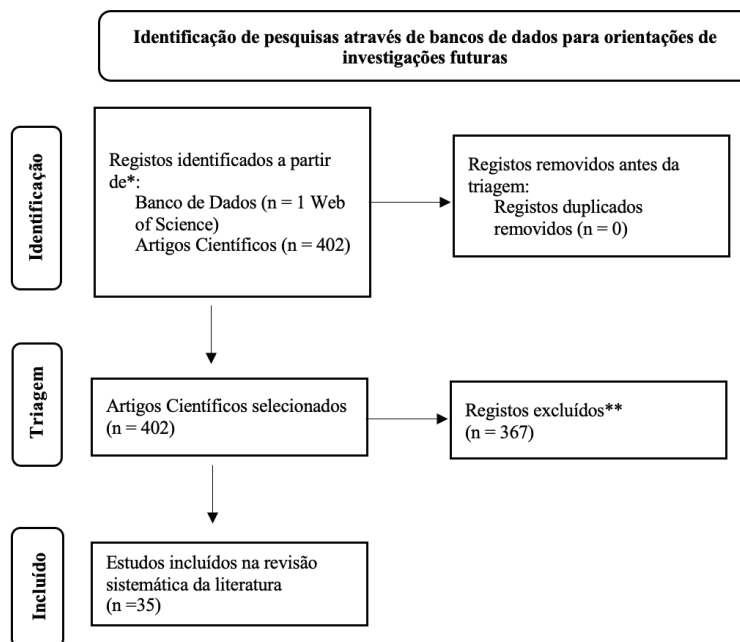
Dos vários bancos de dados disponíveis, foi utilizado o Web of Science (WoS), por ser considerado o mais confiável, robusto e respeitado globalmente (Saleem et al., 2021), sendo frequentemente utilizado em estudos bibliométricos nas áreas da gestão e organização. Os registos encontrados a 13 de maio de 2024 na coleção principal do WoS foram utilizados na revisão, abrangendo o ano de 2023 até à data da pesquisa.

Com o objetivo de investigar a extensão da literatura sobre motivação, saúde e bem-estar, foi conduzida uma pesquisa Tópico utilizando os termos “motivation”, “health”, “well-being” e “employee*”. Isto é, foi utilizada a Pesquisa de Proximidade Booleana para reconhecer termos particulares relacionados com o tema (como employee, employer e employment), sendo que, ao utilizar o asterisco, é possível abranger todas as variações da palavra na pesquisa. Para direcionar a pesquisa e manter

coerência com os objetivos, foi limitada a quantidade de artigos com base na seleção do tipo de documento, ano de publicação, idioma e categorias. Os critérios de inclusão e de pesquisa estão apresentados no diagrama de fluxo PRISMA 2020 (consultar Figura 1). Durante o processo de triagem, foram removidos 367 artigos, resultando em 35 artigos para analisar as tendências da motivação, saúde e bem-estar na literatura. Após a seleção final dos artigos, procedeu-se a uma análise qualitativa descritiva. Os artigos foram lidos na íntegra e agregados mediante uma categorização temática. Este procedimento permitiu identificar padrões, construtos centrais e tendências, que facilitaram a integração crítica da literatura. De forma a robustecer a revisão, os autores recorreram a três critérios de avaliação: clareza dos objetivos e enquadramento teórico, descrição adequada da amostra e da metodologia adotada para recolha de dados e a coerência entre métodos, resultados e conclusões. Os 35 artigos resultantes cumpriram cumulativamente estes critérios.

Figura 1

Diagrama de fluxo PRISMA 2020



Fonte: Adaptado de Page et al. (2021)

* Pesquisa iniciada com o uso do termo “motivation” e “health” e “well-being” e “employee*” na pesquisa Tópico.

** Exclusão com base na seleção do tipo de documento (artigo), banco de dados (Web of Science), ano de publicação (2023 e 2024), idioma (inglês) e categorias (*Management, Psychology, Applied Psychology Multidisciplinary ou Business*)

4. RESULTADOS

Nesta secção, os resultados da pesquisa sobre o tema são apresentados e contextualizados num panorama abrangente que inclui pesquisas atuais e contribuições para as empresas. A análise das sugestões futuras é fundamental para encontrar áreas de conhecimento ainda não investigadas e orientar o desenvolvimento futuro neste campo de estudo. Além disso, são analisadas as possíveis contribuições organizacionais decorrentes deste estudo. O objetivo é abordar o modo como as descobertas podem ter um efeito benéfico nas políticas, práticas, estratégias da empresa. Esta análise visa não apenas expandir o conhecimento teórico, mas também incentivar o uso de aplicações práticas direcionadas para otimizar o desempenho e a satisfação dos colaboradores.

A tabela 1 apresenta sugestões para pesquisas futuras e potenciais melhorias organizacionais, baseadas nos resultados encontrados. Estas sugestões têm como objetivo preencher as lacunas na literatura existente e sugerir áreas de investigação, bem como fornecer sugestões práticas que as empresas podem adotar para melhorar o seu local de trabalho.

Tabela 1

Sugestões para Pesquisas Futuras

Fonte	Questão de pesquisa	Sugestões futuras	Contribuições organizacionais
Meuser & Smallfield (2023)	Implementação da liderança servidora	<ul style="list-style-type: none"> - Existência de uma abordagem clara e confiável para desenvolver a liderança servidora nas empresas 	<ul style="list-style-type: none"> - Priorizar as necessidades e preocupações pessoais dos colaboradores - Fortalecer o sentimento de pertencimento e a confiança no trabalho e nas competências de liderança
Serenko (2024)	Impacto do fenómeno “ <i>Quit-et Quitting</i> ”	<ul style="list-style-type: none"> - Investigação qualitativa - Comparação de setores - Estudos de longo prazo - Pesquisas sobre políticas nacionais - Comparação global - Abrangimento do equilíbrio entre vida pessoal e profissional - Influência dos estilos de liderança - Investigar questões de diversidade e inclusão 	<ul style="list-style-type: none"> - Partilha de conhecimento - Explorar os motivos de saída dos colaboradores - Considerar alternativas ao despedimento - Reconhecer e recompensar resultados notáveis - Fomentar a equidade - Compensar os esforços adicionais
Holman et al. (2024)	Impacto do “ <i>Job Crafting</i> ” no trabalho	<ul style="list-style-type: none"> - Utilizar dados longitudinais - Criar medidas específicas - Investigar mais estratégias de “<i>Job Crafting</i>” e do trabalho - Analisar o impacto das diversas perceções - Incorporar estudos não publicados 	<ul style="list-style-type: none"> - Apoiar os colaboradores na criação de recursos e requisitos de trabalho para garantir resultados positivos
Martin et al. (2023)	A qualidade do líder-membro (LMX) no bem-estar	<ul style="list-style-type: none"> - Recolher dados de diferentes fontes - Utilizar a análise de variáveis latentes - Investigar diversos tipos e níveis de trocas LMX 	<ul style="list-style-type: none"> - Construir relações positivas e de alta qualidade com os colaboradores - Incentivar interações diárias entre chefes e colaboradores - Promover comunicação clara, apoio e valorização - Implementar programas de desenvolvimento de liderança - Estabelecer políticas de feedback, desenvolvimento e colaboração

Ruzungunde et al. (2023)	Investigação dos determinantes da contabilização da saúde mental	<ul style="list-style-type: none"> - Estudos longitudinais - Elaborar escalas distintas para cada dimensão - Realizar métodos qualitativos - Analisar o bem-estar nos setores público e privado - Incorporar gestores - Observar como a tecnologia afeta produtividade e qualidade de vida 	<ul style="list-style-type: none"> - Defender a garantia de condições de trabalho dignas - Implementar intervenções organizacionais para apoiar a saúde mental
Lee & Jo (2023)	Influência da autonomia no trabalho e bem-estar psicológico na redução da ansiedade	<ul style="list-style-type: none"> - Utilizar amostras maiores e multinacionais - Variação dos métodos de medição - Explorar relações interpessoais e envolvimento - Analisar bem-estar mental e produtividade 	<ul style="list-style-type: none"> - Estabelecer microfundação psicológica para melhorar eficiência e desempenho - Criar um sistema de aprendizagem com diversas experiências profissionais - Atribuir mais valor ao trabalho e promover um estado emocional positivo - Garantir que os colaboradores estejam cientes da situação empresarial - Oferecer programas de incentivo, como férias pagas ou apoio a atividades comunitárias
Hoppe et al. (2023)	Investigação do efeito mediador da extensão e intensificação do trabalho	<ul style="list-style-type: none"> - Aumentar a quantidade de dados recolhidos - Analisar as variações nas demandas de trabalho - Generalizar os resultados - Avaliar abordagens positivas e negativas para lidar com situações difíceis 	<ul style="list-style-type: none"> - Gerir o tempo e a carga de trabalho de forma eficiente - Implementar intervenções personalizadas para cada colaborador - Garantir a distribuição clara de tarefas - Oferecer políticas e programas de apoio aos colaboradores - Introduzir programas de saúde para gerir o <i>stress</i>
Poethke et al. (2023)	As condições de trabalho flexíveis afetam o comportamento	<ul style="list-style-type: none"> - Examinar as conexões causais entre flexibilidade e assiduidade - Utilizar métodos mais sólidos - Criar métodos mais exatos para avaliar o presentismo - Investigar o impacto da liderança, das diferenças individuais e da cultura organizacional - Analisar o impacto da flexibilidade e do ambiente de trabalho 	<ul style="list-style-type: none"> - Sensibilizar as empresas sobre os custos do presentismo - Reorganizar atividades para reduzir a pressão sobre os colaboradores - Incentivar o equilíbrio entre a vida profissional e familiar - Evitar o trabalho fora do horário laboral

Chaichi et al. (2023)	As dimensões do bem-estar dos colaboradores no ambiente de trabalho	<ul style="list-style-type: none"> - Melhorar as condições de trabalho e o apoio ao bem-estar dos colaboradores - Adotar uma abordagem equilibrada em relação aos clientes - Proporcionar supervisão mais eficaz para prevenir a sobrecarga de trabalho 	<ul style="list-style-type: none"> - Implementar iniciativas eficazes para promover a saúde mental e física - Compreender profundamente as necessidades e desafios dos colaboradores - Promover um ambiente de trabalho mais positivo e eficiente - Ajustar estratégias de gestão para atender às demandas dos colaboradores - Fomentar discussões sobre questões de bem-estar
Breedt et al. (2023)	Avaliar as condições psicossociais de trabalho e o impacto no bem-estar mental	<ul style="list-style-type: none"> - Identificar grupos de risco para aplicação de intervenções psicossociais 	<ul style="list-style-type: none"> - Implementar Programas de Assistência ao Colaborador - Melhorar os elementos fundamentais do trabalho - Aprimorar as condições laborais - Avaliar e melhorar o estilo de liderança - Oferecer programas de formação - Introduzir intervenções de <i>mindfulness</i> - Promover programas de prática de exercício
Chinyamurindi et al. (2023)	Determinantes da saúde mental dos colaboradores	<ul style="list-style-type: none"> - Pesquisas qualitativas - Investigar os aspetos da saúde mental em diversos níveis de administração - Compreender a forma como as organizações públicas estão a lidar com os desafios da saúde mental - Investigar abordagens que impulsionam um trabalho digno 	<ul style="list-style-type: none"> - Priorizar trabalho e comportamento de cidadania organizacional - Promover a saúde mental - Fomentar uma força de trabalho comprometida - Gerar vantagem competitiva para o setor público

Nawaz et al. (2024)	Examinar as funções de mentoria promovem o bem-estar	<ul style="list-style-type: none">- Investigar diferentes preditores- Considerar fatores que influenciam o bem-estar- Considerar a empregabilidade dos jovens como construto dependente- Aplicar a autoconfiança e foco na carreira em diferentes áreas da indústria- Analisar a interação entre os elementos- Avaliar a conexão entre bem-estar e mentoria- Realizar um estudo a longo prazo	<ul style="list-style-type: none">- Aprimorar os programas de mentoria- Contratar e reter mentores qualificados- Realizar reuniões regulares entre mentores e mentorados- Incentivar a motivação pessoal e o desenvolvimento de competências
Dagher et al. (2024)	Investigação da motivação e da satisfação no trabalho	<ul style="list-style-type: none">- Adotar uma abordagem multidimensional- Considerar os fatores extrínsecos e intrínsecos- Analisar percepções de risco e resposta aos desafios	<ul style="list-style-type: none">- Compreender os desafios do Departamento de Recursos Humanos- Reconhecer os elementos que impactam a motivação e que podem ser aplicados- Destacar os fatores que impulsionam a satisfação- Auxiliar na elaboração de políticas de RH mais eficazes
Scholze & Hecker (2024)	O impacto da digitalização no bem-estar e influencia de locais de trabalho sustentáveis	<ul style="list-style-type: none">- Integrar o lado positivo e negativo da digitalização no trabalho- Analisar como a digitalização afeta a tensão psicológica- Investigar a percepção dos colaboradores às tecnologias digitais- Elaborar planos de transformação digital	<ul style="list-style-type: none">- Melhorar a tecnologia digital- Proteger a saúde digital- Promover a comunicação e cooperação <i>online</i>- Fomentar <i>feedback</i> e participação na digitalização
Wang et al. (2024)	A afetação da supervisão abusiva dos líderes no bem-estar psicológico	<ul style="list-style-type: none">- Aplicar técnicas de recolha de dados de diversas fontes- Realização da pesquisa em grupo- Incluir diversos participantes- Investigar como as variáveis impactam o bem-estar psicológico	<ul style="list-style-type: none">- Combinar as teorias COR e de Autodeterminação para entender o bem-estar psicológico- Compreender os efeitos negativos da supervisão abusiva- Reconhecer a importância da autodeterminação- Avaliar a influência da compatibilidade entre colaborador e organização no bem-estar psicológico

Kau et al. (2024)	Investigar a influência do clima ético de trabalho	<ul style="list-style-type: none"> - Pesquisas a longo prazo - Amostra diversificada - Utilizar métodos qualitativos - Examinar outros elementos que impactam a proatividade - Intervenções práticas - Investigar os efeitos da proatividade - Investigar o clima empresarial 	<ul style="list-style-type: none"> - Incentivar a motivação autónoma - Atender às necessidades essenciais dos colaboradores - Implementar estratégias e métodos que satisfaçam essas necessidades - Encorajar ações proativas - Adotar uma liderança que promova autonomia, reconhecimento e espírito de equipa - Elaborar projetos voltados para a saúde e qualidade de vida
Pingel & Fay (2024)	O papel moderador na relação entre a proatividade e os efeitos	<ul style="list-style-type: none"> - Aprofundar a análise da influência da proatividade - Realizar pesquisas longitudinais - Examinar potenciais moderadores que afetam a proatividade, motivação e satisfação - Elaborar e verificar os resultados de intervenções práticas - Comparar contextos empresariais 	<ul style="list-style-type: none"> - Compreender os efeitos da proatividade - Criar um ambiente laboral que apoie a autonomia - Garantir a satisfação das necessidades básicas dos colaboradores - Estabelecer um ambiente favorável à motivação
Kim et al. (2024)	A influência da Inteligência Artificial na insegurança no trabalho, segurança psicológica e depressão	<ul style="list-style-type: none"> - Adotar uma abordagem de múltiplas fontes - Investigar os efeitos da proatividade a longo prazo - Analisar as diferentes tecnologias - Avaliar as políticas organizacionais - Estudar variações demográficas - Analisar as consequências do uso de Inteligência Artificial 	<ul style="list-style-type: none"> - Consciencializar sobre o impacto do trabalho instável na saúde mental - Focar no uso da Inteligência Artificial - Identificar os fatores que oferecem proteção - Valorizar a saúde mental no ambiente profissional
Zewude & Hercz (2024)	Examinação do papel mediador da motivação para a tarefa de trabalho	<ul style="list-style-type: none"> - Utilizar a Teoria da Auto-determinação e da Psicologia Positiva - Intervenções práticas - Criar um método de pesquisa experimental abrangente 	<ul style="list-style-type: none"> - Incentivar os colaboradores a aumentar a produtividade - Aproveitar o potencial dos colaboradores

Motivação, Saúde e Bem-Estar no Trabalho: Caminhos para um Equilíbrio Sustentável

Suárez-Barraza & Huerta-Carvajal (2024)	O impacto da filosofia Kaizen e da técnica <i>Mindfulness Zen</i> Budismo no bem-estar individual	<ul style="list-style-type: none"> - Realizar pesquisa qualitativa - Pesquisar dados secundários - Entrevistar determinadas áreas geográficas 	<ul style="list-style-type: none"> - Combinação de Kaizen e <i>Mindfulness</i> pode aprimorar a qualidade de vida dos colaboradores e auxiliar no cumprimento das normas
Jing et al. (2024)	Análise das relações entre demandas de trabalho, recursos de trabalho, recursos pessoais e bem-estar	<ul style="list-style-type: none"> - Utilizar estudos de longo prazo - Intervenção para aprofundar as relações entre as demandas do emprego, recursos pessoais e bem-estar - Implementar diferentes instrumentos de medição - Escolher participantes de diferentes níveis e tipos de hospitais 	<ul style="list-style-type: none"> - Promover a segurança psicológica no ambiente de trabalho - Adotar estratégias para alcançar os objetivos - Incentivar os colaboradores a enfrentarem as exigências do trabalho
Van Waeyenberg (2024)	As motivações que impulsionam o presentismo	<ul style="list-style-type: none"> - Aumentar a generalização - Investigar os fatores que afetam a motivação - Diversificar os métodos de recolha de dados - Investigar os antecedentes não explorados do presentismo - Avaliar a escala de motivação do presentismo em vários locais de trabalho - Considerar a natureza evolutiva do trabalho 	<ul style="list-style-type: none"> - Realizar uma observação atenta das razões do presentismo - Implementar estratégias focadas no bem-estar dos colaboradores - Desenvolver estratégias eficazes para lidar com o presentismo - Permanecer atento aos contextos caracterizados pelo presentismo voluntário
Birkett et al. (2024)	Impacto de um projeto artístico comunitário na saúde física e mental	<ul style="list-style-type: none"> - Exploração dos elementos individuais e externos que afetam a qualidade de vida - Conduzir estudos para avaliar como as atividades dos grupos de artes comunitárias impactam a saúde mental - Análise qualitativa das intervenções em diferentes ambientes 	<ul style="list-style-type: none"> - Criar redes de contacto - Promover a união e propósito - Garantir a segurança e participação em atividades importantes - Fomentar a expressão pessoal através de atividades criativas
Babatope et al. (2023)	Perspetivas sobre a esgotamento profissional	<ul style="list-style-type: none"> - Inexistência de sugestões futuras 	<ul style="list-style-type: none"> - Adotar medidas para reduzir o esgotamento profissional e o conflito trabalho-família - Reduzir o <i>stress</i> - Implementar práticas de gestão organizacional - Estimular a autonomia - Oferecer horários flexíveis

Peethambaran & Naim (2023)	Examinar a relação entre a liderança capacitadora e a construção holística de bem-estar	<ul style="list-style-type: none"> - Validação empírica 	<ul style="list-style-type: none"> - Priorizar líderes capacitadores - Aumentar o Envolvimento dos Funcionários (EWP)
Jada et al. (2023)	A promoção da liderança capacitadora influencia o bem-estar	<ul style="list-style-type: none"> - Reavaliar os tópicos com especialistas - Confirmar as práticas comunicadas pelos gestores - Realizar análises comparativas sobre liderança e bem-estar - Avaliar o bem-estar considerando o comprometimento e satisfação - Realizar estudos abrangentes - Reaplicar o estudo em outras empresas 	<ul style="list-style-type: none"> - Estimular a criatividade - Fornecer <i>feedback</i> construtivo - Oferecer incentivos - Promover compromisso organizacional e bem-estar no trabalho - Envolver colaboradores na tomada de decisão e definição de objetivos
Ting & Ahn (2024)	As necessidades psicológicas no trabalho influenciam a satisfação e o bem-estar no trabalho	<ul style="list-style-type: none"> - Variar métodos de pesquisa - Avaliar o impacto da experiência dos colaboradores com clientes - Investigar os efeitos do envolvimento e bem-estar 	<ul style="list-style-type: none"> - Envolver colaboradores nos processos de alocação de trabalho - Incentivar a partilha de opiniões - Inserir ideias dos colaboradores no trabalho - Garantir que os colaboradores possam expressar as suas capacidades - Apoiar colaboradores em tarefas específicas - Oferecer oportunidades de formação - Estabelecer uma cultura organizacional positiva - Criar plataformas de comunicação
Eccles et al. (2023)	Compreender a psicologia do descanso dos treinadores	<ul style="list-style-type: none"> - Realizar uma análise mais detalhada dos resultados em comparação com o modelo de Eccles e Kazmier 	<ul style="list-style-type: none"> - Reconhecer a importância do descanso - Equilibrar o trabalho e vida pessoal - Desconectar do trabalho fora do horário laboral - Definir metas alcançáveis

Motivação, Saúde e Bem-Estar no Trabalho: Caminhos para um Equilíbrio Sustentável

Nielsen et al. (2023)	Determinar o layout do escritório como um preditor do controlo do trabalho	<ul style="list-style-type: none"> - Fornecer poder estatístico suficientemente elevado - Analisar como os elementos do trabalho estão relacionados - Investigar o <i>layout</i> do escritório afeta a capacidade de controlo sobre a saúde e bem-estar 	<ul style="list-style-type: none"> - Permitir a regulação da carga de trabalho - Disponibilizar espaços silenciosos - Oferecer opções de trabalho privado - Analisar as características dos colaboradores e suas responsabilidades
Cankaya (2023)	Desenvolver soluções para aprimorar o bem-estar dos profissionais de saúde durante a pandemia de COVID-19	Inexistência de sugestões futuras	<ul style="list-style-type: none"> - Proporcionar apoio financeiro e psicológico, valorizando os colaboradores - Implementar medidas antiestigma
Hooda et al. (2023)	As práticas empresariais e os estudos acadêmicos têm uma grande influencia no equilíbrio entre a vida profissional e pessoal	<ul style="list-style-type: none"> - Reproduzir o estudo em diversos setores - Utilizar estudos longitudinais 	<ul style="list-style-type: none"> - Reduzir a sensação de insegurança - Promover a comunicação transparente e iniciativas de apoio e crescimento profissional
Yuce-Selvi & Sumer (2023)	A percepção da insegurança no trabalho afeta a procura de emprego	<ul style="list-style-type: none"> - Reproduzir o estudo em diversos setores - Utilizar estudos longitudinais para investigar as relações de causa-efeito entre a insegurança e o comportamento 	<ul style="list-style-type: none"> - Analisar fatores pessoais e organizacionais que impactam a procura de emprego - Implementar estratégias para preservar a motivação

Siziba & Barnard (2023)	Compreensão da qualidade de vida no trabalho dos médicos oncológicos	<ul style="list-style-type: none"> - Explorar o potencial da identidade profissional - Obter uma visão mais ampla das funções e como se relacionam com a qualidade de vida no trabalho - Refletir sobre a qualidade de vida no trabalho afeta a identidade profissional - Enfatizar o impacto das restrições do ambiente de trabalho - Investigar a experiência de qualidade de vida no trabalho, considerando género, etnia e equilíbrio entre vida pessoal e profissional 	<ul style="list-style-type: none"> - Adotar políticas para melhorar a qualidade de vida no trabalho - Criar soluções inovadoras para limitações de recursos - Aumentar o apoio financeiro - Oferecer apoio psicológico, melhorar a gestão de carga de trabalho e as instalações - Promover oportunidades de crescimento profissional
Aliane & Zakariya (2023)	Analisar o impacto das atividades desportivas no envolvimento dos funcionários	<ul style="list-style-type: none"> - Incorporar uma variedade maior de setores industriais - Realizar uma análise de outros fatores relevantes, incluindo estilo de liderança e cultura organizacional - Considerar moderar variáveis que exercem influenciam as associações entre as variáveis em estudo - Integrar metodologias de pesquisa qualitativa 	<ul style="list-style-type: none"> - Inserir práticas de exercício físico nas estratégias empresariais - Elaborar métodos para lidar com o <i>stress</i>
Rajabi et al. (2023)	Investigação do efeito da liderança transformacional e da identidade organizacional	<ul style="list-style-type: none"> - Realizar pesquisas futuras que utilizem métodos de estudo longitudinais - Considerar a visão dos gestores e colaboradores - Aplicar os resultados a professores de educação física em diferentes localidades do Irão 	<ul style="list-style-type: none"> - Aplicar novas formas de liderança transformacional - Investir nas necessidades psicológicas dos colaboradores - Desenvolver meios para promover a integração e ligação

A tabela 1 sintetiza 35 estudos que exploram a importância da motivação, do bem-estar e da saúde. Os estudos analisados incluem diferentes abordagens, oferecendo uma compreensão geral sobre os elementos que impactam os três aspetos fundamentais no ambiente de trabalho.

No tema da motivação e liderança, os estudos examinaram diversas formas de liderança, incluindo a introdução da liderança servidora (Meuser & Smallfield, 2023), a liderança capacitadora e transformacional (Jada et al., 2023; Peethambaran & Naim,

2023), e o modo como a supervisão abusiva afeta o bem-estar psicológico dos colaboradores (Wang et al., 2024). Em relação às práticas laborais, foram analisados os conceitos de “Quiet Quitting” (Serenko, 2024), “Job Crafting” (Holman et al., 2024), flexibilidade no trabalho (Poethke et al., 2023) e o aumento da carga de trabalho (Hoppe et al., 2023). Dentro do âmbito das relações e do clima organizacional, os estudos investigaram a qualidade da interação entre empregado e empregador (Martin et al., 2023), ética no ambiente de trabalho (Kau et al., 2024), a disposição do escritório e supervisão do trabalho (Nielsen et al., 2023), assim como analisaram os fatores que influenciam a saúde mental (Breedt et al., 2023; Chinyamurindi et al., 2023; Ruzungunde et al., 2023) e papéis de mentoria (Nawaz et al., 2024). Os estudos mencionados também abordaram a influência da tecnologia e das mudanças sociais no ambiente de trabalho. Entre esses temas, destaca-se a análise da influência da digitalização na sustentabilidade laboral, tal como abordado por Scholze e Hecker (2024). Kim et al. (2024) também examinaram a interação entre a inteligência artificial e o bem-estar psicológico.

No que diz respeito à qualidade de vida no trabalho, Siziba e Barnard (2023) analisaram os médicos oncológicos e Cankaya (2023) sugeriu soluções durante a pandemia. Além disso, Aliane e Zakariya (2023) investigaram o efeito de atividades desportivas no envolvimento, Babatope et al. (2023) avaliaram o impacto dos projetos artísticos comunitários na saúde, bem como no esgotamento profissional. Por fim, no que diz respeito à percepção da insegurança no local de trabalho e às práticas empresariais relacionadas ao equilíbrio entre o trabalho e a vida pessoal, Yuce-Selvi e Sumer (2023) investigaram a compreensão da insegurança. Já Hooda et al. (2023) direcionaram a sua atenção para estratégias empresariais que incentivam a harmonia entre o trabalho e a vida pessoal.

5. DISCUSSÃO E CONCLUSÕES

Neste estudo, foi investigado de forma profunda o impacto da motivação, bem-estar e saúde no local de trabalho, visando oferecer contribuições para as empresas. Com esta análise foram descobertas informações úteis, com um grande potencial para serem aplicadas no ambiente laboral, auxiliando no avanço do conhecimento e para aprimorar as condições de trabalho. Estas práticas não só ajudam a impulsionar a produtividade e a satisfação, mas também incentivam a retenção de talentos e a construção de um ambiente organizacional saudável.

Apesar da convergência geral dos estudos alvo de análise, verificam-se divergências importantes. Alguns trabalhos identificam a autonomia como fonte primária de bem-estar (Lee & Jo, 2023; Pingel & Fay, 2024; Ryan & Deci, 2000) enquanto outros sugerem que esta responsabilidade é atribuída à segurança e estabilidade laboral (Kim et al., 2024; Yuce-Selvi & Sumer, 2023; Ruzungunde et al., 2023). Da mesma forma, verificam-se modelos baseados na Teoria da Autodeterminação (Deci & Ryan, 2008; Gagné & Deci, 2005; Lee & Jo, 2023; Zewude & Hercz, 2024) e abordagens focadas no modelo de Demanda-Recursos Laborais (Jing et al., 2024; Scholze & Hecker, 2024; Holman et al., 2024), salientando a multiplicidade de perspetivas teóricas que nem sempre resultam nos mesmos mecanismos explicativos.

Com base na literatura apresentada, são evidentes a importância e o papel fundamental do equilíbrio dos três domínios no ambiente de trabalho. Estes são essenciais tanto para melhorar a qualidade de vida pessoal dos colaboradores quanto para favorecer uma integração mais eficaz na empresa, além de aumentar a sua satisfação e motivação. Assim, debater sobre a qualidade de vida no ambiente corporativo não é apenas uma vantagem para os colaboradores, mas sim uma necessidade crucial. Isto garante que os profissionais, que são o principal ativo das empresas, tenham condições adequadas para desempenhar as suas funções de forma eficiente, trazendo benefícios tanto para a empresa quanto para os indivíduos. As descobertas ressaltaram como a motivação impacta a satisfação dos colaboradores, a necessidade de estratégias de GRH que visam aumentar a motivação e os efeitos positivos do bem-estar no desempenho organizacional.

Com base nestes resultados, surgem algumas recomendações para implementação futura pelos gestores. Primeiramente, é essencial que estes priorizem as necessidades dos colaboradores (Kau et al., 2024; Meuser & Smallfield, 2023; Pingel & Fay, 2024) e, em seguida, desenvolvam iniciativas de apoio psicológico, como disponibilização de sessões terapêuticas, com o objetivo de lidar com questões pessoais e profissionais (Babatope et al., 2023; Cankaya, 2023; Chaichi et al., 2023; Chinyamurindi et al., 2023; Hoppe et al., 2023; Jing et al., 2023; Kim et al., 2024; Siziba & Barnard, 2023; Wang et al., 2024). Fortalecer o sentimento de pertencimento (Birkett et al., 2024; Hooda et al., 2023; Kau et al., 2024; Meuser & Smallfield, 2023; Peethambaran & Naim, 2023; Rajabi et al., 2023; Ting & Ahn, 2024), que pode ser alcançado através da organização de eventos sociais, como refeições em grupo ou atividades de integração. Para a partilha de conhecimento, proporcionar oportunidades contínuas de formação e programas de mentoria entre colaboradores mais experientes e os recém-chegados

na empresa (Breedt et al., 2023; Hooda et al., 2023; Lee & Jo, 2023; Nawaz et al., 2024; Serenko, 2024; Siziba & Barnard, 2023). Identificar e recompensar resultados notáveis com prêmios ou incentivos financeiros (Cankaya, 2023; Lee & Jo, 2023; Serenko, 2024). Adicionalmente, garantir que os recursos e responsabilidades sejam distribuídos de forma justa e equitativa (Holman et al., 2024; Hoppe et al., 2023; Poethke et al., 2023; Ruzungunde et al., 2023). O uso de ferramentas de comunicação interna, como portal do colaborador, newsletters e plataformas de alertas e comunicados, é fundamental para manter os colaboradores atualizados sobre decisões e mudanças (Birkett et al., 2024; Martin et al., 2023; Rajabi et al. 2023; Scholze & Hecker, 2024; Ting & Ahn, 2024). A criação de espaços de descanso, tais como áreas dedicadas ao relaxamento com mobiliário e elementos confortáveis (Eccles et al., 2023; Nielsen et al., 2023). Por fim, é essencial assegurar o envolvimento ativo e o apoio da liderança da empresa para o sucesso e continuidade destas ações de bem-estar. Ao assumirem um papel ativo na promoção da satisfação, os líderes ressaltam a sua importância e incentivam a confiança e motivação dos colaboradores (Breedt et al., 2023; Kau et al., 2024; Martin et al., 2023; Meuser & Smallfield, 2023; Peethambaran & Naim, 2023).

Para promover avanços no campo do equilíbrio entre motivação, saúde e bem-estar, é ainda necessário que futuras pesquisas diversifiquem as bases de dados e adotem critérios e metodologias de pesquisa variadas. É aconselhável utilizar bases de dados que reúnam dados de várias disciplinas, como psicologia organizacional e saúde pública, devido à complexidade de obter e incorporar literatura mais atualizada sobre o tema. A combinação de dados de várias áreas pode oferecer uma compreensão mais ampla e completa das relações entre motivação, saúde e bem-estar no ambiente de trabalho. A implementação de abordagens quantitativas e qualitativas, por meio de metodologias de pesquisa mista, é recomendada para ampliar a compreensão sobre este equilíbrio. Os estudos quantitativos oferecem informações abrangentes e generalizáveis, permitindo a detecção de padrões e relações em amostras mais robustas. Em contrapartida, os estudos qualitativos, com recolha de dados por entrevistas, fornecem informações detalhadas sobre as experiências e percepções pessoais, possibilitando uma compreensão mais aprofundada e contextualizada dos fatores que influenciam estes domínios.

Concluindo, com este estudo, é possível constatar que a motivação, a saúde e o bem-estar no local de trabalho são pilares fundamentais para o desempenho e satisfação dos colaboradores. Um ambiente de trabalho positivo e motivador não só beneficia a saúde física e mental, mas também tem um impacto significativo na pro-

atividade e na qualidade do trabalho. Investir em práticas que estimulem a motivação e o bem-estar é, portanto, crucial para o sucesso organizacional a longo prazo, estabelecendo um ciclo positivo de progresso e satisfação mútua entre colaboradores e empresa.

6. LIMITAÇÕES E SUGESTÕES DE PESQUISA FUTURA

Este estudo apresenta algumas limitações que carecem de apresentação. Embora a revisão inclua apenas estudos recentes (2023-2024), o curto intervalo temporal pode restringir a identificação de tendências. Assim, recomenda-se que futuras revisões considerem períodos mais longos a fim de comparar eventuais mudanças conceituais ao longo do tempo. Paralelamente, foi utilizada uma única base de dados (Web of Science), pelo que se recomenda a inclusão de outras bases de dados como fonte de dados. A predominância de estudos quantitativos na análise também limita a compreensão profunda das percepções associadas à motivação, saúde e bem-estar. Assim sendo, recomenda-se a utilização de metodologias mistas que permitam avaliar com mais pormenor a causalidade e dinâmicas que ocorrem ao longo do tempo.

REFERÊNCIAS

- Albuquerque, A. S., & Trócoli, B. T. (2004). Desenvolvimento de uma escala de bem-estar subjetivo. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 20(2), 153-164.
- Aliane, N., & Zakariya, A. (2023). Empowering employee engagement: The efficacy of sports activities as stress coping mechanisms. *Revista de Psicologia del Deporte / Journal of Sport Psychology*, 32(4), 357–370.
- Andrade, R. M. (2012). Qualidade de vida no trabalho dos colaboradores da empresa Farben S/A indústria química. [Monografia de Pós-graduação]. Repositório aberto da UNESC. <http://repositorio.unesc.net/bitstream/1/1077/1/Rubia%20Manarim%20Andrade.pdf>
- Babatope, V. O., Okoye, J., Adekunle, I. A., & Fejoh, J. (2023). Work burnout and organizational commitment of medical professionals. *Future Business Journal*, 9(44).

- Bergamini, C. W. (1997). *Motivação nas organizações* (4ª ed.). São Paulo: Atlas.
- Birkett, J., Anson, M., & Cheshire, A. (2024). We make something with the flower but feel like I make with myself something: The role of a community arts project supporting women who have experienced human trafficking. *Journal of Community Psychology*, 52, 244-257.
- Breedt, J. E., Marais, B., & Patricios, J. (2023). The psychosocial work conditions and mental well-being of independent school heads in South Africa. *SA Journal of human resource management*, 21.
- Cankaya, M. (2023). Recommendations Regarding Improvement of Well-Being Levels of Healthcare Professionals in the COVID-19 Pandemic Process: A Case of Turkey. *Pacific Business Review International*, 15(12), 82-89.
- Chaichi, K., Trupp, A., Ranjanthran, M., & Thirumaran, K. (2023). Robotic life of casino employees: exploring well-being dimensions in the gambling industry in Malaysia. *Equality diversity and inclusion*, 42(4), 512-529.
- Chiavenato, I. (1999). *Gestão de pessoas: O novo papel dos recursos humanos nas organizações*. Campus.
- Chinyamurindi, W., Mathibe, M., & Marange, C. S. (2023). Promoting talent through managing mental health: The role of decent work and organizational citizenship behaviour. *SA Journal of industrial psychology*, 49.
- Cunha, M. P., Rego, A., Cunha, R. C. & Cabral-Cardoso, C. (2006). *Manual de comportamento organizacional e gestão* (5ª ed.). Lisboa: Editora RH.
- Dagher, J., Boustani, N. M., & Khneyzer, C. (2024). Unlocking HRM Challenges: Exploring Motivation and Job Satisfaction within Military Service (LAF). *Administrative Sciences*, 14(4), 63.
- Davis, L., Loyo, K., Glowka, A., Schwertfeger, R., Danielson, L., Brea, C., Easton, A., Griffin-Blake, S., (2009). *Preventing Chronic Disease*, 6(2).
- Deci, E.L. & Ryan, R.M. (2008). Hedonia, Eudaimonia, and Well-being: An Introduction. *Journal of Happiness Studies*, 9, 1-11.
- Diener, E., Scollon, C. N. & Lucas, R. E. (2003). The involving concept of subjective well-being: The multifaceted nature of happiness. *Advances in Cell Aging and Gerontology*, 15, 187-219.

- Eccles, D. W., Gretton, T. W., Harris, N., & Wolf, S. A. (2023). Switching the mind off completely Understanding the psychology of rest in coaches. *Psychology of Sport and Exercise*, 69, 102479.
- Ferreira, G. C. (2019). *Qualidade de Vida no Trabalho (QVT): um estudo de caso com alunos estagiários de um curso de administração em uma instituição pública de nível superior*. [Graduação em Administração]. Repositório Aberto da UFRN. <https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/35608>
- Fornarow, G., Calitz, C., Arena, R., Baase, C., Isaac, F., Lloyd-Jones, D., Peterson, E. D., Pronk, N., Sanchez, E., Terry, P., Volpp, K., & Antmanon, E. (2015). Workplace wellness recognition for optimizing workplace health: a presidential advisory from the American Heart Association. *Circulation*, 131(20), 480-497.
- Gagné, M., & Deci, E. L. (2005). Self-Determination Theory and Work Motivation. *Journal of Organizational Behavior*, 26(4), 331-362.
- Gray, P., Senabe, S., Naicker, N., Kgalamono, S., Yassi, A., Spiegel, J. M. (2019). Workplace-based organizational interventions promoting mental health and happiness among healthcare workers: a realist review. *International Journal of Environmental Research and Public Health*, 16(22), 4396.
- Goldim, S. & Silva, N. (2009). *Motivação no trabalho. Psicologia, organizações e trabalho no Brasil*. Porto Alegre: Artmed.
- Harter, J. K., Schmidt, F. L., & Keyes, C. L. (2002). Well-being in the workplace and its relationship to business outcomes: a review of the gallup studies. In C. L. Keyes, & J. Haidt (Orgs.), *Flourishing: The positive person and the good life* (pp. 205-224). American Psychological Association.
- Harris, J. R., Lichiello, P. A., Hannon, P.A. (2009). Workplace health promotion in Washington State. *Preventing Chronic Disease*, 6.
- Hooda, D. S., Singh, J., Patil, A. A., & Alam, S. (2023). An Analysis of Work-Life Balance in the Healthcare Industry. *Pacific Business Review International*, 15(12), 124-136.

- Hoppe, A., Lopper, E., Prestele, E., Milius, M., Nitz, S., Gahrman, C., & Reis, D. (2023). Extending and Intensifying Work as Mediators in the Relationship Between Weekly Time Pressure and Fatigue: The Moderating Role of Perfectionism. *International Journal of Stress Management*, 30(3), 298-308.
- Holman, D., Escaffi-Schwarz, M., Vasquez, C. A., Irmer, J. P., & Zapf, D. (2024). Does job crafting affect employee outcomes via job characteristics? A meta-analytic test of a key job crafting mechanism. *Journal of Occupational and Organizational Psychology*, 97, 47-73.
- Howell, K. H., Coffey, J. K., Fosco, G. M., Kracke, K., Katherine Nelson, S., Rothman, E. F., & Grych, J. H. (2016). Seven reasons to invest in well-being. *Psychology of Violence*, 6, 8-14.
- Hulls, P. M., Richmond, R. C., Martin, R. M., Chavez-Ugalde, Y., & de Vocht, F. (2022). Workplace interventions that aim to improve employee health and well-being in male-dominated industries: a systematic review. *Occupational and Environmental Medicine*, 79(2), 77-87.
- Jacoby, A. R., & Monteiro, J.K. (2016). Assédio moral em estudantes trabalhadores e sua relação com bem-estar no trabalho. *Interação em Psicologia*, 20(3), 319-329.
- Jada, U., Swain, D., John, T., & Jena, L. K. (2023). Does Leadership Style and HRM Practices Promote Employee Well-being Post Onset of the New Normal? A Mixed-method Approach. *South Asian Journal of Human Resource Management*.
- Jing, T., Li, X., Yu, C., Bai, M., Zhang, Z., & Li, S. (2024). Examining medical staff well-being through the application and extension of the job demands-resources model: a cross-sectional study. *Behavioral Sciences*, 13(12), 979.
- Kau, M. D., Mitonga-Monga, J., & Molotsi, T. K. (2024). Work ethics climate in relation to nurses' commitment in a South African hospital. *SA Journal of Human Resource Management*, 22, Article a2239. <https://doi.org/10.4102/sajhrm.v22i0.2239>
- Kim, B. J., Kim, M. J., & Lee, J. (2024). The impact of an unstable job on mental health: the critical role of self-efficacy in artificial intelligence use. *Current Psychology*, 43(18), 16445-16462.

- Lee, D. Y. & Jo, Y. (2023) The job demands-resource model and performance: the mediating role of employee engagement. *Frontiers in psychology*, 14, 1194018.
- Mattke, S., Liu, H., Caloyer, J., Huang, C. Y., Van Busum, K. R., Khodyakov, D., & Shier, V. (2013). Workplace Wellness Programs Study: Final Report. *Rand health quarterly*, 3(2), 7.
- Marques, S., Martins, G., & Sobrinho, O. (2011). Saúde, trabalho e subjetividade: absenteísmo-doença de trabalhadores em uma universidade pública. *Cadernos EBAPE*, 9, 668-680.
- Martin, R., Ono, M., Legood, A., Dello Russo, S., & Thomas, G. (2023). Leader-member exchange (LMX) quality and follower well-being: A daily diary study. *Journal of occupational health psychology*, 28(2), 103–116.
- Merlo, A., Bottega, C., & Perez, K. (2014). *Atenção ao sofrimento e ao adoecimento psíquico do trabalhador e da trabalhadora: cartilha para profissionais do Sistema Único de Saúde*. Porto Alegre: Evangraf.
- Meuser, J. D. & Smallfield J. (2023). Servant leadership: The missing community component *Business horizons*, 66(2), 251-264.
- Morris, L. S., Grehl, M. M., Rutter, S. B., Mehta, M., & Westwater, M. L. (2022). On what motivates us: a detailed review of intrinsic v. extrinsic motivation. *Psychological medicine*, 52(10), 1801-1816.
- Nawaz, M. K., Nawaz, S., Nawaz, M. S., Ijaz, S., & Ejaz, S. (2024). Facilitating protégé well-being through mentorship among Pakistani bankers. *Cogent Business & Management*, 11, 2300839.
- Nielsen, M. B., Christensen, J. O., & Knardahl, S. (2023). The contribution of office design to the appraisal of job control: A longitudinal study. *Scandinavian Journal of Psychology*, 64(6), 755-765.
- Page, M. J., Moher, D., Bossuyt, P. M., Boutron, I., Hoffmann, T. C., Mulrow, C. D., Shamseer, L., Tetzlaff, J. M., Akl, E. A., Brennan, S. E., Chou, R., Glanville, J., Grimshaw, J. M., Hróbjartsson, A., Lalu, M. M., Li, T., Loder, E. W., Mayo-Wilson, E., McDonald, S., ... McKenzie, J. E. (2021). PRISMA 2020 explanation and elaboration: Updated guidance and exemplars for reporting systematic reviews. *The BMJ*, 372(160). <https://doi.org/10.1136/bmj.n160>

- Paschoal, T. (2008). *Bem-Estar no trabalho: relações com suporte organizacional, prioridades axiológicas e oportunidades de alcance de valores pessoais no trabalho*. [Tese de Doutorado]. Repositório aberto da UNB. http://icts.unb.br/jspui/bitstream/10482/5551/1/2008_TatianePaschoal.pdf
- Peethambaran, M., & Naim, M. F. (2023). Connecting the dots: linking empowering leadership, employee work passion, and flourishing-at-work. *Industrial and Commercial Training*, 55(4), 544-557.
- Pingel, R., & Fay, D. (2024). When and how proactivity impacts vitality: the roles of autonomous motivation and basic need satisfaction. *Zeitschrift fur arbeits-und organisations psychologie A&O*, 68(3), 124-137.
- Poethke, U., Klasmeier, K. N. N., Radaca, E., & Diestel, S. (2023). How modern working environments shape attendance behaviour: A longitudinal study on weekly flexibilization, boundaryless work and presenteeism. *Journal of occupational and organizational psychology*, 96(3), 524- 544.
- Rajabi, M., Ghaderi, Z., Abdollahnezhad, F., & Mahdavizadeh, M. J. (2023). The effect of transformational leadership style and organizational identity on employees' green behavior with the mediating role of well-being. *Iranian Journal of Management Studies*, 16(3), 667-680.
- Ruzungunde, V., Chinyamurindi, W. T., & Marange, C. S. (2023). Determinants of mental health: Role of organisational climate and decent work amongst employees. *SA Journal of Human Resource Management*, 21, 1-11.
- Ryan, R. M., & Deci, E. L. (2000). Self-Determination Theory and the Facilitation of Intrinsic Motivation, Social Development, and Well-Being. University of Rochester. *American Psychologist*, 55, 68-78.
- Saleem, F., Khattak, A., Ur Rehman, S., & Ashiq, M., (2021). Bibliometric analysis of Green Marketing Research from 1977 to 2020. *Publications*, 9, 1.
- Scholze, A., & Hecker, A. (2024). The job demands-resources model as a theoretical lens for the bright and dark side of digitization. *Computers in human behavior*, 155, 108177.

- Serenko, A. (2024). The human capital management perspective on quiet quitting: recommendations for employees, managers, and national policymakers. *Journal of knowledge management*, 28(1), 27-43.
- Siqueira, M. & Padovam, V. A. R. (2008). Bases teóricas de bem-estar subjetivo, bem-estar psicológico e bem-estar no trabalho. *Psicologia: teoria e pesquisa*, 24, 201-209.
- Siziba, L., & Barnard, A. (2023). Quality of work life: A unique motivational dynamic for oncology doctors in public health. *SA Journal of Industrial Psychology*, 49, 2044.
- Spector, P. E. (2006). *Psicologia nas Organizações*. (2ª ed.). São Paulo: Editora Saraiva.
- Suárez-Barraza, M. F., & Huerta-Carvajal, M. I. (2023). Kaizen-mindfulness a twin continuous improvement approach at workplace: A qualitative exploratory study. *The TQM Journal*, 36(6), 1591-1626.
- Suárez-Barraza, M. F., & Huerta-Carvajal, M. I. (2024). Kaizen-mindfulness: A twin continuous improvement approach at workplace. *The TQM Journal*, 36(6), pp. 1591-1626.
- Ting, L., & Ahn, J. (2024). The role of medical service employees' psychological needs in the medical service sector. *Current Psychology*, 43(10), 8688-8698.
- Van Waeyenberg, T. (2024) Why do employees attend work sick? The assessment and relevance of opposite presenteeism motivations. *Journal of Occupational and Organizational Psychology*, 97(2), 536-554.
- Vasconcelos, R. (2008). *O papel do psicólogo do trabalho e a tripolaridade dinâmica dos processos de transformação: contributo para a promoção da segurança e saúde no trabalho*. [Dissertação de doutoramento em Psicologia]. Universidade do Porto. <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/9354/2/29498.pdf>
- Wang, W., Kang, S. W., Choi, S. B., & Jeung, W. (2024). Abusive supervision and psychological well-being: the mediating role of self-determination and moderating role of perceived person-organization fit. *Leadership & Organization Development Journal*, 45(3), 423-441.

- Waterman, A. S. (1993). Two Conceptions of Happiness: Contrasts of Personal Expressiveness (Eudaimonia) and Hedonic Enjoyment. *Journal of Personality and Social Psychology*, 64(4), 678-69.
- Yuce-Selvi, U., & Sumer, N. (2023). Perceived Job Insecurity and Job Search Behavior: The Mediating Roles of Job Satisfaction, Affective Organizational Commitment and Turnover Intention. *Turk Psikoloji Dergisi*, 38(91), 1-12.
- Zewude, G. T., & Hercz, M. (2024). Does work task motivation mediate the relationship between psychological capital and teacher well-being? *Psihologija*, 57(2), 129-153.

Consumer Vulnerability and Financial Well-Being: A Study on Credit Consumption Among Young Entrepreneurs at the Pernambuco's Clothing Cluster in Brazil

Talita da Silva Andrade

Universidade Federal de Santa Catarina - talita-andrade@hotmail.com

Elielson Oliveira Damascena

Universidade Federal de Pernambuco - elielson.damascena@ufpe.br

Abstract

This study aims to understand how consumer vulnerability and financial well-being are related to the credit consumption of young entrepreneurs at the clothing cluster in Pernambuco state. Using qualitative research, at the first phase of data collection, 12 individual, face-to-face, semi-structured interviews were conducted with young entrepreneurs. After transcription, the data were organized, and a content analysis was performed. The research results indicate that the consumption

of credit among young entrepreneurs can lead them to vulnerable situations, affecting their financial well-being, highlighting the importance of knowledge about financial well-being for decision making. Lack of attention to this aspect can lead to consumer vulnerability, with immediate negative results. Transformative propositions for the consumer environment are suggested to help organizations deal with consumer vulnerability, especially related to credit.

Keywords: Consumer Vulnerability, Financial Well-Being, Credit Consumption, Young Entrepreneurs.

Vulnerabilidade do Consumidor e Bem-Estar Financeiro: Um Estudo sobre o Consumo de Crédito entre Jovens Empreendedores do Polo de Confeccões de Pernambuco, no Brasil

Resumo

Este estudo tem como objetivo compreender de que forma a vulnerabilidade do consumidor e o bem-estar financeiro se relacionam com o consumo de crédito entre jovens empreendedores do polo de confeccões do estado de

Pernambuco. Recorreu-se a uma investigação de natureza qualitativa e, na primeira fase da recolha de dados, foram realizadas 12 entrevistas individuais, presenciais e semiestruturadas com jovens empreendedores.

Consumer Vulnerability and Financial Well-Being: A Study on Credit Consumption Among Young Entrepreneurs at the Pernambuco's Clothing Cluster in Brazil

Após a transcrição, os dados foram organizados e submetidos a uma análise de conteúdo. Os resultados da investigação indicam que o consumo de crédito por parte dos jovens empreendedores pode conduzi-los a situações de vulnerabilidade, afetando o seu bem-estar financeiro, o que evidencia a importância do conhecimento sobre o bem-estar financeiro

para a tomada de decisões. A falta de atenção a este aspeto pode originar vulnerabilidade do consumidor, com resultados negativos imediatos. São sugeridas proposições transformadoras para o ambiente de consumo, com vista a ajudar as organizações a lidarem com a vulnerabilidade do consumidor, especialmente no que respeita ao crédito.

Palavras-chave: Vulnerabilidade do Consumidor, Bem-Estar Financeiro, Consumo de Crédito, Jovens Empreendedores.

1. INTRODUCTION

This article proposes a contextualized approach to consumer vulnerability and financial well-being, focusing on young entrepreneurial credit consumers within the Pernambuco's Clothing Cluster. This region is notable for its participation in the global market for apparel, yet faces significant challenges (Silva Filho et al., 2021). Considering the relevance of the presented theories to the subject of this study, the research aims to underscore the practical significance of its findings, exploring how the results can inform public policies, guide business practices, and support specific interventions to effectively assist young entrepreneurs.

Consumer vulnerability suggests an unfavorable condition, some level of fragility that exposes the individual to potential danger, placing them in inferiority, especially in the difficulty of making a decision at the time of purchase (Oliveira, 2010). Stewart and Yap (2020) further emphasize that vulnerable consumers are those unable to select or access essential products and services that meet their needs without difficulty, excessive cost, or disproportionate time expenditure, thereby exposing themselves to the risk of harm.

Smith and Cooper-Martin (1997, p. 4) define vulnerable consumers as “those most susceptible to psychological, economic, or physical harm” as a result of economic transactions due to characteristics that interfere with their ability to benefit and provide well-being. Vulnerable consumers fail to understand their own preferences and/or lack the knowledge, skills, or freedom to act according to them, which has the potential to cause increasing harm (Ringold, 2005).

Consumer vulnerability has become an emerging concern for many parties, and it is believed that various factors influence their financial well-being. Given that consumer vulnerability is understood by both internal and external factors of consumers, it can be momentary when consuming something, thus experiencing a lack of control during the decision-making process of the purchase (Baker, Gentry & Rittenburg, 2005).

Thus consumer vulnerability opposes financial well-being, as it represents a person's propensity to face difficulties in meeting their financial obligations and sustaining their current and continuous standard of living (CFPB, 2015). It is understood that, in general, a consumer with less knowledge of managing their personal finances is more likely to experience vulnerability (Prawitz & Cohart, 2016).

According to Arber, Fenn, and Meadows (2014), Financial Well-being (FWB) is the rating perceived by the individual regarding satisfaction with the adequacy of their income in relation to their personal needs. Although previous research on financial well-being often focuses on presenting a current concept, research now applies behaviors in which individuals are measured and examines the following elements: day-to-day financial management, financial resilience, ability to seize opportunities or pursue financial goals, and feeling financially secure about the future.

However, presenting a concept of FWB, the CFPB (2015) relates to habits, customs, and experiences with money encouraging definitions of financial well-being that should be presented in four indicators aimed at: control over their finances, financial freedom to enjoy life, focus and commitment to financial goals, and protection against present and future unforeseen events as updated by the Securities and Exchange Commission of Brazil (CVM).

According to the CVM (2018), the first pillar, control over finances, concerns whether individuals are aware of the resources spent on expenses in general. The second pillar, protection against unforeseen events, concerns individuals' ability to deal with unexpected expenses. Financial goals are related to saving money to achieve some objective or project. And the last pillar, freedom to make choices, deals with issues related to individuals' ability to enjoy life as they manage their resources.

Thus, conceptions about credit consumption and its impacts on consumers' lives and their FWB through a marketable commodity (Mahendru et. al., 2020) represented by financial resources where they would be available for expenses or investments, financing the purchase of goods, among others (CMV, 2018). However, there is the

idea that credit can act as additional income, being used and influenced by a more materialistic lifestyle (Garðarsdóttir & Dittmar, 2012), thus Montenegro and Contel (2017) pointed out that the greater supply and accessibility of credit is one of the catalysts for consumption, however, they assumed that this consumption contrasts with a reality of poverty and worsening social conditions being a vulnerable situation.

According to data from the Central Bank of Brazil (CB), credit consumption in January 2022 represented R\$ 4.671 trillion, which corresponds to 53.3% of the country's Gross Domestic Product (GDP). This expansionist scenario allows a large part of the Brazilian population to have access to credit in an increasingly less bureaucratic, agile and accessible way, according to the Quarterly Survey of Credit Conditions in the state of Pernambuco in the final balance of 2022, the stock of credit to individuals registered an increase of 17.7% (21% in 2021). Therefore, it is worth mentioning that in face of new trends in credit access and new products offered, precaution must be allied with consumers, considering that excessive consumption can affect their well-being and their financial well-being (FWB) (Da Silva et al., 2024).

For young people without professional experience, entrepreneurship has emerged as a way to enter the job market, taking into account their ability to identify problems, opportunities and develop solutions for society (Sinha et al., 2016). In 2021, Brazil registered more than 3.9 million new ventures formalized small and microenterprises, this number represents 55% of young entrepreneurs aged 18 to 24 (Conaje, 2022).

Based on the above arguments the aim of this study was to discuss how consumer vulnerability and financial well-being are related to the credit consumption of young entrepreneurs at the clothing cluster in Pernambuco's state.

The paper is organized as follows. This introduction provides a context on the research topic. In Section 2, are presented the theoretical foundations about consumer vulnerability, FWB, and credit consumption. Next, Section 3 highlights the sample, instrument, and analysis techniques. Section 4 describes the profile of the respondents, as well as the analysis of the relationship between consumer vulnerability and credit consumption and financial well-being with credit consumption. Section 5 presents the main conclusions and implications of the research.

2. THEORETICAL REVIEW

2.1. Consumer Vulnerability

Consumer Vulnerability (CV) is of interest in Transformative Consumer Research (TCR) studies and seeks to evaluate activities that influences and increases vulnerability in a way that negatively impacts consumers' daily lives, which is the focus of TCR studies, in order to reveal them (Badot & Cova, 2008). CV it is a multidimensional phenomenon that occurs due to the individual's powerlessness, making them dependent on the consumption situation that has negative impacts on their identity, influencing their well-being (ACR, 2017).

Vulnerability is often understood as a temporary condition, emerging in adverse situations such as crises, natural disasters, or difficulties in making purchase decisions (Commuri & Ekici, 2008). However, it can also take on a permanent character, as in cases where comprehension limitations resulting from functional illiteracy undermine an individual's autonomy (Hill & Sharma, 2020). In this context, consumer literacy encompasses not only knowledge but also the ability to manage choices autonomously, regardless of social or situational factors, in order to meet one's needs in the marketplace (Solomon, 2016). More broadly, vulnerability can thus be seen as an unfavorable condition, marked by some level of exposure that renders individuals susceptible to potential risks (Silva et al., 2021).

According to Wunderlich et al. (2020), consumer vulnerability can arise from a variety of factors, such as stimuli, influences, and conditions, encompassing both physical and sensory aspects found in shopping environments. Bitencourt (2004) argues that every consumer is vulnerable in relationships with suppliers of goods and services, being more noticeable in low-income consumers, who still have to deal with discrimination (Santo & Hemais, 2017), and Cartwright (2015), refers to CV as the the exposure and likelihood of suffering harm and losses, which can result from both individual characteristics that influence purchasing decisions and existing market conditions.

In this regard, Broderick et al. (2011) emphasize that consumers may be harmed by unfair or deceptive business practices due to lack of access to adequate information, limited legal resources, and negotiation skills, necessitating the existence of regulatory strategies and initiatives to protect vulnerable consumers from facing situations that may worsen or mitigate their circumstances. Linked to this there are strategies that are seen as characteristics that either exacerbate consumer vulnerabil-

ity or contribute to and offer benefits, namely: (1) avoidance behaviors leaving the consumption environment, (2) loyalty even if the choice is not pleasant, (3) hyper-consumption where there is an idealization of building a new image, (4) innovating to find solutions to leave the current situation, and (5) re-evaluating learning from existing processes and decisions that led to a certain situation.

Faced with financial products offered by banks, consumers end up choosing the indicated offer according to their needs. In addition to this situation, easy access to credit for a population with little information about financial planning (Araújo & Calife, 2014), often without the need for proof of income (Lara & Ribeiro, 2016), and with difficulties in perceiving or accepting their financial limitations, further amplifies the situation of vulnerability.

Consumers may voluntarily expose themselves to vulnerability due to their attitudes, which are often lazy or selfish when adopting harmful financial behaviors (Shultz & Holbrook, 2009), such as avoiding topics related to money management, financial education, or even financial literacy, or simply because they do not properly inform themselves before contracting banking products. Such attitudes and behaviors can reduce their financial well-being because lack of information makes it difficult to make financial decisions suitable for their needs (Losada-Oalora et al., 2018) and can result in high interest rates or high indebtedness (Lusardi & Tufano, 2015).

Next, I will present the chapter on financial well-being.

2.2. Financial Well-Being

As highlighted by Chuan, Kai, and Kok (2011), financial well-being (FWB) refers to the alignment between desired financial goals and an individual's current financial situation. The authors explain that achieving financial stability and reducing concerns related to financial commitments and income fluctuations contribute significantly to improved FWB, resulting in a more positive outlook on life and greater overall satisfaction (Cheung & Lucas, 2014).

In the professional context, a lack of financial well-being can undermine productivity by increasing absenteeism and reducing efficiency in work performance (PwC, 2022). International research also points to this effect in the workplace: according to Yakoboski, Lusardi, and Hasler (2023), workers facing financial difficulties lose, on average, eight hours per week dealing with economic issues equivalent to an entire workday.

Furthermore, the concept of financial well-being encompasses multiple goals associated with demographic characteristics, income, and consumption. It includes subjective dimensions such as satisfaction with consumption, household financial management and planning, decision-making, health and quality of life, as well as major life goals such as having a child or getting married (Shultz & Holbrook, 2009). The literature also indicates that FWB is not limited to objective factors, such as income and wealth, but also involves subjective perceptions related to financial security and confidence in one's ability to manage resources (Netemeyer et al., 2018). Thus, beyond an individual's actual financial condition, their perception of their capacity to handle unexpected events and achieve financial goals plays a decisive role in shaping their level of financial well-being (Salignac et al., 2019).

In recent years, consumer financial well-being has attracted growing attention from both policymakers and scholars. While earlier studies focused primarily on conceptual frameworks and measurement approaches, a more recent trend emphasizes the definition of the construct and the use of standardized indicators (Mahendru et al., 2020). Although some research has highlighted the relevance of demographic and socioeconomic factors in understanding financial well-being, empirical studies continue to predominantly examine individual-level determinants, as noted by Brüggen (2017).

Despite the varied conceptualizations and measurement methods, existing evidence consistently shows that financial well-being is associated with demographic and socioeconomic variables as well as behavioral factors. Commonly examined variables include gender, ethnicity, age, income, education, and marital status (Hira & Mugenda, 1999). In the behavioral domain, financial literacy stands out (Joo & Grable, 2004; Shim, 2009; Huston, 2010; Adam, Frimpong & Boadu, 2017). For instance, studies indicate that women tend to exhibit greater risk aversion and lower confidence in financial decisions even when possessing the same level of objective knowledge as men (Lusardi & Mitchell, 2008) which affects various dimensions of financial well-being. Age also emerges as an important predictor, given its relationship with financial development, knowledge acquisition, and asset accumulation (Binswanger, 2010).

In this context, young individuals who acquire financial management skills are better prepared for adulthood, which may help sustain their financial well-being over time (Gorla et al., 2016; Chavali, K., Mohan Raj, P., & Ahmed, R. 2021). Similarly, higher levels of income and education are positively associated with wealth accumu-

lation, particularly because they enable access to higher-yield institutional savings instruments (Beverly & Sherraden, 1999; Binswanger, 2010).

In the Brazilian context, financial well-being has been measured using the indicator developed by the U.S. Consumer Financial Protection Bureau (CFPB, 2015). This model evaluates individuals' control over their personal finances, their ability to make decisions during financial crises, their progress toward financial goals, and their capacity to make choices that enhance overall quality of life.

Next, I will present the chapter on credit consumption.

2.3 Credit Consumption

From the historical context, credit consumption, seen as financial intermediation, has been identified since the time of the Babylonians in Mesopotamia, with Greece and in Rome the credit activity during the Ancient Age consisted, for the most part, of advances from royal or religious warehouses. Then, in the Middle Ages, credit was consolidated as a business activity, and the expansion of loans came from bankers (Taddei, 2010).

Credit has been one of the elements that contributed to facilitate access to consumer goods and services, promoting the development of organization relations and production expansion in the colonial era and the consumer society. The relationship of cordiality allowed access to credit because it is characterized by trust, that is, to believe, that a good or money itself will be handed over to another who will use it, but trusting that after a certain period, this good will be returned to the lender, with or without the addition of other values resulting from the application of interest on the principal (Gonçalves et. al. 2021).

Silva et. al. (2015) states that credit is used in the daily lives of most of the adult society that has an active financial life, being employed in the purchase of products, housing, rural or automobile financing, appliances, bank loans, among others. Bauman (2010) suggests that credit itself be considered as a commodity to be consumed. This use of credit can be of great benefit if used properly, for example: to invest, grow a business, increase income or wealth, however, negative credit is called that credit which, far from empowering, impoverishes (Ramsey, 2018).

Thus, some modalities are highlighted according to the Central Bank of Brazil (2022):

Picture 1

Types of Credit Consumption

Rotating credit card	It is used in operations and financing the remaining outstanding balance after the partial payment of credit card bills. These are cash withdrawals using the credit card function.
Personal loan without payroll deduction	Refers to a type of loan in which the value of the installments is not automatically deducted from the applicant's salary or benefit.
Consignment credit	It is a personal loan with payroll deduction, meaning it is a type of personal credit where repayments are deducted directly from the borrower's paycheck.
Acquisition of motor vehicle assets	They are loans granted to individuals aimed at financing the purchase of motor vehicles, with the financed asset being alienated fiduciarily as collateral for the operation.
Housing financing - SFH	It is financing for the acquisition or construction of housing units eligible under the Housing Finance System (SFH).
Overdraft	It refers to credit operations associated with current accounts through the use of pre-established credit limits without the need for prior communication to the financial institution.

Source: Adapted from Bacen (2022).

According to Costa (2002), indebtedness is related to credit because it has an impact on economic growth. Individuals' indebtedness functions as a process to finance economic activities. According to the culture of indebtedness, consuming credit is seen as a good life habit and comfort in the contemporary world, and it is also viewed as a right with easy access.

The difficulties and restrictions faced by young entrepreneurs often lead them to look for alternatives to satisfy their business expansion needs, as well as to face financial decisions (Winborg, J., & Landström, H., 2001). Although financial institutions are the best known options, the market offers a variety of loan alternatives for different types of companies. It is crucial that young entrepreneurs are aware of the different sources of credit available, as this allows them to choose the option that best suits their business (Sebrae, 2023).

In the next section, the methodological procedures will be presented.

3.METHOD

The research is defined as qualitative because it seeks to identify the variety of representations of individuals in their experiential world (Bauer & Gaskell, 2008). Qualitative research focuses on a level of reality that is aligned with meanings, motivations, beliefs, values, and attitudes (Minayo, 2014). According to Flick (2004, p. 178) “qualitative research encompasses a specific understanding of the relationship between the subject and the method” and the linearity and circularity of the process must also be considered.

The choice of the Local Productive Arrangement (LPA) of the clothing sector in the Agreste region of Pernambuco is strategic and relevant due to its significant growth in credit usage and high levels of indebtedness. With a notable increase in credit operations and a large number of entrepreneurs, the LPA represents an ideal environment to investigate how the lack of financial experience and facilitated credit access impact financial well-being. Analyzing the specific conditions of this region provides valuable insights into the needs of young entrepreneurs and contributes to the development of strategies that promote a balance between responsible consumption and financial stability.

Thus, the research subjects were approached considering the following inclusion criteria: (1) being a young formal/informal entrepreneur and credit consumer in the Pernambuco's Clothing Cluster in Brazil; (2) being between 18 and 34 years old; and (3) being willing to participate in the research.

Fifteen interviews were conducted, of which twelve were included in the analysis. Three interviews were excluded because, although the participants initially agreed to take part in the study, they provided only monosyllabic or excessively brief answers, showed little engagement with the topic, and did not offer information relevant to the research objectives. The twelve valid interviews were individual, in-person, and semi-structured, allowing participants to articulate their perceptions and experiences in depth. The interviews took place between September 1, 2022, and March 4, 2023.

The number of interviews was not predetermined, as the study adopted theoretical saturation as the criterion for concluding data collection. Following Corbin and Strauss (2015), saturation occurs when additional interviews no longer contribute

substantially new insights and when recurring patterns, themes, and categories become evident. In this study, consistent signs of saturation began to emerge after the sixth interview, when participants' accounts increasingly converged around similar elements without introducing new perspectives. Data collection continued, however, to ensure analytical stability and interpretive robustness, resulting in the twelve interviews analyzed.

In order to better present the 12 participants, we elaborated Table 2, which presents the characterization of the research subjects.

Table 2
Characterization of Research Subjects

Subject	Gender	Age	Company Status	Company Age	Education
E1	Female	25	Formal	1 years	Undergraduate in Human Resources
E2	Male	25	Formal	3 years	Undergraduate in Business Administration
E3	Male	31	Informal	4 years	Undergraduate in Business Administration
E4	Female	29	Informal	3 years	Undergraduate in Architecture
E5	Female	26	Informal	6 years	Completed High School
E6	Female	27	Informal	3 years	Bachelor's Degree in History
E7	Male	31	Formal	5 years	Biomedical
E8	Male	28	Informal	4 years	Student in Psychology
E9	Male	29	Informal	4 years	Completed High School
E10	Female	29	Informal	8 years	Psychoanalyst
E11	Male	30	Informal	7 years	Completed High School
E12	Male	26	Informal	5 years	Physiotherapist

Source: Research data (2023).

A content analysis technique was adopted so the researcher could understand and go beyond the responses given by the interviewees. The objective of content analysis is to explore the influence of messages, content and expression to highlight indicators that allow for the clarification of a context that is not just the message itself. The

process involves transcribing, coding and categorizing qualitative data to identify patterns and emerging themes. This systematic and detailed method facilitates the interpretation of messages, revealing influences, intentions and social and cultural contexts that shape communication (Bardin, 2011).

The analysis and discussion of the results were presented into two sections, where the first one presents the context of consumer vulnerability and credit consumption, listing some categories as defined by Broderick (2011), which can worsen the situation, namely: (1) evasion by leaving the environment; (2) loyalty even if the choice is not pleasant; and (3) hyperconsumption. And in the second part, the understanding that research participants have about the concept of financial well-being will be addressed through the categories presented by the Movable Values Commission (MVC) (2018). These categories are: control over your finances; financial freedom to enjoy life; focus and commitment to financial objectives; and protection against present and future unforeseen events.

The next section will present the analysis and discussions of the data.

4. ANALYSIS AND DISCUSSIONS

The data analysis was presented in two subsections, (1) Consumer Vulnerability and credit consumption and (2) Financial well-being and credit consumption.

4.1. Consumer Vulnerability and Credit Consumption

In this first stage of data analysis, the credit consumption practiced by young entrepreneurs Pernambuco's Clothing Cluster in Brazil, was identified as an act resulting from the influence and pressure of various factors. Based on the Consumer Vulnerability Theory, the main risk factors driving the occurrence of consumer vulnerability experiences are individual, community, and macro-environmental pressures.

The findings of this study indicate that individual and macro-environmental pressures were predominant in causing young entrepreneurs to experience vulnerability in credit consumption. Indeed, age brings about changes that can affect credit consumption, compromising and hindering the approval and obtainment of credit when requested, and consequently influencing entrepreneurs to make other decisions about where and how to consume credit.

Also due to age because since the company is very connected to us, right? From the individual, we have to use this reference, right, the individual to capture something for the legal entity, and it becomes a little more difficult. (E2, Male, 25 years old, formal, 3 years in the company.)

I think it would be more difficult for us because of age, right? That the bank always wants greater security, right? And since we're small still, we don't have a company opened up, and then this issue already doesn't allow us, I think, right? (E4, Female, 29 years old, informal, 3 years in the company).

During all the interviews carried out with young entrepreneurs, concerns emerged about macro-environmental pressures, especially with regard to access to credit in Brazil. Although there is evidence of modernization and ease in the loan granting process. Interviewees pointed to a persistent difficulty in this access. This challenge is especially felt by informal entrepreneurs, for whom the assumption of ease often turns into excessive bureaucracy (Gonçalves et. al, 2021).

So they ask a lot about history, right, since we've had the CNPJ [taxpayer registration number] for a short time, it's too little, the issue of limit, of the credit card we can get, even the one from Caixa [brazilian popular bank], it's too little, so the offers are very low, we even try these other digital ones, others that come up, but they don't accept, even for that, talking about the people themselves, not talking about CNPJ at all, we can't get credit. (E6, Female, 27 years old, informal, 3 years in the company).

The bank itself is a bureaucracy because we're starting, we're young, and so we don't have guidance, support that can help us, that can collaborate with our work, I myself don't have a CNPJ [taxpayer registration number], right? I don't have an Income Tax [income statement], so there's no way. It really is something that is very precarious here, that we are very lacking here in Santa Cruz [city's name], we have this lack and we feel vulnerable, right, because the difficulty is very hard. (E10, Female, 29 years old, informal, 8 years in the company).

In line with this narratives, information disparity theory by Cartwright (2015) shows that the fact that young entrepreneurs do not have the necessary information

Consumer Vulnerability and Financial Well-Being: A Study on Credit Consumption Among Young Entrepreneurs at the Pernambuco's Clothing Cluster in Brazil

to consume credit, starting from the point that it is not disclosed by the institutions as they themselves claim, this leads them to leave the consumption environment to look for other alternatives.

Regarding coping strategies used by vulnerable consumers, Broderick (2011) presents some categories and states that some can exacerbate vulnerability, namely: (1) evasion leaving the environment; (2) loyalty even if the choice is not pleasant; and (3) hyperconsumption. These three strategies can end a situation of vulnerability, but fail to remove or modify the causes, which can lead to problems because these choices are not always convenient or possible.

Our research subjects, the young entrepreneurs, are in a consumption environment, to consume credit, but they do not always succeed and need to seek another alternative, applying Broderick's (2011) first theory, Evasion leaving the environment, as we can see below:

So, in order not to lose this relationship with my supplier who delivers my merchandise ready to sell, I go there and get it from someone, even my own father. He makes a point of helping when he can, and it's much easier than me going to the bank and getting any kind of credit. (E8, Male, 28 years old, informal, 4 years with the company).

It's much easier for me to get it from someone I know who already knows me, knows that I pay properly, pay correctly, so it's much easier with these people than, for example, going to a bank here... (E9, Male, 29 years old, informal, 4 years in the company).

Choosing another alternative often leads the young entrepreneur to the next strategy, which is loyalty, even if the choice is not pleasant. As we can see below:

I went through a lot of financial difficulties, I had to borrow money from a loan shark, may I say it? I borrowed from a loan shark, that's it. I borrowed money. And it wasn't easy. I even thought about declaring bankruptcy. Trying to find a job. But I'm managing. I only live from this business. I work one day to pay all my bills and it's not enough, it's not sufficient and I end up paying interest and my bills late. (E10, Female, 29 years old, informal, 8 years in the company).

These individuals become vulnerable to commercial practices of granting credit at abusive interest rates (Shultz & Holbrook, 2009). In Brazil, the credit modality for consumers who are already delinquent in the market charges high interest rates, which can reach up to 27.17% per month (BCB, 2019). As presented by the subject in the follow speech.

When I feel like I'm going to run out, I already use the credit card and swipe it in the machine to finance myself. Today the interest rates are very high, right? I receive offers from banks to get credit both personally and for the company, but the rate is higher than the credit card, so I prefer to use the card and finance myself. Because the credit card rate is on average 1% and the bank's lowest rate is 4.5% to 7% with some banks reaching 14%. (E4, Female, 29 years old, informal, 3 years in the company).

With this, according to Ássimos et. al. (2019), it is exemplified that the consumer has their financial well-being harmed in this situation of momentary vulnerability since they do not have all the information or sufficient knowledge to decide more assertively about the available offers. Following the strategies proposed by Broderick (2011), those that collaborate and provide benefits are examined, including: (1) seeking innovations to find solutions that allow overcoming the current situation; (2) reassess learning from existing processes and decisions that led to a given circumstance.

In this context, in the first category proposed by Broderick (2011), it is observed that research participants face restrictions when seeking innovations. Although they have the possibility of formalizing their activities to obtain benefits and access to credit when necessary, they often neglect this opportunity, either due to lack of information or not actively seeking it.

Here we work very much like this [the informal way]. It's difficult to work in another way. And also because of the informality, we don't have much access to it at the moment, because to get the CNPJ [taxpayer registration number], we need a structure that we don't have. (E4, Female, 29 years old, informal, 3 years in the company).

In the second category, when reassessing the learning of existing processes and decisions that led to a certain situation, research participants demonstrated their in-

tention to seek more knowledge about financial management, starting to learn how to control the company's finances.

Before, everything was disorganized, and you have to know all the expenses, because everything was a bit messy (laughs), needed to organize, make expense spreadsheets, profit spreadsheets, make spreadsheets for everything. And now the time has come. Everything is getting organized to gear up for this computerization. (E5, Female, 26 years old, informal, 6 years in the company).

In the beginning, it was difficult for us to learn how to manufacture, to know what profit was, it took work, because in the beginning, we think everything is profit and it's not, you know? There is profit, there are expenses, there's everything, you have to have cash, right? So we keep seeking to learn more every day so as not to make a wrong choice. (E6, Female, 27 years old, informal, 3 years in the company).

Even though Broderick's theory (2011) deals with the context of consumers with disabilities, and here in this study, we present young entrepreneurs as credit consumers, it is possible to observe that their strategies resulting in consumer vulnerability, as well as the strategies to get out of a situation of vulnerability, apply and are viable.

4.2. Financial Well-being and Credit Consumption

In this section, we discuss the participants' understanding of the concept of financial well-being and whether they identify themselves with this state. In addition to the conceptual discussion and recent empirical contributions on financial well-being, this research adopted a set of analytical parameters to guide the categorization of statements and the interpretation of interviewees' accounts. For this purpose, we used as a central reference the model proposed by the Consumer Financial Protection Bureau (CFPB, 2015), later adopted and updated by the Brazilian Securities and Exchange Commission (CVM).

This model assumes that financial well-being results from habits, behaviors, and experiences with money, operationalized through four indicators that served as the basis for our analysis. Brüggem (2017) adds to this perspective by introducing the notion of financial freedom, that is, the possibility of making personal decisions without economic constraints preventing the realization of one's choices.

The first indicator, control over finances, refers to the degree of awareness individuals have regarding their expenses, their daily financial organization, and their ability to manage cash inflows and outflows (CVM, 2018).

“I don’t have savings... My salary is what I make. Today I need a thousand reais, so I have a thousand reais, but other than that, if I don’t need anything, the profit stays entirely in the company.” (E3, male, 31 years old, informal, 4 years in the business).

“There’s no method to organize... I don’t have a spreadsheet on the computer; I make a handwritten spreadsheet in my notebook. I go and organize income, expenses...” (E5, female, 26 years old, informal, 6 years in the business).

“Because there’s not much planning, it ends up being burdensome, but the lack of organization ends up causing harm.” (E8, male, 28 years old, informal, 4 years in the business).

Overall, the interviewees associate financial well-being with daily financial management, achieving goals, and the feeling of peace when making decisions, aligning with the perspective that this state involves emotional security and the capacity for action (Joo & Grable, 2004). However, many demonstrate limited access to information or incentives to understand the topic more deeply.

“We have a notion of what needs to be paid... but it’s superficial. (...) This topic isn’t something you easily find on the internet or TV, (...) institutions don’t reach out to us to inform us.” (E11, male, 30 years old, informal, 7 years in the business).

The account given by interviewee E11 reveals an important point: passivity toward financial learning. His statements indicate a posture of waiting for external instructions, which aligns with what the literature calls low financial literacy, understood as the set of knowledge and skills needed to make effective financial decisions in daily life (Joo & Grable, 2004; Lusardi & Mitchell, 2008). The lack of initiative to seek information, combined with dependence on external guidance, contributes to lower levels

Consumer Vulnerability and Financial Well-Being: A Study on Credit Consumption Among Young Entrepreneurs at the Pernambuco's Clothing Cluster in Brazil

of financial well-being, reinforcing previous findings regarding how knowledge gaps affect planning capacity and decision-making.

The second indicator, protection against unforeseen events, relates to the ability to handle unexpected expenses without compromising financial stability (CVM, 2018). In general, it was found that the lack of knowledge and planning prevents the formation of savings, the separation between personal and business expenses, and the regular control of finances. Moreover, there is a recurring pattern of reinvesting all profits back into the business, which, although common among microentrepreneurs, increases their vulnerability to financial shocks.

“I can't really separate personal expenses... I calculate how much I earn per piece, how much I made in the month, then I know how much the profit was. And the rest I invest in the business.” (E6, female, 27 years old, informal, 3 years in the business).

The third pillar investigated concerns financial goals (CVM, 2018). When asked about savings, reserves, or investments aimed at fulfilling dreams or projects, most reported having no financial separation for this purpose. Some stated they did not have specific knowledge about financial products, while others saw savings as a future goal still out of reach under their current circumstances.

“No, I don't have it because I have my Nubank account, right? And when Pix comes in, it stays in the account, but in any other way, no. We use it like that.” (E10, female, 29 years old, informal, 8 years in the business).

“I work like this, I know it's wrong, but I don't have savings. And I try not to take profit from the business.” (E3, male, 31 years old, informal, 4 years in the business).

Finally, the last pillar proposed by CVM (2018), freedom to make choices, sought to identify whether young people feel capable of making adequate financial decisions. It was observed that many recognize the inadequacy of how they manage the company's finances, which limits their decision-making autonomy and their ability to define strategies.

“No, we don’t work specifically like that because, as I told you, since we work by market, we live week by week. There is no defined strategy.” (E4, female, 29 years old, informal, 3 years in the business).

Overall, the interviewees demonstrated some level of awareness regarding the expenses and demands of the business; however, they expressed dissatisfaction with the other components of financial well-being defined by CVM (2018).

Finally, I present the concluding remarks of this research.

5. FINAL REMARKS

This study investigated the interaction between consumer vulnerability and financial well-being in the use of credit among young entrepreneurs in the Clothing Cluster of Pernambuco, Brazil. The data analysis revealed that, in the context of credit consumption, these young individuals experience vulnerability marked by fragilities arising from both internal factors and external elements within their social interactions.

The relationship between credit consumption, vulnerability, and financial well-being proved to be complex and multifaceted. Young consumers often resort to credit as a strategy to cope with immediate resource constraints; however, this dependence tends to worsen their economic situation, contributing to debt cycles that diminish financial well-being and intensify vulnerability. In this scenario, coping strategies such as financial education and the creation of emergency reserves emerge as essential mechanisms for strengthening financial management, preventing excessive credit use, and promoting greater long-term economic stability.

Moreover, the study identified that young entrepreneurs develop different strategies to use credit without increasing their vulnerability, such as seeking alternative consumption environments, maintaining loyalty despite dissatisfaction, adopting hyperconsumption practices, innovating to solve problems, and engaging in continuous learning. However, the lack of knowledge and information about risk situations hinders their ability to choose the best decision-making strategies regarding credit, directly affecting their financial well-being. This reinforces the need to understand their specific demands when accessing financial products.

Consumer Vulnerability and Financial Well-Being: A Study on Credit Consumption Among Young Entrepreneurs at the Pernambuco's Clothing Cluster in Brazil

Increasing the level of financial knowledge can significantly contribute to the business planning of these young entrepreneurs in the Agreste region of Pernambuco. To this end, the convergence of public and private initiatives around topics such as financial organization, credit, and investments would be desirable. Financial knowledge, in addition to reducing interest payments and encouraging planning, also promotes greater peace of mind and security in both the present and the future, serving as a fundamental premise for improving financial well-being.

As an academic contribution, this study seeks to address gaps in the literature by examining financial well-being through a qualitative approach. Exploring participants' lived experiences allowed the capture of nuances that would be difficult to detect through quantitative methods. The analysis of patterns, perceptions, and meanings present in the narratives expanded the understanding of how consumer vulnerability and financial well-being manifest in real-life situations, enabling more comprehensive reflections aimed at developing strategies and interventions aligned with the needs of this group.

Aligned with the perspective of Transformative Consumer Research (TCR), the study presented transformative propositions for the credit consumption environment, highlighting actions that can prevent or reduce the vulnerability of young consumers. Among these, the following stand out: (1) the development of more flexible financial products tailored to individual needs; and (2) strengthening corporate education so that financial institutions can better understand the factors influencing financial well-being and offer more equitable services to vulnerable groups.

Research Limitations - The reduced number of participants and the specific geographic focus limit the generalization of the results. The perceptions and experiences analyzed reflect a particular context shaped by the unique economic, sociocultural, and sectoral characteristics of the region and the segment studied.

Suggestions for Future Research - Based on the findings and limitations identified, several relevant avenues for continued and expanded discussion are suggested:

- Investigate young entrepreneur-consumers' perceptions of the impact of financial services on their financial well-being, deepening the understanding of their subjective experiences with financial institutions.
- Analyze whether and how financial institutions develop strategies aimed at improving the financial well-being of credit consumers, assessing their effectiveness and reach among vulnerable groups.

- Explore consumer vulnerability through the actions of financial institutions, broadening the discussion on informational asymmetries, business practices, and power dynamics.

These suggestions may strengthen the research agenda on vulnerability, credit, and financial well-being, expanding dialogue among academia, policymakers, and financial institutions.

REFERENCES

- Arber, S., Fenn, K., & Meadows, R. (2014). Bem-estar financeiro subjetivo, desigualdades de renda e saúde na meia-idade e na velhice na Grã-Bretanha. *Social Science & Medicine*, 100(C), 12–20.
- Association for Consumer Research. (n.d.). *Transformative Consumer Research*. <http://www.acrwebsite.org/web/section/transformative-consumer-research.aspx>
- Adam, A. M., Frimpong, S., & Boadu, M. O. (2017). Financial literacy and financial planning: Implication for financial well-being of retirees. *Business & Economic Horizons*, 13(2), 224–236.
- Araújo, F. C., & Calife, F. E. (2014). The untold story of financial education in Brazil. In J. R. R. Roque (Ed.), *Optimization in the recovery of financial assets* (pp. 1–11). São Paulo: IBeGI Editora.
- Ássimos, B. M., Almeida, G. T., Batinga, G. L., & Pinto, M. D. R. (2019). The construction of social technologies as a product of transformative consumer research: A psychosociological inspiration. *Electronic Journal Management & Society*, 13(34), 2710–2735.
- Badot, O., & Cova, B. (2008). The myopia of new marketing panaceas: The case for rebuilding our discipline. *Journal of Marketing Management*, 24(1–2), 205–219.
- Baker, S. M., Gentry, J. W., & Rittenburg, T. L. (2005). Building understanding of the domain of consumer vulnerability. *Journal of Macromarketing*, 25(2), 128–139.
- Banco Central do Brasil. (2022). Estatísticas monetárias e de crédito. Retrieved April 12, 2022, from <https://www.bcb.gov.br/estatisticas/estatisticasmonetariascredito>

Consumer Vulnerability and Financial Well-Being: A Study on Credit Consumption Among Young Entrepreneurs at the Pernambuco's Clothing Cluster in Brazil

- BCB. (2019). Taxa de juros Pessoa Física - Crédito pessoal não consignado. Banco Central do Brasil. Recuperado de <https://www.bcb.gov.br/estatisticas/reporttxjuros/?path=conteudo%2Ftxcred%2FReports%2FTaxasCredito-Consolidadas-porTaxasAnuais.rdl&nome=PessoaFísica-Créditopessoalnãoconsignado¶metros=tipopessoa:1;modalidade:221;encargo:101&exibepaametros=false>
- Bardin, L. (2011). *Content analysis*. São Paulo: Editions 70.
- Bauman, Z. (2010). *Legislators and interpreters: On modernity, post-modernity and intellectuals*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Bauer, M., & Gaskell, G. (2002). *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: Um manual prático*.
- Beverly, S. G., & Sherraden, M. (1999). Institutional determinants of saving: Implications for low-income households and public policy. *Journal of Socio-Economics*, 28, 457–473.
- Binswanger, L. (2010). *Délire*. Grenoble: Jérôme Millon.
- Bitencourt, J. O. D. S. (2004). The principle of vulnerability: Foundation of consumer legal protection. *EMERJ Magazine*, 7(25), 248–265.
- Broderick, A. J., Demangeot, C., Adkins, N. R., Ferguson, N. S., Henderson, G. R., Johnson, G., Zúñiga, M. A. (2011). Consumer empowerment in multicultural marketplaces: Navigating multicultural identities to reduce consumer vulnerability. *Journal of Research of Consumers*.
- Brüggen, E. C., et al. (2017). Financial well-being: A conceptualization and research agenda. *Journal of Business Research*, 79, 228–237.
- Cartwright, P. (2015). Understanding and protecting financially vulnerable consumers. *Journal of Consumer Policy*, 38(2), 119–138.
- Chavali, K., Mohan Raj, P., & Ahmed, R. (2021). Does financial behavior influence financial well-being? *Journal of Finance, Economics and Asian Business*, 8(2), 273–280.
- Cheung, F., & Lucas, R. E. (2014). Assessing the validity of single-item life satisfaction measures: Results from three large samples. *Quality of Life Research*, 23(10), 2809–2818.

- Chuan, C. S., Kai, S. B., & Kok, N. K. (2011). Resource transfers and financial satisfaction: A preliminary correlation analysis. *Journal of Global Business and Economics*, 3(1), 146–156.
- Comissão de Valores Mobiliários. (2018). *Sustainable Finance*. <https://www.gov.br/cvm/en-us>
- Commuri, S., & Ekici, A. (2008). An enlargement of the notion of consumer vulnerability. *Journal of Macromarketing*, 28(2), 183–186.
- Confederação Nacional de Jovens Empresários. (2022). *Profile of the young Brazilian entrepreneur*. <http://conaje.com.br/projetos/pesquisa-conaje/>
- Consumer Financial Protection Bureau. (2015). *Measuring financial well-being: A guide to using the CFPB financial well-being scale*. Washington, DC: CFPB.
- Corbin, J., & Strauss, A. (2015). *Basics of Qualitative Research*. Thousand Oaks, CA: Sage.
- Costa, G. F. M. (2002). Consumer law and the reflection period technique. *Consumer Law Magazine*, 43, 258–272.
- Da Silva, C. T., Dos Santos, A. C., & Da Silva, T. P. (2024). Explorando a relação entre bem-estar financeiro, autocontrole e comportamento do consumidor. *Sinergia – Revista do Instituto de Ciências Econômicas, Administrativas e Contábeis*, 28(1), 73–86.
- Flick, U. (2004). *An introduction to qualitative research*. Porto Alegre: Bookman.
- Garðarsdóttir, R. B., & Dittmar, H. (2012). The relationship of materialism to debt and financial well-being: The case of Iceland's perceived prosperity. *Journal of Economic Psychology*, 33(3), 471–481.
- Gonçalves, V. N., Ponchio, M. C., & Basílio, R. G. (2021). Financial well-being of women: A systematic review and guidelines for future research. *International Journal of Consumer Studies*, 45(4), 824–843.
- Gorla, M. C., et al. (2016). Financial education of public high school students according to individual, demographic and socialization aspects. In *Congress of Control-ship and Accounting* (16). São Paulo.
- Hill, R. P., & Sharma, E. (2020). Consumer vulnerability. *Journal of Consumer Psychology*, 30(3), 551–570.

Consumer Vulnerability and Financial Well-Being: A Study on Credit Consumption Among Young Entrepreneurs at the Pernambuco's Clothing Cluster in Brazil

- Hira, T. K., & Mugenda, O. M. (1999). The relationships between self-worth and financial beliefs, behavior, and satisfaction. *Journal of Family and Consumer Sciences*, 91(4), 76–82.
- Huston, S. J. (2010). Measuring financial literacy. *Journal of Consumer Affairs*, 44(2), 296–316.
- Joo, S., & Grable, J. E. (2004). An exploratory framework of the determinants of financial satisfaction. *Journal of Family and Economic Issues*, 25(1), 25–50.
- Lara, R., & Ribeiro, R. F. (2016). The debt of the working class in Brazil and manipulative capitalism. *Social Service and Society Magazine*, 126.
- Losada-Oalora, M., Garcés, C. A. V., Juliaó-Rossi, J., Donado, P. M., & F., E. R. (2018). Enhancing customer knowledge: The role of banks in financial well-being knowledge. *Journal of Service Theory and Practice*.
- Lusardi, A., & Mitchell, O. S. (2008). Financial literacy and retirement planning in the United States. *Journal of Pension Economics & Finance*, 10(4), 509–525.
- Lusardi, A., & Tufano, P. (2015). *Debt literacy, financial experiences and overindebtedness* (NBER Working Paper No. 4808).
- Mahendru, M., Sharma, G. D., & Hawkins, M. (2020). Towards a new conceptualization of financial well-being. *Journal of Public Relations*, e2505.
- Minayo, M. C. de S. (2014). *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde* (14. ed.). São Paulo: Hucitec.
- Montenegro, M., & Contel, F. (2017). Financeirização do território e novos nexos entre pobreza e consumo na metrópole de São Paulo. *EURE (Santiago)*, 43(130), 115–139. <https://doi.org/10.4067/s0250-71612017000300115>
- Netemeyer, R. G., Warmath, D., Fernandes, D., & Lynch, J. G. (2018). Como estou me saindo? Bem-estar financeiro percebido, seus potenciais antecedentes e sua relação com o bem-estar geral. *Journal of Consumer Research*, 45(1), 68–89. <https://doi.org/10.1093/jcr/ucx109>
- Oliveira, E. Q. D. Jr. (2010). The concept of vulnerability in criminal law. <https://lfg.jusbrasil.com.br/noticias/2146510/o-conceitode-vulnerabilidade-no-direito-penal-eudes-quintino-de-oliveira-junior>

- Prawitz, A. D., & Cohart, J. (2016). Financial management competency, financial resources, locus of control, and financial wellness. *Journal of Financial Counseling and Planning*, 27(2), 142–157.
- PwC. (2022). *PwC's Global Workforce Hopes and Fears Survey 2022*. <https://www.pwc.com/gx/en/issues/workforce/hopes-and-fears/hopes-and-fears-2022.html>
- Ramsey, D. (2018). *The total money makeover workbook*. Nashville, TN: Thomas Nelson.
- Ringold, D. J. (2005). Vulnerability in the marketplace: Concepts, caveats, and possible solutions. *Journal of Macromarketing*, 25, 202–214.
- Salignac, F., Marjolin, A., Reeve, R., & Muir, K. (2019). Conceptualizing and measuring financial resilience: A multidimensional framework. *Social Indicators Research*, 1–22. <https://doi.org/10.1007/s11205-019-02100-4>
- Santo, P. O. D. E., & Hemais, M. W. (2017). Discrimination against low-income consumers. *Revista Pretexto*, 18(1), 64–79.
- Sebrae. (n.d.). *Analysis of GEM 2023 results by age group*. <https://bibliotecas.sebrae.com.br>
- Stewart, C. R., & Yap, S. F. (2020). Baixa alfabetização, políticas públicas e vulnerabilidade do consumidor: Estamos realmente fazendo o suficiente? *International Journal of Consumer Studies*, 44(4), 343–352. <https://doi.org/10.1111/ijcs.12569>
- Silva Filho, A. R. A., Duarte, A. D., Sinesio, E. P., Silva, G. L., & Pessoa, S. G. S. (2021). Classificação, caracterização e diagnóstico das lavanderias de beneficiamento de jeans na cidade de Caruaru-PE, no Agreste Pernambucano. *Research, Society and Development*, 10, 12186.
- Silva, J. O. D., Abreu, N. R. D., & Mano, R. F. (2015). Vulnerable or vulnerable consumers? A reflection on accessibility in hotel media from the perspective of people with physical disabilities. In *Proceedings of the 29th National Meeting of ANPAD*. Belo Horizonte, MG.
- Sinha, P. K., Singh, B. K., Singh, P., & Burman, R. R. (2016). Factors for selection of entrepreneurial carrier by youth trainees of entrepreneurship development programme. *Indian Research Journal of Extension Education*, 16(2), 31–36.

Consumer Vulnerability and Financial Well-Being: A Study on Credit Consumption Among Young Entrepreneurs at the Pernambuco's Clothing Cluster in Brazil

- Shultz, C., & Holbrook, M. (2009). The paradoxical relationships between marketing and vulnerability. *Journal of Public Policy & Marketing*, 28, 124–127.
- Smith, N. C., & Cooper-Martin, E. (1997). Ethics and target marketing: The role of product harm and consumer vulnerability. *Journal of Marketing*, 61(3), 1–20.
- Silva, R. O. D., Barros, D., Gouveia, T., Almeida, M. D. O., & Merabet, D. D. O. B. (2021). Uma discussão necessária sobre a vulnerabilidade do consumidor: Avanços, lacunas e novas perspectivas. *Cadernos EBAPE.BR*, 19, 83–95.
- Solomon, M. (2016). *Consumer behavior: Buying, owning and being*. Porto Alegre: Bookman.
- Stewart, C. R., & Yap, S. F. (2020). Low literacy, policy and consumer vulnerability: Are we really doing enough? *International Journal of Consumer Studies*, 44(4), 343–352.
- Shim, S., et al. (2009). Pathways to life success: A conceptual model of financial well-being for young adults. *Journal of Applied Developmental Psychology*, 30(6), 708–723.
- Taddei, A. (2010). Consumer and credit in Brazil. https://www.abant.org.br/conteudo/ANAI/CD_Virtual_27_RBA/arquivos/grupos_trabalho/gt
- Wunderlich, N. V., Hogreve, J., Chowdhury, I. N., Fleischer, H., Mousavi, S., Rötze-meier-Keuper, J., & Sousa, R. (2020). Overcoming vulnerability: Channel design strategies to alleviate vulnerability perceptions in customer journeys. *Journal of Business Research*, 116, 377–386.
- Winborg, J., & Landström, H. (2001). Financial bootstrapping in small businesses: Examining small business managers' resource acquisition behaviors. *Journal of Business Venturing*, 16(3), 235–254.
- Yakoboski, P. J., Lusardi, A., & Hasler, A. (2023). Bem-estar e alfabetização financeira em um ambiente de alta inflação: O Índice de Finanças Pessoais TIAA Institute-GFLEC de 2023. *Série de Artigos de Pesquisa do TIAA Institute, Índice de Finanças Pessoais GFLEC 2023*. <https://ssrn.com/abstract=4555538>

O Trabalho de Profissionais *Offshore* à Luz da Psicodinâmica do Trabalho

Ana Zenilce Moreira

Universidade Estadual do Ceará - zenilce.moreira@uece.br

Ana Cristina Batista dos Santos

Universidade Estadual do Ceará - ana.batista@uece.br

Resumo

O objetivo deste estudo foi compreender o trabalho de profissionais *offshore* em plataformas de petróleo e gás à luz da Psicodinâmica do Trabalho. Buscou-se a identificação dos principais tipos de trabalho desses profissionais, segundo a tipologia da PDT. Foram realizadas dez entrevistas semiestruturadas, cujos dados foram analisados por meio da técnica Análise dos Núcleos de Sentidos. O trabalho no mar envolve ambiguidade de emoções, significados que colocam em pauta vivências, dinâmicas intersubjetivas muito particulares da rotina de isolamento dentro das plataformas. Rotina que, conforme os resultados da pesquisa, é limitada pela existência de inúmeras regras, normas de segu-

rança e conduta, haja vista a vivência diária de situações perigosas e arriscadas. Concluiu-se que, concernente às dimensões de trabalho no trabalho *offshore*, há predominância dos tipos prescrito e coletivo, sobressaindo-se a organização do trabalho e as relações de trabalho. As dinâmicas são marcadas pela inteligência astuciosa, elevação da carga psíquica, busca por reconhecimento e gratidão a Deus. As vivências oscilam entre prazer ligado à amizade, à identificação com o trabalho e ao sofrimento marcado por saudade da família. A competitividade e os estados de saúde e adoecimento articulam demandas físicas e, sobretudo, emocionais, influenciadas pelos riscos e condições adversas do trabalho *offshore*.

Palavras-chave: Psicodinâmica do Trabalho, Subjetividade, Trabalho, *Offshore*.

The Work of Offshore Professionals in the Light of Psychodynamics of Work

Abstract

The objective of this study was to understand the work of offshore professionals on oil and gas platforms in light of Work Psychodynamics. The aim was to identify the main types of

work these professionals perform., according to the PDT typology. Ten semi-structured interviews were conducted, and the data were analyzed using the Core Meaning Analysis

technique. Working at sea involves ambiguous emotions and meanings that bring to the fore very particular experiences and intersubjective dynamics of the routine of isolation within the platforms. According to the results of the research, this routine is limited by the existence of numerous safety and conduct rules and regulations, given the daily experience of dangerous and risky situations. It was concluded that, concerning the dimensions of work in offshore work, the prescribed and collective types predominate, with the dimen-

sions of work organization and work relations standing out. The dynamics are marked by astute intelligence, increased psychological stress, the search for recognition and gratitude to God; experiences range from pleasure linked to friendship and identification with work to suffering marked by longing for family, competitiveness, and states of health and illness that articulate physical and, above all, emotional demands, influenced by the risks and adverse conditions of offshore work.

Keywords: Psychodynamics of Work, Subjectivity, Work, Offshore.

INTRODUÇÃO

Sob a perspectiva da Psicodinâmica do Trabalho (PDT), ele é aquilo que provoca, do ponto de vista humano, o fato de trabalhar, isto é, tudo aquilo que inclui os gestos, o saber-fazer, o engajamento do corpo, a mobilização da inteligência, a capacidade do sujeito de refletir, reagir e interpretar as situações, bem como o poder de sentir, pensar e inventar (Dejours, 2004).

Entretanto, a PDT não pode ser resumida à tentativa de entender o trabalhar individual dos sujeitos, em uma busca por aprofundamento do conhecimento unicamente sobre este aspecto que se sabe ser central da vida. Nesse sentido, fortalecer a centralidade do trabalho e a sua relevância para os sujeitos enquanto coletivos de trabalho, e percorrer um caminho de busca da emancipação em uma perspectiva intersubjetiva, torna-se objetivo primordial deste campo teórico-empírico (Sznclwar, Uchida, & Lancman, 2011).

No âmbito da Economia do Mar, a força da natureza, vista e sentida com a ação do Sol, do vento e da própria água dos mares e da chuva, conduz esse trabalhar a extremos que oferecem desde riscos de acidentes a riscos de vida daqueles que o experienciam. Quando esse cenário se potencializa com o isolamento e o confinamento

intrínsecos ao trabalho embarcado em plataformas, a natureza das experiências laborais se tornam ainda mais complexas.

Estimativas apontam que mais de 30 milhões de pessoas trabalham no mar todos os dias, exercendo as mais distintas atividades (Klein, 2022). Apesar disso, são escassos os estudos dedicados sobre a análise dos impactos do trabalho a bordo na saúde mental e no bem-estar dos profissionais da Economia do Mar (Blackburn, 2023; Fossum et al., 2013).

Alvarez, Figueiredo, e Rotenberg (2010), em uma pesquisa realizada na indústria petrolífera *offshore*, mais precisamente na bacia de Campos, no estado do Rio de Janeiro, destacaram os riscos potenciais relacionados à organização do trabalho, sobretudo o regime de embarque e o sistema de turnos empregados por algumas organizações. Entre os achados centrais, identificaram que algumas características da organização do trabalho do setor *offshore* tendiam à elevação da exposição dos trabalhadores aos riscos de acidentes, uma vez que o custo psíquico de teor cognitivo e afetivo requerido pelas atividades é estimulado pelo regime de embarque, bem como pelo sistema de turnos.

Na literatura internacional, Ross (2009) concluiu que a comunidade de trabalho *offshore* apresenta situações únicas que devem ser abordadas especificamente – em vez de geridas como extensões diretas do trabalho rotineiro *onshore*. Já Fossum, Bjorvatn, Waage e Pallesen (2013, p. 530), em uma revisão sistemática com uma amostra de 29 pesquisas, que buscou examinar os efeitos do trabalho por turnos e noturno na indústria petrolífera *offshore*, argumentaram que “os dados relativos à saúde mental e física, às vidas familiar e social e aos acidentes produziram resultados inconsistentes e foram insuficientes como base para tirar conclusões gerais”, sendo necessárias mais pesquisas na área. Portanto, foi visando preencher parte da lacuna descrita, que sustentou-se a realização deste artigo.

O objetivo da pesquisa consistiu em compreender o trabalho de profissionais *offshore* em plataformas de petróleo e gás à luz da Psicodinâmica do Trabalho (PDT).

Particularmente, buscou-se identificar os principais tipos de trabalho desses profissionais, segundo a tipologia da PDT, e o aprofundamento acerca dos impactos do trabalhar sobre eles, sua subjetividade e as psicodinâmicas singulares que utilizam para produzir no contexto da Economia do Mar.

A técnica Análise dos Núcleos de Sentidos (ANS) foi utilizada para analisar os dados produzidos com as dez entrevistas em profundidade realizadas. As lentes da PDT, portanto, foram utilizadas para fundamentar a apresentação e as discussões

dos resultados – considerando o contexto de trabalho, as dinâmicas, as vivências de prazer e o sofrimento, os estados de saúde e o adoecimento identificados, tal como as tipologias do trabalho.

Para alcançar seu objetivo, este artigo encontra-se dividido da seguinte forma: para além desta introdução, o aporte teórico versa sobre os temas da PDT e as concepções do trabalho nos mares; o método descreve as estratégias definidas para a realização da pesquisa, sendo seguido pela análise dos resultados, considerações finais e listagem das referências consultadas.

APORTE TEÓRICO

Trabalhar não se resume apenas a produzir, contemplando também conviver. Isso porque não existe neutralidade do trabalho diante da convivência; ou o trabalho, por meio da atividade ontológica, funciona como um “meio possante” de criar e de transmitir novos laços sociais de cooperação, ou ele destrói os laços sociais e provoca a desolação (Dejours, 2012a).

O trabalho apropria-se da subjetividade. Ao acessar o corpo subjetivo, a familiaridade e a proximidade com a matéria ou as ferramentas, aquele que trabalha adquire novas habilidades, assim como descobre em si novos registros de sensibilidade. Pela experiência do trabalhar, ele aprende a conhecer as suas próprias limitações e suas imperícias, e se expandem também em si a compilação de suas sensações afetivas, além da descoberta de novas qualidades e virtuosismo que acaba por apreciar (Dejours, 2012b).

A Psicodinâmica do Trabalho se baseia em uma concepção de saúde mental no trabalho, analisando processos intra e intersubjetivos, e movimentos psicoafetivos do trabalhador. A PDT, portanto, é vista como resultante de uma interface dinâmica e evolutiva entre os objetivos que os indivíduos, a organização e o grupo de trabalho buscam alcançar. Nesse contexto, o trabalho deve possibilitar a realização dos sujeitos, a eficácia e a eficiência das organizações e a garantia de uma aplicação justa das normas e o respeito pelos seus valores (Dejours, Abdoucheli, Jayet, 2007; Sznclwar, Uchida, & Lancman, 2011; Vézina, 1996). Sob a lente teórica da PDT, o trabalho não só se apropria da subjetividade, mas também ocupa uma posição de centralidade na construção dela. A relação trabalho-

-subjetividade, para a PDT, compreende desde distintas tipologias de trabalho a outras macrodimensões teóricas, todas com lastro nos dinâmicos e complexos fenômenos do cotidiano laboral.

Dentre as principais tipologias de trabalho presentes na PDT, encontram-se alguns pares dialéticos: trabalho prescrito \times trabalho real, originando o trabalho vivo; trabalho *poiésis* \times trabalho *arbeit* e trabalho individual \times trabalho coletivo.

No primeiro par dialético, o trabalho prescrito envolve o cumprimento à risca das tarefas impostas ao trabalhador pela organização do trabalho, considerando que a tarefa contempla a estrutura física, os mobiliários, os equipamentos, os procedimentos de trabalho, etc. Ademais, a organização do trabalho é constituída por elementos objetivos, subjetivos e sociais que podem gerar imprevistos, constrangimentos psíquicos e organizacionais. Desse modo, trata-se de um conjunto complexo e interativo de forças que não pode ser inteiramente explicado por meio das prescrições (Aguiar & Santos, 2017; Guerin, Laville, & Fenouillet, 2001).

Assim, pode-se afirmar que, em qualquer circunstância de trabalho, há uma lacuna entre o prescrito e o real, sendo este último composto por todos os elementos da realidade concreta que não puderam ser antecipados, regulados ou coordenados previamente por meio da organização do trabalho (Deranty, 2009). Na visão de Dejours (2004), trabalhar é completar essa lacuna, o que acontece através da consecução do trabalho vivo. Ou seja, aquilo que o indivíduo necessita adicionar às prescrições para o alcance dos objetivos (Dejours, 2014).

O trabalhar também inclui as concepções de trabalho *poiésis* e *arbeit*. Enquanto *poiésis*, traduz-se no trabalho de produção, com atuação dos indivíduos sobre o mundo, tendo em vista a sua transformação; e como *arbeit*, consiste na elaboração associada à requisição do trabalho compulsório à subjetividade, especialmente ao psiquismo, transformando-o (Dejours, 2012b).

Uma análise psicodinâmica do trabalho determina que a contribuição singular pelo esforço pessoal de um trabalho psíquico (*arbeit*) com o trabalho ordinário de produção (*poiésis*) pode definir aspectos da forma final da obra comum realizada pelo grupo, por causa da inscrição das descobertas feitas por cada um como impressões singulares no trabalho coletivo. Isto é, do último par dialético: a experiência do trabalhar é, primeiramente, individual e consente que cada trabalhador aprimore uma inteligência, um singular modo de fazer. Contudo, o trabalho também sempre é uma relação social, um coletivo, um viver junto (Araújo, Nepomuceno, & Alvarez, 2019; Dejours, 2012b).

Como em uma teia, as tipologias de trabalho, na PDT, são entremeadas por várias outras macrodimensões teóricas, compondo uma grande rede de conceitos e significações, geralmente organizadas em quatro grandes dimensões:

- i) contexto de trabalho;
- ii) dinâmicas intra e intersubjetivas;
- iii) vivências; e
- iv) estado (Bueno & Macêdo, 2012; Dejours, 2012a, 2012b; Mendes, 2007).

Organização do trabalho, condições de trabalho e relações de trabalho integram as dimensões de contexto do trabalho para a PDT, sendo a primeira considerada como a de maior potencial estruturante ou desestruturante da subjetividade do trabalhador, na medida em que contém a prescrição sobre como o trabalho deve ser feito, o grau de (in)flexibilidade envolvido, organizando “coisas e homens”, ou seja, os aspectos técnicos e sociais do trabalhar (Dejours, 1992; Mendes, 2007).

O trabalhar, também, ocorre sob condições materiais específicas, ganhando relevância os aspectos físicos, químicos, biológicos e tecnológicos; e, assim, se desenvolve sob relações sociais temporalmente e espacialmente localizadas, envolvendo dinâmicas intersubjetivas com agentes diversos, como: chefias, subordinados, pares e clientes (Dejours, 1992; Mendes, 2007).

O trabalho comumente além da produção estabelece uma relação com o outro, mais precisamente um jogo de experiências em conjunto com o outro (Areosa, 2019). Esclarece Dejours (2004), que é devido à atividade deôntica que se estabelece a evolução e a adaptação da organização real do trabalho, em conformidade com a formação do coletivo e da transformação material do processo de trabalho.

No âmbito do desenvolvimento regional, o estudo de Pires e Chaveiro (2018) identificou que, ao fazerem parte da expansão do agronegócio na microrregião do sudoeste goiano, a maioria dos trabalhadores das usinas sucroalcooleiras que participaram da pesquisa se sente realizada pela possibilidade de aprendizado e de crescimento profissional. Porém, há uma forte presença de cansaço físico e mental, cargas de trabalho excessivas e má remuneração. Nesse contexto, o desenvolvimento vem acompanhado de uma boa organização do trabalho – com normas, regulamentos e oferecimento de EPIs adequados –, mas com relações de trabalho mais frágeis.

Já o artigo de Antenor, Oliveira, Farias e Andrade (2020), realizado em três polos turísticos na cidade de Fortaleza, Ceará, ressaltou que a PDT, ao explorar as particularidades das práticas, condições e relações de trabalho e das influências da cultural local e das experiências de trabalhadores na satisfação dos turistas e, consequentemente, na sustentabilidade do setor, contribui para uma melhor compreensão de como o foco na subjetividade do sujeito pode auxiliar a fortalecer alguns elementos fundamentais do desenvolvimento regional, como a identidade cultural do local e o senso de pertencimento social.

Diante disso, pode-se perceber como as lentes da Psicodinâmica do Trabalho (PDT) podem ser utilizadas para compreender as dinâmicas de trabalho em contextos regionais específicos, evidenciando experiências humanas, territoriais e setoriais, como é o caso das atividades *offshore* realizadas pelos sujeitos desta pesquisa.

MÉTODO

A pesquisa foi concebida e orientada segundo a abordagem qualitativa, tendo em vista compreender o trabalho de profissionais *offshore* em plataformas de petróleo e gás à luz da Psicodinâmica do Trabalho. A técnica de coleta de dados foi a entrevista semiestruturada, buscando agrupar informações em profundidade, obtidas a partir do foco no fluxo natural das narrativas de cada participante. As perguntas elaboradas percorreram temas da PDT – alicerçadas no espectro da Economia do Mar (Adeoye-Olatunde & Olenik, 2021; Bauer & Gaskell, 2018)

O acesso aos entrevistados ocorreu por meio da técnica de *snowball* (bola de neve), em que se contou também com o apoio do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria do Petróleo – Sindipetro, na indicação de alguns dos participantes. Para evocar representações dos sujeitos acerca do trabalho no mar em plataformas *offshore* foram utilizados, na ocasião das entrevistas, os termos *trabalho* e *mar* como elementos-estímulo. Para Flick (2009), o conteúdo do estímulo apresentado é antecipadamente analisado, permitindo que seja feita uma comparação entre fatos considerados objetivos da situação e definições subjetivas fornecidas pelos entrevistados.

As dez entrevistas foram realizadas de forma remota, via *Google Meet*, considerando que parte delas ocorreu durante a pandemia de COVID-19, e também pela difícil acessibilidade aos sujeitos que se encontravam (ou residiam) em estados/regiões diferentes daquele de origem das pesquisadoras. No total, foram obtidas mais de onze

horas de gravação, com a saturação empírica dos dados iniciada a partir da oitava entrevista e a saturação completa só ocorreu na décima entrevista, portanto os novos achados até a saturação das entrevistas foram inseridos no estudo.

A maioria dos participantes do estudo já trabalha há mais de dez anos no setor petrolífero, com alguns alcançando a marca de duas décadas, sendo três sujeitos do gênero feminino e sete do masculino. O intervalo das idades dos participantes variou dos 34 aos 60 anos. No que se refere às áreas de atuação, foram entrevistados operadores de máquinas, engenheiros e profissionais da Saúde, com atuação nas regiões do Nordeste e do Sudeste brasileiros, em diferentes estados, tais como: Ceará, Sergipe, São Paulo e Rio de Janeiro.

O estudo originou-se de um projeto de pesquisa realizado em uma universidade pública do Nordeste brasileiro e aprovado por Comitê de Ética e Pesquisa sob o número 5.373.237. A participação nesta pesquisa se deu com a autorização dos participantes, mediante assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, o qual também foi assinado por uma das pesquisadoras. Destaca-se a preservação das identidades dos sujeitos, por meio da adoção de pseudônimos e a não utilização de quaisquer informações de vinculação organizacional.

Na análise dos dados, foi aplicada a técnica Análise dos Núcleos de Sentido (ANS), adaptação que Mendes (2007) faz da técnica análise temática de conteúdo de Bardin (2011), nos estudos sobre a Psicodinâmica do Trabalho. Essa técnica permitiu, por meio da codificação e categorização das falas dos entrevistados, a descrição integral e a comparação dos dados referentes às tipologias de trabalho dos profissionais *offshore* entrevistados e os demais temas da PDT investigados. Isso porque “a ANS organiza não só conteúdos manifestos e recorrentes como também conteúdos latentes, psicológicos, contradições, aspectos específicos que são importantes para o objeto” (Dos Anjos, Mendes, Santos & Facas, 2011). O processo de codificação e categorização foi validado por meio dos testes de representatividade e consistência interna.

PSICODINÂMICA DO TRABALHO DOS PROFISSIONAIS OFFSHORE: TIPOLOGIAS E MACRODIMENSÕES

O trabalho *offshore* é predominantemente constituído pelo trabalho prescrito, como uma rígida organização do trabalho. A marcante presença de regras de convívio e de segurança é responsável por este domínio da prescrição nas rotinas dos

profissionais entrevistados neste estudo. Tais regras norteiam o planejamento das atividades executadas, assim como a conduta dos trabalhadores nas plataformas.

Deranty (2009) explica que a organização prescrita do trabalho considera as solicitações oriundas do contexto social, impondo, entre outras questões, limitações à realização das tarefas. Nesse sentido, na pesquisa realizada, identificou-se que, para alcançar o controle e a manutenção dos padrões de segurança, é necessária aprovação profissional especializada para a liberação de todo e qualquer serviço realizado nas plataformas, conforme relato:

Tem o supervisor de manutenção, que é responsável pela disciplina de manutenção, seja ela a disciplina mecânica, a disciplina elétrica, a disciplina de instrumentação. Tem a parte de supervisor de caldeiraria, que mexe com a estrutura da plataforma. Se quiser liberar uma linha, se quiser fazer uma pintura, aí tem esse pessoal que elabora esses serviços (Karmiel).

A Verificação Conforme Padrão (VCP) é a documentação aplicada a todas as ordens de liberação de serviço (digital e em cópias físicas). Sobre o protocolo, Karmiel explica o seguinte: “O supervisor vem e faz um VCP, é, Verificação Conforme Padrão. Então, tudo na empresa tem as normas e tem os padrões para serem seguidos. E a gente não pode sair da linha, porque qualquer erro que acontecer está tudo documentado”. Neste relato, o sujeito deixa explícito o cumprimento das regras à risca, em conformidade com Dejours, Abdoucheli & Jayet (2007).

A organização do trabalho também é estabelecida diante da necessidade de serem realizadas reuniões simultâneas para a definição e a aprovação do que será executado a cada dia seguinte de trabalho. Nesse processo, surge a permissão de trabalho (PT), conforme detalha Rúben: “Primeiramente a gente separa os materiais que vai utilizar. Chegando na plataforma, tem outras atividades, que é documentação, que a gente tem que abrir PT”. Karmiel acrescenta que a PT “permite a passagem de turnos e a análise dos riscos associados a cada trabalho”.

Os riscos abrangem desde acidentes de percurso (no trajeto de acesso às plataformas) a possibilidades de explosão e contaminação biológica. Outros riscos que também se manifestam no real do trabalho em plataformas *offshore*, conforme o relato dos trabalhadores entrevistados: choque elétrico, incêndios, ruídos, quedas e escorregões, asfixia e o risco de teor meteorológico.

A situação do helicóptero [para chegar na plataforma], você vê... Eu, apesar de ser rápido, né, muito rápido, mas a pessoa não pode ter erro, o piloto não pode ter erro. Porque na aproximação, se ele errar um milímetro ali, pode ser fatal (Karmiel).

“Você tem diversos profissionais e diversas atividades... Eu posso, vamos dizer, existe um risco de explosão e um risco de incêndio, você tem altas pressões que pode ter uma [explosão], sei lá! Uma tubulação, ela pode perder a contenção”, relata Elad.

O risco físico principal é o ruído. Muitos equipamentos estão operando de maneira simultânea, então provocam ruídos muito elevados. Logo, você tem que estar sempre de abafador, você tem que estar sempre de EPI (Vardimon).

Chuva, maré, às vezes tem ondas, tem épocas de vento, já teve um ciclone no Sul do país que refletiu na plataforma (Ionice).

Há ainda um risco psicológico, apresentado por Vardimon, que se refere a um trabalho negativo da mente e que ocorre quando alguma eventualidade impede o profissional embarcado de voltar para casa, ou, simplesmente, de encerrar o seu regime de trabalho:

Se o seu ‘back’ [o colega que substitui outro na escala de trabalho] não pode subir, automaticamente sua jornada de trabalho é prolongada. Então, algumas pessoas já estão no seu limite ali dos 14 dias. Você ficar 14 dias ‘preso’, não seria bem essa a palavra propriamente dita, mas lá você não pode sair para nenhum canto, você está preso. Então, você está preparado, digamos assim, psicologicamente, para depois de 14 dias você encontrar com a civilização, encontrar com a sua família, encontrar com os seus amigos e tudo mais. E quando você vê que isso aí não vai acontecer, aí a sua mente já começa a trabalhar negativamente, né?! (Vardimon).

Ainda segundo relatos de Vardimon, essa situação costuma ocorrer “exatamente no final do embarque”, quando os trabalhadores já se encontram fadigados e estressados com as rotinas do trabalho embarcado. Outra informação obtida na entrevista foi que a frequência inerente ao risco psicológico aumentou com a pandemia de COVID-19.

Compreende-se que, diante do conflito vivido, o indivíduo transforma-se frente à experiência do real (Dejours, 2012a), envolvendo, ao mesmo tempo, impacto negativo sobre o trabalho psíquico (*arbeit*) e na consolidação do trabalho coletivo, visto

o impedimento gerado na substituição de um trabalhador por outro no âmbito das regras do trabalho embarcado.

Para minimizar as adversidades inerentes ao trabalhar, esses indivíduos criam diferentes estratégias. Por exemplo, Ester descreve que a maioria dos colegas desenvolve uma técnica para minimizar o enjoo causado pelo mar (no traslado casa-trabalho-casa). “Você vai tentando seguir, né?! Você vai deitado, você toma tal remédio, você tapa o ouvido... você consegue até amenizar, mas mesmo quem tem muitos anos [de experiência] ainda sofre com isso”, diz ela.

Dessa fala de Ester, em que se percebe uma “resistência do real”, impondo obstáculos à realização simples e direta do trabalho (Deranty, 2009), ou ainda, nesse caso, no começo dos itinerários de trabalho, a vivência do enjoo e os múltiplos métodos utilizados pelos sujeitos para superá-los estão estreitamente relacionados ao uso elaborado da criatividade (Potiron, 2020; Sznalwar et al., 2011), frente aos conflitos que emergem.

A inventividade também aparece no trabalho desses profissionais quando exploram uma sensibilidade técnica na procura por alternativas de defesa (Cavanellas & Brito, 2019) que equilibrem, ou superem, o distanciamento entre o prescrito e o real, haja vista a quase unicidade destes dois tipos de trabalho no contexto *offshore*. O que incide na “qualidade do fazer” desses profissionais (Ferreira, Macêdo, & Martins, 2015) refletindo no compartilhamento e na apropriação de habilidades coletivas, possibilitando a experiência do trabalho vivo no âmbito do trabalho embarcado:

Lá, a gente tem o protocolo Urgência e Emergência, lá a gente trabalha só. Começa que a gente trabalha só, é só o enfermeiro e o médico, que se chama de ‘regulação’. Aí, quem nos ajuda é o pessoal da cozinha, os taifeiros, que a gente chama. Sempre é designar duas pessoas para o caso de urgência e emergência. [...] Se alguém tiver uma parada ou alguma coisa mais grave, eles que nos dão o suporte. Eles me dão essas duas pessoas. O que eu institui: eu peguei essas duas pessoas e capacitei elas para que, caso eu fosse a vítima, eles estivessem aptos a me socorrer. Então, essas duas pessoas estão aptas a reanimar, a verificar pressão e qualquer outro procedimento mais avançado. Então, eu treinei os meninos para isso (Agatha).

É importante notar quando Agatha afirma “o que eu institui”, porque é um indicativo de criatividade em um trabalho imerso em prescrições, a qual se revela por meio da elaboração do trabalho vivo e da inteligência astuciosa, demonstrada de ma-

neira singular e enigmática pelas expressões, comportamentos e práticas dos sujeitos (Cavanellas & Brito, 2019). Esse uso da criatividade parece ocorrer, principalmente, quando os sujeitos conseguem incorporar novas regras em seu trabalho (atividade deôntica), mesmo que o processo inverso (de eliminar regras) seja expressamente proibido:

A gente pode ampliar, a gente não pode é diminuir regras. Você não pode é dar uma, tipo assim, fazer uma vista grossa com as normas e com as regras que você tem. Isso você não pode fazer, você não pode jamais fazer uma vista grossa. Agora, assim, você aumentar o seu campo de visão com relação a isso, você tem essa liberdade (Roshon).

Na seara das prescrições, os treinamentos fornecidos pelas empresas compõem algumas das regras identificadas no trabalho realizado nas plataformas *offshore*, buscando reduzir o risco de acidente e atender a exigências de órgãos fiscalizadores. Segundo relatos, esses treinamentos ocorrem no próprio local de trabalho.

Na plataforma que eu trabalhava, houve um incêndio de grandes proporções, mas a gente é treinado para apagar o incêndio. Você acionar uma equipe de bombeiros de terra pra ir à plataforma pra apagar o fogo?! Não! A gente é treinado para isso (Jesse).

Dessa maneira, o preparo para lidar com as eventualidades e obter sucesso pode indicar a familiaridade subjetiva e afetiva do corpo com o real (Dejours, 2012b). Agatha apontou outra medida preventiva, em que os trabalhadores são orientados a passar sempre na enfermaria antes de iniciar o trabalho, a fim de garantir que não haja alteração nos sinais vitais de quem começa a trabalhar embarcado: “Se um colaborador desse cair, ou sentir alguma coisa, a responsabilidade é minha”. Agatha demonstra a consciência e a responsabilidade com a sua atividade laboral na área da Saúde, bem como o atendimento às prescrições.

Sobre as condições de trabalho, é preciso proporcionar conforto técnico no ambiente de trabalho por meio da normalização das instalações para criar boas condições de segurança. É o que destacaram Ester e Peresh: “Você, às vezes, nem lembra que está no mar... Assim, mesas, cadeiras, birôs, armários normais, computadores, como eu falei, né?! O ambiente climatizado, que é até uma das regras de segurança,

de NRs que a gente tem, né?! Esse conforto técnico” (Ester); “A gente se preocupa com pequenos detalhes, do tipo a duração de um travesseiro para dormir. Existem as regras para troca de travesseiros, troca de colchão, para poder garantir o conforto da pessoa” (Peresh). Isso reforça o entendimento de que a tarefa contempla a estrutura física, os mobiliários, os equipamentos, os procedimentos de trabalho, etc. (Guerin et al., 2001).

Quanto às relações de trabalho, é importante observar a atenção dada aos padrões éticos de comportamento. Desse assunto, muito se falou sobre fazer o trabalho como ele deve ser feito, o que Peresh nomeou de “nossa regra de ouro”, visto que buscam respeitar a padronização de processos e das atividades assumidas por cada um. O respeito à hierarquia também se sobressaiu dentro deste tema, uma vez que a liderança exerce um papel-chave no bom funcionamento e na boa convivência dentro das plataformas: “Há momentos que a gente tem que fazer uso de chamar atenção, tentando ser ético” (Jesse).

Em complemento, Peresh pormenorizou que:

Nenhuma atitude deve ser tomada fora daquele padrão, né?! É lógico que o padrão é autorrevisado. A gente procura sempre fazer o que está escrito no padrão. E em termos de ambiência, nós chamamos nosso código de ética. Nosso código de conduta é o que ordena como é que a gente deve tratar as pessoas e fazer o nosso trabalho.

Além deste atendimento rigoroso às regras como um princípio ético, Jesse destacou que é preciso seguir um cuidadoso padrão de compartilhamento de informações, até mesmo durante *feedbacks*, principalmente quando se pode identificar a quem ele se refere:

Tudo que é demandado pra mim de baixo, né, da equipe de chão de fábrica, que eu tenho que passar pra cima, eu tenho que passar com filtro, pra não expor ninguém, e tudo que eu tenho que passar, que vem de cima, pra passar pra baixo, eu tenho que passar com filtro pra não expor ninguém também na minha gerência (Jesse).

Desse modo, começam a surgir novos indícios da coletividade nas plataformas *offshore*. O que se percebeu é a importância de ter uma boa relação com os colegas

de trabalho, dentro e fora do ambiente organizacional, considerando o expressivo período de tempo que estes sujeitos compartilham entre si. Portanto, este contato pode ajudar a amenizar a falta que eles sentem dos familiares e a evitar mais um tipo de isolamento, visto o próprio isolamento do ambiente.

O “tornar-se uma família” foi muito frequente na fala dos entrevistados, e não somente em virtude das relações de trabalho, mas também devido ao compartilhamento dos horários de descanso, no qual muitos formam rodas de conversa, com música e outros tipos de passatempo:

Então, aqui é como eu estava lhe dizendo, existe uma unidade. Todo mundo está no mesmo barco, né?! Então, assim, se você se achar diferente dos demais, você acaba saindo um pouco do ambiente que a gente quer ter. Se você não tem essa consciência de que você tem que ter um ambiente agradável, com todo mundo se comunicando, aquela coisa toda, você se perde, porque você vai acabar se sentindo isolado e esse isolamento não é muito bacana para quem trabalha nessa área, sabe? (Roshon).

A gente meio que faz a parte do trabalho em conjunto, a parte pessoal e interpessoal, a gente também acaba fazendo em conjunto. Porque está todo mundo isolado [...] A gente se torna uma família, então as relações interpessoais elas são bem saudáveis, digamos assim (Ionice).

A minha rotina é essa; é trabalhar e nas horas vagas, ou estar na internet, ou estar tocando um instrumento, ou estar conversando com os amigos. [...] Fazer o social, né?! Fazer o social. Porque não pode também se isolar (Karmiel).

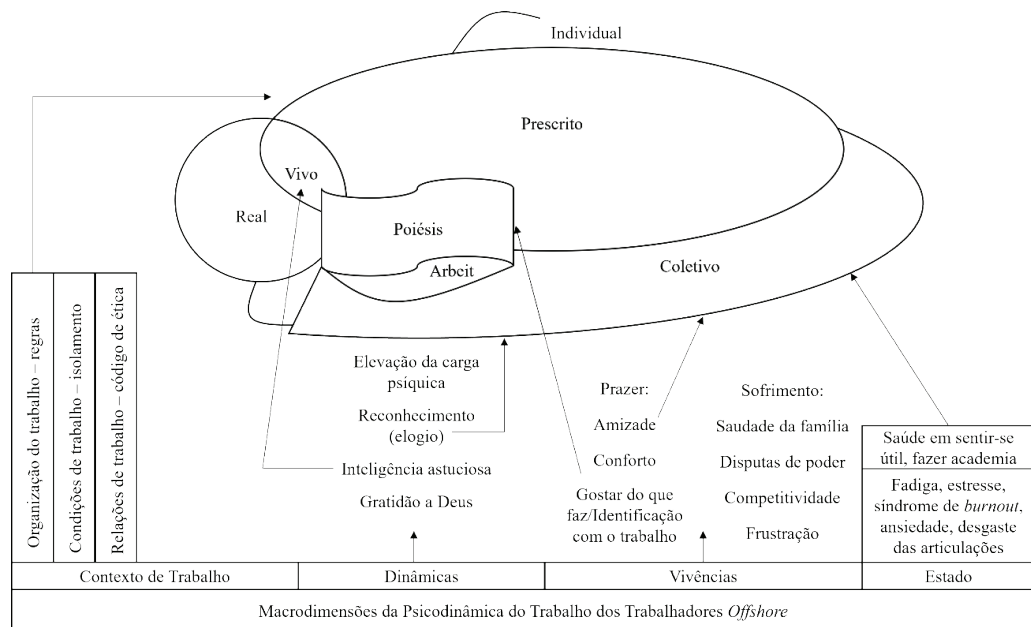
A partir do que foi dito por Roshon, essa “*unidade*” no trabalho nas plataformas *offshore* pode ser vista em várias situações: no ganho de conhecimento, em virtude de trocas constantes de informação entre os profissionais (Roshon); no reconhecimento do trabalho do outro a partir de elogios (Ionice); no cuidado que se tem com os colegas (Rúben); na cooperação para superar imprevistos e entregar um bom trabalho em tempo hábil (Vardimon); na própria organização e divisão dos trabalhos (Karmiel, Ester, Elad, Peresh); e, até mesmo, no senso de coletividade que surge quando se perde um companheiro de trabalho por morte ou desligamento da empresa.

Torna-se imprescindível, então, haver um esforço de cooperação e de camaradagem, em consonância com o trabalho coletivo, troca e compartilhamento de conhecimentos para que não somente seja finalizado o trabalho, mas, principalmente, para que seja assegurada a saúde física e mental dos sujeitos. Para os trabalhadores *offshore*, a cooperação é necessária até mesmo para assegurar que as regras e os procedimentos estejam sendo corretamente cumpridos por todos os profissionais, especialmente aquelas que se referem ao controle e ao monitoramento dos riscos. Tais regras fornecidas pela organização do trabalho impelem o sujeito a assumir o protagonismo de suas funções no ambiente laboral, assim como a conferir se a mesma postura ocorre entre os colegas. Como visto, quando se constata a violação de regras de segurança, esses trabalhadores, de imediato, cobram do outro o seu cumprimento de forma eficiente e segura, de modo que lhe assegure a própria vida e a de todos na plataforma.

Destaca-se, na Figura 1, o tamanho em que são apresentadas as tipologias de trabalho correspondentes à sua aplicação no campo de atuação do grupo entrevistado, constituído por dez profissionais *offshore*.

Figura 1

Psicodinâmica do Trabalho dos trabalhadores offshore.



Fonte: elaboração própria.

Da Figura 1, destaca-se que o trabalho no mar, no contexto estudado, é intrinsecamente ambíguo. Há quem tenha apreço pela viagem – o deslocamento da terra à plataforma, pelo mar ou pelo ar – e há quem perceba o trajeto como algo intimidador e cansativo. É o mar, simultaneamente, sinônimo de isolamento, de aventura e conquista.

Além disso, o trabalho *offshore* exige a adaptação e uma identificação do indivíduo com aquilo que faz profissionalmente. Todavia, não basta somente a vontade de trabalhar no mar ou de trabalhar em plataformas de petróleo, é necessário o entendimento de que o próprio ambiente de trabalho oferece riscos e desafios constantes, como o confinamento e o isolamento. É preciso entender que, para muitos, o mar é sinônimo de paz, mas para outros, de sofrimento.

Para o pessoal *offshore*, ela se apresentou como uma dinâmica, uma forma de “gratidão a Deus” em dois níveis:

- a) por não ter visto/vivenciado acidente; e
- b) pelo acidente não ter sido grave (quando vivenciado pelo sujeito). Outra vertente disso foi:
- c) gratidão por não ter contraído COVID- 19; ou d) quando infectado, ter apresentado somente sintomas leves. Isso pode ser acessado nos trechos indicados a seguir:

“Nunca vi, graças a Deus, nunca vi uma. Teve caso de queimadura, que a gente trabalha lá com vapores, né?! Trabalha com alta temperatura, teve uma queimadura, mas nada de 75° graus, nada, entendeu?” (Jesse).

Eu estava trabalhando com um colega e aí uma peça lá escapou de uma mola e atingiu o braço dele. A gente foi lá para a enfermaria, não foi tão grave assim a ponto de prestar socorro. A gente foi lá para a enfermaria, ele foi lá, foi uma pancada, depois desembarcou para poder fazer exames e graças a Deus foi tudo ok (Vardimon).

Graças a Deus, eu não contrai COVID-19. Mas o pessoal que contraiu, quando estava positivo, aí ficava uns 15 dias em outro...Tinha um hotel de quem não tinha feito exame ainda e um hotel de quem já tinha feito e estava positivo, então, ficava em outro hotel confinado mais 15 dias longe da família também, né?! (Ester).

Eu tive COVID como contactante, a bordo. Eu não peguei em pé, subi e peguei a bordo. Não desenvolvi nenhum sintoma, graças a Deus. Mas, o que acontecia muito, né, era gripe, né, gripe da gente ficar num ambiente fechado, acondicionado, pré-COVID, né?! (Jesse).

No âmbito dessa discussão, muito se falou sobre a importância dessa ligação com Deus para preservação da saúde mental e, ainda, das relações de amizade que são construídas nesse meio. A seguir, destaca-se um trecho da fala de Ester que ilustra a união associada a essa temática da espiritualidade no espaço físico de trabalho:

O pessoal tenta fazer algum louvor, ecumênico, religioso, para quem gostar, outro dia tem alguém que vai jogar alguma coisa, um dominó, alguém vai jogar capoeira. Então, assim, o pessoal tenta ocupar o tempo, apesar de ser bem cansativo, ainda quer ocupar o tempo da noite e tem essas integrações aí (Ester).

No que se refere às discussões sobre as vivências de prazer e sofrimento e os estados (saúde e adoecimento) identificados nos relatos obtidos e indicados na Figura 1, a “identificação com o trabalho” é um dos principais geradores de prazer no contexto do trabalho embarcado – sendo reforçada pelo reconhecimento recebido de líderes e colegas, o que permite o uso criativo de competências e o desenvolvimento de outras, contribuindo para a autorrealização profissional (Vézina, 1996) e a boa execução de tarefas. No escopo desse tema, indica-se a importância de elementos, como a amizade, o afeto e a atenção dedicada ao próximo como fonte de satisfação:

Quando a sua atividade você faz bem feita, isso te dá prazer. Outra coisa que te dá prazer dentro do trabalho são as amizades que você faz. Então, quanto mais pessoas que eu goste, eu possa confiar e possam estar do meu lado, para mim, vai facilitar demais até para eu desempenhar minhas atividades (Elad).

Uma coisa que me dá muita satisfação, muito prazer, é que, pronto, hoje, eu penso assim, pra mim é incômodo não estar no convívio da minha família diariamente, no meu conforto diariamente. Então, como supervisora, eu tento trazer um pouco desse conforto. E, sinceramente, isso me dá muita satisfação (Ionice).

No meu trabalho eu me sinto bem. Gosto do que eu faço, né?! E não é porque eu vou tentar ali também, não é só pelo dinheiro... Senão você não consegue se concentrar. E eu estou trabalhando ali e fazendo o que você gosta também (Rúben).

Diante disso, afirma-se que o sujeito vivencia o prazer a partir de construções sólidas de amizade que podem ajudar a superar o isolamento e a distância da família. Ademais, acrescenta-se a este reforço das identidades o zelo com que realizam as suas atividades, considerando, inclusive, o bem-estar do outro (Dejours, 2012b).

Entretanto, quando o zelo deixa de existir, ou é ameaçado, e começam a ocorrer falhas nas relações interpessoais e as aspirações individuais se tornam incompatíveis com as do ambiente organizacional, surgem as vivências de sofrimento, englobando: estresse, perseguição, disputas, preconceito, ingratidão, frustração, impotência e constrangimento, entre outros, reforçando que a PDT se concentra naquilo que o trabalho concebe de forma psíquica ao sujeito e como isso o afeta (Dashtipour & Vidaillet, 2017).

Quanto às disputas de poder, a competitividade entre os colegas em plataformas *offshore* foi identificada como uma situação de risco que pode intensificar a vulnerabilidade dos sujeitos no trabalho (Lancman et al., 2009). “O sofrimento surge quando ocorre uma falta de sintonia, prejudicando o desempenho de um grupo” (Agatha). Ou seja, inicialmente, o sofrimento aparece associado à *performance*. Além do mais, também foi percebido que o mal-estar gerado por essas disputas se manifesta no indivíduo, quando este se sente vítima da *inveja* e do *ego* dos outros: “No grupo, eu recebi ‘Parabéns, colega’. E no privado, botaram para mim assim: ‘como foi que você conseguiu?’” (Agatha).

Segundo o relato de Agatha, a competitividade existente no ambiente laboral, de preferência entre pares, é fonte de tristeza e adoecimento: “Isso me deixa triste. O que a gente mostra é que a população ela vive uma disputa constante... É uma disputa de egos, de aparecer, de holofotes, de eu sou melhor do que A ou B ou C. E eu acho que se o ser humano parasse de se preocupar em disputar, em aparecer, ele viveria menos doente. O ser humano, hoje, vive doente”, disse ela.

Em extensão, como descrito, também se destacaram a saudade, o medo (principalmente em relação aos riscos identificados) e, em decorrência da pandemia de

COVID-19, o luto. Muitos dos entrevistados relataram vivências de sofrimento pela perda de um companheiro ou de algum familiar. Nesse caso, o luto torna-se algo relacionado ao trabalho, porque parece ser aumentado em decorrência da distância física, quando nem sempre é possível estar presente em momentos de doença e morte, por estarem embarcados.

No âmbito dessa realidade, o estado de adoecimento dos profissionais *offshore* emergiu nas narrativas associado a temas recorrentes, como: a ansiedade, a síndrome do pânico, o estresse, o ganho de peso de forma compulsiva e o mal-estar causado pelo próprio ambiente marítimo (o marear), os quais são fatores que constituem agravos à saúde mental e física dos trabalhadores *offshore* entrevistados, diante de situações cotidianas de trabalho. Os estados de saúde, por fim, são potencializados pela prática rotineira de exercícios físicos – nas academias disponibilizadas dentro das próprias plataformas, e pelo sentir-se útil no trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo objetivou compreender o trabalho de profissionais *offshore* em plataformas de petróleo e gás à luz da Psicodinâmica do Trabalho. Operacionalmente, buscou-se identificar as tipologias de trabalho e as demais dimensões da PDT emergentes dos dados. Concluiu-se que, concernente às dimensões de trabalho no trabalho *offshore* há predominância dos tipos prescrito e coletivo, sobressaindo-se as dimensões organização do trabalho e relações de trabalho.

Referente ao contexto de trabalho, o estudo demonstrou como o trabalho prescrito é fator determinante na realização do trabalho dos profissionais *offshore* em plataformas de petróleo e gás, evidenciando um domínio da dimensão de contexto organização do trabalho, em face dos riscos envolvidos. Por isso mesmo, na execução das tarefas, quase não há abertura para imprevisto, ajuste ou mudanças de normas no momento da execução, indicando que o trabalho real e o trabalho prescrito praticamente coincidem. Contudo, também emergiu conteúdo relacionado à liberdade para acréscimo de regras, mas nunca uma alteração ou diminuição das já existentes, sugerindo uma manifestação específica da atividade deontica.

Este é um resultado importante relacionado a esse tipo específico de trabalho, dado os seus contornos de confinamento coletivo; pois, para Dejours (2012a), a ati-

vidade deôntica é sempre precedida por atividades de deliberação que ocorrem em um espaço estruturado e público de discussão e cooperação, incorporando-se, finalmente, como regras de ofício. Não foi esse o relato da trabalhadora que, sendo a única de um tipo de ofício, utilizou-se da inteligência astuciosa para, individualmente e não coletivamente, criar novas regras de trabalho para trabalhadores de outro setor, tendo em vista a sua sobrevivência, em situações críticas de saúde. Todavia, a cooperação, própria do viver junto, continuará sendo necessária, caso o real assim exija.

Assim, ficou constatado o quanto é importante a coletividade no trabalho embarcado, porque ela permite a formação de vínculos entre os profissionais, o reconhecimento e a amizade necessários para lidar com o isolamento, com a distância da família e com as situações de risco, desvelando a relação entre a dimensão de contexto relações de trabalho, as vivências de prazer e o estado de saúde. A coletividade é um reflexo da predominância das relações interpessoais dentro do contexto de trabalho, uma vez que é preciso muita cooperação para não somente evitar os acidentes, mas também para ajudar uns aos outros na superação das experiências de sofrimento identificadas.

Frente aos riscos enfrentados no trabalho real, rigorosamente especificados e conhecidos pelos sujeitos que trabalham no mar, esses esforços emergem tanto do trabalho prescrito quanto do trabalho real, manifestando-se, muitas vezes, nas entrelinhas do trabalho vivo. É válido, ainda enfatizar, que existe uma relação entre a inteligência astuciosa e o trabalho vivo, pois é por meio dela que esses profissionais demonstram a sua capacidade de lidar com os imprevistos. Convém destacar que a elevação da carga psíquica, reconhecimento (elogio) pelo trabalho, a inteligência astuciosa e a gratidão a Deus constituem as principais dinâmicas utilizadas pelos profissionais *offshore* diante do contexto do trabalho embarcado.

No que tange as vivências de prazer e sofrimento no trabalho, vale ressaltar o prazer que os sujeitos da pesquisa revelaram sentir em decorrência da amizade com os colegas, conforto no trabalho, bem como do “gostar do que faz” – principal fonte de prazer identificada no estudo. Em contrapartida, o sofrimento foi manifestado por meio da saudade da família, disputas de poder, competitividade e frustração.

No que se refere aos estados de saúde e adoecimento, os achados evidenciam que os participantes associam suas condições tanto a aspectos físicos quanto a dimensões mentais ou emocionais, sendo esta última a mais frequentemente mencionada. No contexto do trabalho *offshore*, a exigência de movimentação constante nas plataformas aproxima as práticas prescritas das ações de promoção da saúde. Entretanto, a

exposição contínua a fatores ambientais adversos — como radiação solar intensa, chuva e baixas temperaturas — configura um elemento crítico do real do trabalho, contribuindo para impactos negativos na saúde e para o potencial adoecimento dos trabalhadores.

Inerente às limitações identificadas no presente estudo, destaca-se a objetividade predominante nos relatos dos profissionais *offshore*, o que restringiu o acesso a aspectos subjetivos das práticas de trabalho. Soma-se a isso a dificuldade de acesso aos próprios trabalhadores, uma vez que atuam em regime embarcado, o que limita o tempo disponível para entrevistas mais extensas e aprofundadas. Ademais, a pesquisa contou com um número reduzido de entrevistas provenientes de diferentes regiões do Brasil, concentrando-se, majoritariamente, em um recorte geográfico específico. Essa limitação territorial reduz a abrangência das análises e impede a comparação entre distintos contextos socioculturais e operacionais presentes nas diversas regiões produtoras de petróleo e gás do país.

Como direção para estudos futuros, recomenda-se ampliar a coleta de dados para demais estados e regiões do Brasil, de modo a incorporar a diversidade de práticas, culturas organizacionais e características locais que podem influenciar as experiências laborais *offshore*. Sugere-se, ainda, aprofundar a análise das relações de gênero no contexto *offshore*, especialmente à luz da Psicodinâmica do Trabalho (PDT), uma vez que, embora o artigo reconheça a presença feminina, não explora como gênero, hierarquia e poder moldam as vivências subjetivas nesse ambiente historicamente masculinizado.

Por fim, considerando que os profissionais *offshore* tenderam a relatar suas experiências de forma objetiva, pesquisas futuras podem empregar métodos qualitativos mais aprofundados para captar *nuances* subjetivas relacionadas ao trabalho, incluindo estratégias de enfrentamento, dinâmicas de reconhecimento e possíveis assimetrias nas relações profissionais. Além disso, estudos comparativos entre diferentes contextos *offshore* podem contribuir para ampliar a compreensão sobre os efeitos do gênero e das relações de poder nas vivências laborais.

REFERÊNCIAS

- Adeoye-Olatunde, O. A., & Olenik, N. L. (2021). Research and scholarly methods: Semi-structured interviews. *Journal of the American College of Clinical Pharmacy*, 4(10), 1358-1367.
- Aguiar, R. G., & Santos, A. C. B. (2017). Conflitos nas relações sociais de trabalho no contexto da nova gestão pública à luz da psicodinâmica do trabalho. *RACE*, Edição Especial, 157-184.
- Alvarez, D., Figueiredo, M., & Rotenberg, L. (2010). Aspectos do regime de embarque, turnos e gestão do trabalho em plataformas offshore da Bacia de Campos (RJ) e sua relação com a saúde e a segurança dos trabalhadores. *Revista Brasileira de Saúde Ocupacional*, 35, 201-216.
- Antenor, G. A. C., Oliveira, C. Í. de, Farias, F. G., & Andrade, R. D. de. (2020). A psicodinâmica do trabalho em polos turísticos da cidade de Fortaleza: Tramas psicossociais em diferentes ambientes de trabalho. In C. R. M. da Silva (Org.), *Administração de empresas: Estratégia e processo decisório 2* (p. 143-162). Ponta Grossa: Atena Editora.
- Araújo, F. S., Nepomuceno, V., & Alvarez, D. (2019). Em busca da produtividade na mineração de carvão: Uma análise dos coletivos e competências nas minúcias da atividade de operadores de minitrator. *Laboreal*, 15(1), 1-26.
- Areosa, J. (2019). O mundo do trabalho em (re)análise: Um olhar a partir da psicodinâmica do trabalho. *Laboreal*, 15(2), 1-24.
- Bardin, L. (2011). *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70.
- Bauer, M. W., & Gaskell, G. (2018). *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. Petrópolis: Vozes.
- Blackburn, P. J. (2023). Seafarers: “They that go down to the sea in ships to do business in great waters”. In K. S. Thompson (Ed.), *Psychological support for workers on the move* (Chap. 8). London: Routledge.
- Bueno, M., & Macêdo, K. B. (2012). A clínica psicodinâmica do trabalho: De Dejours às pesquisas brasileiras. *ECOS – Estudos Contemporâneos da Subjetividade*, 2(2), 306-318.

- Cavanellas, L. B., & Brito, J. (2019). Os desafios do cuidado em situações-limite: as dramáticas da atividade no trabalho humanitário. *Laboreal*, 15(2), 1-26.
- Dashtipour, P., & Vidaillet, B. (2017). Work as affective experience: The contribution of Christophe Dejours' "psychodynamics of work." *Organization*, 24(1), 18-35.
- Dejours, C. (1992). *A loucura do trabalho: Estudo de psicopatologia do trabalho* (5ª ed.). São Paulo: Oboré.
- Dejours, C. (2004). Subjetividade, trabalho e ação. *Produção*, 14(3), 27-34.
- Dejours, C. (2012a). *Trabalho vivo: Trabalho e emancipação* (Tomo II). Brasília: Paralelo 15.
- Dejours, C. (2012b). Psicodinâmica do trabalho e teoria da sedução. *Psicologia em Estudo*, 17(3), 363-371.
- Dejours, C. (2014). Work and self-development: The point of view of the psychodynamics of work. *Critical Horizons*, 15(2), 115-130.
- Dejours, C., Abdoucheli, E., & Jayet, C. (2007). *Psicodinâmica do trabalho: contribuições da escola dejouriana à análise da relação prazer, sofrimento e trabalho*. São Paulo: Atlas.
- Deranty, J. P. (2009). What is work? Key insights from the psychodynamics of work. *Thesis Eleven*, 98(1), 69-87.
- Dos Anjos, F. B., Mendes, A. M., Santos, A. V., & Facas, E. P. (2011). Trabalho prescrito, real e estratégias de mediação do sofrimento de jornalistas de um órgão público. *Revista Eletrônica Sistemas & Gestão*, 6(4), 562-582.
- Ferreira, J. B., Macedo, K. B., & Martins, S. R. (2015). Real do trabalho, sublimação e subjetivação. In Monteiro, J. K., Vieira, F. O., & Mendes, A. M. (Orgs.), *Trabalho & prazer: teoria, pesquisas e práticas* (pp. 33-49). Curitiba: Juruá.
- Flick, U. (2009). *Introdução à pesquisa qualitativa* (3ª ed.). Porto Alegre: Artmed.
- Fossum, I. N., Bjorvatn, B., Waage, S., & Pallesen, S. (2013). Effects of shift and night work in the offshore petroleum industry: A systematic review. *Industrial Health*, 51(5), 530-544.

- Guérin, F., Laville, A., Daniellou, F., Duraffourg, J., & Kerguelen, A. (2001). *Compreender o trabalho para transformá-lo: a prática da ergonomia*. São Paulo: Edgard Blücher.
- Klein, N. (2022). Geneva Declaration on human rights at sea: An endeavor to connect law of the sea and international human rights law. *Ocean Development & International Law*, 53(2-3), 232-268.
- Lancman, S., Ghirardi, M. I. G., Castro, E. D., & Tuacek, T. A. (2009). Repercussions of violence on the mental health of workers of the Family Health Program. *Revista de Saúde Pública*, 43(4).
- Mendes, A. M. (2007). *Psicodinâmica do trabalho: Teoria, método e pesquisa*. Brasília: Casa Psi.
- Pires, R. V., & Chaveiro, E. F. (2018). A expansão do agronegócio × psicodinâmica do trabalho: Um estudo sobre os trabalhadores das usinas sucroalcooleiras do sudoeste goiano. *PEGADA – Revista da Geografia do Trabalho*, 19(2).
- Potiron, M. (2020). O tabu da sedução como trabalho na profissão de ator: Elementos de uma investigação de psicodinâmica do trabalho. *Laboreal*, 16(1), 1-13.
- Ross, J. K. (2009). Offshore industry shift work — Health and social considerations. *Occupational Medicine*, 59(5), 310-315.
- Sznelwar, L. I., Uchida, S., & Lancman, S. (2011). A subjetividade do trabalho em questão. *Tempo Social*, 23(1), 11-30.
- Vézina, M. (1996). La santé mentale au travail: Pour une compréhension de cet enjeu de santé publique. *Santé Mentale au Québec*, 21(2), 117-138.

Crise Estrutural do Capital e Suas Repercussões no Brasil: Um Estudo sobre a Disputa pelo Fundo Público de Educação em Tempos Neoliberais (2010-2024)

Francisco dos Santos Neto

Universidade Federal do Pará - francisco.neto2013@hotmail.com

Reinaldo Nobre Pontes

Universidade Federal do Pará - rpontes@ufpa.br

Sónia Mafalda Pereira Ribeiro

Instituto Superior Miguel Torga; CLISSIS, Centro Lusíada de Investigação em Serviço Social
e Intervenção Social - soniaribeiro@ismt.pt

Resumo

O artigo parte de inquietações decorrentes da análise do cenário económico, político e social da realidade brasileira, o qual tem impacto direto sobre o orçamento das políticas sociais. Assim, o problema de investigação configura-se em analisar os impactos da crise estrutural do capitalismo contemporâneo na disputa em torno do Fundo Público da educação no Brasil, particularmente entre os anos de 2010 e 2024. Deste modo, estabelece como objetivo geral: analisar o financiamento da Política de Educação no contexto da crise estrutural do capital, no período de 2010 a 2024, evidenciando tendências e desafios. A investigação assenta-se na teoria marxiana, considerando que esta favorece uma análise crítica da reali-

dade social, com base nos aportes teórico-metodológicos de categorias como: totalidade, historicidade, contradição e mediação. Os procedimentos metodológicos utilizados foram a pesquisa bibliográfica e documental. A pesquisa documental, foi baseada em dados oficiais do Estado brasileiro, especificamente sobre o financiamento das políticas públicas disponibilizados pelo Senado Federal. Por fim, conclui-se que a crise estrutural do capital aprofunda a disputa em torno do Fundo Público no Brasil, sobretudo após o golpe de 2016 e a posterior ascensão do Bolsonarismo em 2018, os quais promoveram um verdadeiro sucateamento do orçamento das políticas sociais no país.

Palavras-chave: Crise estrutural do capital, Fundo Público, Educação.

Structural Crisis of Capital and Its Repercussions in Brazil: A Study on the Dispute over the Public Education Fund in Neoliberal Times (2010-2024)

Abstract

The article stems from concerns arising from the analysis of the economic, political, and social context of Brazilian reality, which has a direct impact on the budget of social policies. Thus, the research problem is defined as the analysis of the impacts of the structural crisis of contemporary capitalism on the dispute over the Public Fund for education in Brazil, particularly between the years 2010 and 2024. Accordingly, the general objective is to analyze the financing of the Education Policy within the context of the structural crisis of capital during the period from 2010 to 2024, highlighting trends and challenges. The research is grounded in Marxian theory, as it enables a critical analysis of social reality, based on

the theoretical and methodological contributions of categories such as totality, historicity, contradiction, and mediation. The methodological procedures used were bibliographical and documentary research. The documentary research was based on official data from the Brazilian State, specifically on the financing of public policies made available by the Federal Senate. Finally, it is concluded that the structural crisis of capital has deepened the dispute over the Public Fund in Brazil, especially after the 2016 coup and the subsequent rise of Bolsonarism in 2018, which resulted in a significant dismantling of the social policy budget in the country.

Keywords: Structural crisis of capital, Public Fund, Education.

1. INTRODUÇÃO

Vivencia-se, no Brasil, um processo de avanço do neoliberalismo, particularmente após o Golpe de 2016 – que destituiu do poder a então Presidente Dilma Rousseff, do Partido dos Trabalhadores (PT), abrindo precedentes para o fortalecimento da extrema-direita no país. Compreende-se que esse processo resulta das refrações da crise do capitalismo contemporâneo, tendo em vista o aprofundamento das contradições entre capital e trabalho e, consequentemente, a degradação das condições de vida dos trabalhadores, através da destituição de direitos.

Nas palavras de Marx, esse movimento da sociedade capitalista “revela-se ao burguês prático, de modo mais contundente, nas vicissitudes do ciclo periódico que a

indústria moderna perfaz e em seu ponto culminante: a crise geral” (Marx, 2017, p. 79), na medida em que as estratégias de contenção da crise fortalecem as bases para a recuperação das taxas de lucro no processo de realização do capital.

Neste sentido, o problema de investigação consiste em analisar os impactos da crise estrutural do capitalismo contemporâneo na disputa em torno do Fundo Público da educação no Brasil, particularmente entre os anos de 2010 e 2024. Assim, o objetivo geral é analisar o financiamento da Política de Educação no contexto da crise estrutural do capital, no período de 2010 a 2024, procurando evidenciar tendências e desafios face ao avanço do reacionarismo, do qual Michel Temer, do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), e Jair Bolsonaro, do Partido Liberal (PL), ex-presidentes da República Federativa, constituem as expressões mais recentes no Brasil.

O processo investigativo assenta na teoria e no método de Marx, considerando que estes favorecem uma análise crítica da realidade social, com base no aporte teórico-metodológico de categorias como: totalidade, historicidade, contradição e mediação. Os procedimentos metodológicos utilizados foram a pesquisa bibliográfica e a documental.

No que respeita à pesquisa documental, esta foi baseada em dados oficiais do Estado brasileiro, especificamente sobre o financiamento de políticas públicas disponíveis em documentos eletrônicos no portal do SIGA Brasil, sistema criado pela Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle (COFC) e pelo PRODASEN, que possibilita um acesso amplo e facilitado aos dados do Sistema Integrado de Administração Financeira – SIAFI.

Observa-se, ainda, que se optou pela análise por períodos, com o intuito de apresentar uma comparação entre os diferentes programas de governo, a saber: i) de 2010 a 2015, que abrange o último ano do Governo Lula e os dois mandatos do Governo Dilma; ii) 2016 e 2017, com o objetivo de evidenciar os dois anos de mandato de Temer; iii) 2018 a 2022, correspondente ao governo de Bolsonaro; iv) 2023 a 2024, que corresponde a parte do mandato do atual presidente Lula da Silva.

Por fim, o texto divide-se em três itens, além desta introdução e das considerações finais, a saber: i) Crise do capitalismo contemporâneo e reestruturação produtiva, com o intuito de apresentar as diferentes estratégias adotadas pelo capital face à crise, particularmente as transformações no mundo do trabalho e a degradação das condições de vida dos trabalhadores; ii) Crise do capitalismo, neoliberalismo e avanço da direita no Brasil, em que se discute a adesão ao neoliberalismo no país desde a década de 1990, bem como o *modus operandi* através do qual a extrema-direita ascende

ao poder em 2016, via golpe de Estado; iii) A disputa pelo fundo público no Brasil de 2016 a 2022: tendências, desafios e possibilidades, objetivando demonstrar dados oficiais sobre o financiamento da política de educação, de modo a tornar público o processo desenfreado de desfinanciamento vivenciado nos últimos anos.

2. CRISE DO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO E REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA

É fundamental, como pressuposto da análise das condições de crise do capitalismo, examinar o trabalho enquanto modo de produção da vida, uma vez que este, em termos ontológicos marxianos, se configura como condição essencial e permanente do ser social, constituindo-se como responsável pela construção da sua existência e da própria sociedade.

O trabalho é, assim, elemento fundante da transformação e da autorrealização do gênero humano, na medida em que possibilita ao homem exprimir-se e manifestar as suas capacidades criativas e produtivas. Deste modo, o trabalho não apenas transforma o mundo externo, mas também o próprio humano, que se reconhece e se desenvolve através do trabalho enquanto atividade genérico-humana (Marx, 2020).

Todavia, ainda nos termos de Marx (2020), com o advento do capitalismo como modo de produção, o trabalho assume a forma de assalariamento e converte-se em fonte de alienação. O trabalhador é, então, despojado dos meios de produção (instrumentos e recursos), tornando-se mercadoria para o capital, ao perder a relação substantiva com o produto do seu trabalho e com o próprio ato de trabalhar. O trabalho, que deveria constituir-se como fonte de autorrealização, converte-se em mecanismo de desumanização, na medida em que o homem assume o estatuto de mercadoria.

Ademais, considerando a crise do capitalismo como elemento estrutural, observa-se que o trabalho, e em particular os trabalhadores, se encontram cada vez mais precarizados no Brasil. De acordo com o IBGE (2025), existem atualmente no país 6,3 milhões de pessoas em situação de desemprego, a que se somam 2,8 milhões de pessoas consideradas desalentadas¹. Importa sublinhar, ainda, que o mesmo instituto

¹ Para o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) o desempregado é aquele que está fora do mercado formal de trabalho, mas segue buscando oportunidades de inserção laboral, enquanto o desalentado é aquela pessoa que desistiu de inserir-se no mundo do trabalho por não haver quaisquer condições de efetivação dessa inserção.

informa a existência de 65 milhões e 510 mil pessoas “fora da força de trabalho”, entre as quais podem se incluir beneficiários de programas de transferência de rendimento, estudantes e donas de casa. Tal realidade pode agravar os indicadores anteriormente referidos acerca do desemprego, uma vez que a não classificação destas pessoas como desempregadas não significa que não estejam em busca ou necessitem de um trabalho formal.

Outra questão controversa reside no facto de o IBGE considerar como ocupadas pessoas que exercem atividades no setor informal, como é o caso dos trabalhadores por aplicativos como motoristas ou entregadores de alimentos, ou dos vendedores ambulantes no comércio. Nestas circunstâncias, são contabilizados como “ocupados”, contribuindo para uma certa mistificação dos dados reais sobre o desemprego no Brasil. Esta classificação tende a ocultar a crescente massa de trabalhadores submetidos à chamada “uberização”, privados de direitos laborais e de garantias mínimas de condições dignas de trabalho.

Este processo constitui reflexo de um conjunto de estratégias delineadas pelo capital com vista ao seu fortalecimento e à recuperação das taxas de lucro em períodos de retração, sendo a degradação das condições de vida e de trabalho das pessoas que dependem da venda da sua força de trabalho uma das suas determinações centrais.

Para compreender este cenário contemporâneo, torna-se necessário retomar a história, com o intuito de compreender as raízes da denominada crise do capitalismo contemporâneo. Para tal, recorre-se ao período compreendido entre 1945 e 1973, caracterizado por uma longa fase de expansão do capital, que ocorreu sobretudo no pós-Segunda Guerra Mundial, com a ascensão do denominado Estado-Providência (*Welfare State*), baseado no padrão fordista-keynesiano: produção em massa destinada ao consumo de massas, em que a economia assentava no pleno emprego e na proteção social universal como estratégias de manutenção do status quo, através da incorporação de parte das reivindicações dos trabalhadores (Behring, 2009).

Este contexto decorre da necessidade do capital se consolidar face ao processo de reconstrução pós-Segunda Guerra Mundial, concretizado no denominado pacto keynesiano, bem como da “ameaça do comunismo” presente no contexto da Guerra Fria e da experiência preliminar soviética (Netto, 2012).

O referido padrão fordista-keynesiano esgota-se devido a múltiplos fatores, entre os quais se destacam: os chamados choques petrolíferos da década de 1970 e a consequente estagflação; a desindustrialização, resultante da transição de vários países “desenvolvidos” para uma economia de serviços, com o encerramento de numerosas

fábricas devido à crise; bem como o crescimento de economias emergentes, como o Japão e, posteriormente, os Tigres Asiáticos (Coreia do Sul, Taiwan, Hong Kong e Singapura), aumentando a concorrência nos mercados globais, pressionando as indústrias ocidentais e provocando profundas transformações no universo da produção (Pfluck, 2016). Tais mediações contribuem para a configuração da denominada crise estrutural do capitalismo contemporâneo.

Nos termos de Meszáros (2002, p. 796), “a crise do capital que experienciamos hoje é fundamentalmente uma crise estrutural”, pois esta fase do capital manifesta-se, segundo o autor, através de quatro aspetos fundamentais, a saber: i) é uma crise de carácter universal; ii) o seu alcance é global; iii) apresenta uma escala temporal permanente; iv) constitui-se, por fim, numa crise de carácter rastejante.

Relativamente ao carácter universal da crise, Meszáros (2002) alerta que a crise do capitalismo contemporâneo não se restringe a um setor específico da economia, mas abrange todo o sistema socio-metabólico do capital, incluindo as esferas produtiva, financeira e comercial. Para além dos vastos setores da economia, a crise é universal, manifestando-se em todos os âmbitos da vida social, da economia, da política, da cultura e mesmo na esfera da natureza. Destaca o autor que a universalidade da crise decorre das contradições estruturais do capitalismo, que atingem a totalidade da organização social em escala mundializada.

No que se refere ao alcance global da crise, Meszáros define que este processo não se limita a um local ou a um conjunto particular de países, mas sim à totalidade global dos Estados-nação, nas suas palavras, “no sentido mais literal e ameaçador do termo” (Meszáros, 2002). O autor sublinha que, devido à natureza expansiva do sistema capitalista, em permanente processo de mundialização, as suas contradições fundamentais manifestam-se em escala igualmente mundializada. Este carácter expansivo do capital impõe uma interdependência entre os países capitalistas, de modo que uma crise que se origine numa determinada parte do sistema inevitavelmente se repercute noutras regiões, devido à interdependência das economias.

No que se refere à escala temporal permanente da crise, Meszáros (2002) alerta que “em lugar de limitada e cíclica, como foram todas as crises anteriores do capital”, a atual crise do capital é extensa e contínua, dado que o sistema não alterna entre fases de expansão e recessão, gerando ciclos de destruição e renovação do capital.

Assim, a crise estrutural, conforme analisada pelo autor em “Para além do Capital”, não se resolve através de mecanismos de ajustamento cíclico; pelo contrário, as condições de crise são inerentes ao modo de produção capitalista, que atinge uma

fase de expansão em que já não consegue crescer sem gerar crise e todas as contradições que lhe são inerentes. Ou seja, a crise constitui-se como parte integrante do sistema socio-metabólico do capital na contemporaneidade.

Por fim, quanto ao carácter rastejante da crise, Meszáros (2002) salienta que é sabido que a crise do capital na contemporaneidade não se manifesta de forma abrupta, como ocorreria em situações conjunturais pontuais. Trata-se de uma crise prolongada e profunda, que permeia todos os aspectos da organização da vida social. É rastejante porque é permanente, não encontrando resolução dentro da lógica capitalista; ainda que possam surgir aparentes superações, por exemplo, novos ciclos de crescimento da economia, após cada ciclo de expansão verifica-se sempre, e com maior intensidade, o aprofundamento das contradições inerentes ao modo de produção, em virtude das estratégias adotadas pelo capital para recuperar, ainda que momentaneamente, as taxas de lucro.

Harvey (2011) alerta que se verificaram algumas crises financeiras à escala mundial entre 1945 e 1973, embora em termos quantitativos nada se compare ao que ocorreu no período pós-1970. O autor sublinha ainda que muitas dessas crises tinham origem em questões de propriedade ou desenvolvimento urbano, ou seja, manifestavam-se através de características mais isoladas, fatídicas ou, se quisermos, episódicas. Diferentemente do contexto que antecedeu a década de 1970, Harvey afirma que as crises do capitalismo na contemporaneidade assumem novos contornos, corroborando as reflexões de Meszáros: o período subsequente caracteriza-se por crises prolongadas e duradouras. Estes aspetos são apresentados pelo autor na obra *O Enigma do Capital e as Crises do Capitalismo*, a saber:

A primeira crise em escala global do capitalismo no mundo pós-Segunda Guerra começou na primavera de 1973, seis meses antes de o embargo árabe sobre o petróleo elevar os preços do barril. Originou-se em um crash do mercado imobiliário global, que derrubou vários bancos e afetou drasticamente não só as finanças dos governos municipais (como o de Nova York, que foi à falência técnica em 1975, antes de ser finalmente socorrido), mas também as finanças do Estado de modo mais geral. O boom japonês da década de 1980 terminou em um colapso do mercado de ações e preços da terra em queda (ainda em curso). O sistema bancário sueco teve de ser nacionalizado em 1992, em meio a uma crise nórdica que também afetou a Noruega e a Finlândia, causada por excessos nos mercados imobiliários. Um dos gatilhos para o colapso no Leste

Crise Estrutural do Capital e Suas Repercussões no Brasil: Um Estudo sobre a Disputa pelo Fundo Público de Educação em Tempos Neoliberais (2010-2024)

e Sudeste Asiático de 1997 a 1998 foi o desenvolvimento urbano excessivo, alimentado por um influxo de capital especulativo estrangeiro, na Tailândia, em Hong Kong, na Indonésia, na Coreia do Sul e nas Filipinas. E as crises prolongadas nas poupanças e no crédito ligados ao setor imobiliário comercial nos Estados Unidos de 1984 a 1992 levaram mais de 1.400 companhias de poupança e empréstimo e 1.860 bancos a fechar as portas, com um custo de cerca de 200 bilhões de dólares para os contribuintes do país (uma situação que preocupou tanto William Isaacs, então presidente da Federal Deposit Insurance Corporation, que, em 1987, ele ameaçou a Associação dos Banqueiros Estadunidenses com a nacionalização dos bancos, a menos que eles retomassem o rumo correto). (Harvey, 2011, p. 14)

Neste entendimento, o mercado promove um conjunto de transformações, incorporando novas estratégias na produção de mercadorias, superando o padrão fordista de produção em massa e, tanto quanto possível, suplantando o denominado pacto keynesiano. Surge então a chamada Era da Acumulação Flexível, na qual não só o trabalho se torna volátil, como tudo o que dele deriva, dado que, sendo o trabalho humano a mediação primeira através da qual se produzem e reproduzem as condições de existência humana, tudo, nesta fase do capitalismo contemporâneo, assume igualmente carácter flexível. Antunes (2009) alerta para algumas das características da denominada Acumulação Flexível, a saber:

Tabela 1*Traços mais Evidentes do Quadro Crítico da Crise do Capital após a Década de 1970*

Item	Características
Queda da taxa de lucro	Causada pelo aumento do custo da força de trabalho, conquistado no período pós-1945, e pela intensificação das lutas sociais nos anos 1960, o que reduziu a produtividade do capital e acentuou a queda da taxa de lucro.
Esgotamento do Padrão Taylorista/Fordista	Incapacidade de responder à retração do consumo, associada ao desemprego estrutural emergente, refletindo a crise estrutural do capital.
Hipertrofia da Esfera Financeira	Expansão do capital financeiro, adquirindo relativa autonomia em relação ao capital produtivo, com prioridade para a especulação na nova fase de internacionalização.
Concentração de Capitais	Fusão de empresas monopolistas e oligopolistas, resultando no aumento da concentração de capitais.
Crise do Welfare State	Dificuldades nos mecanismos de funcionamento do Estado-Providência, culminando em crise fiscal e na transferência de encargos para o setor privado.
Incremento das Privatizações	Ampliação de privatizações, desregulamentação e flexibilização do processo produtivo, dos mercados e da força de trabalho, refletindo o novo quadro crítico.

Nota. Adaptado de *Os sentidos do trabalho: Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*, por Antunes (2009).

Deste modo, para aumentar as taxas tendenciais de lucro, o mercado, através do receituário neoliberal, reduz o valor da principal mercadoria do processo de trabalho, ou seja, o trabalho vivo, configurando-se um cenário de precarização da vida, uma vez que o trabalho constitui condição essencial e permanente do ser humano para a satisfação das suas necessidades.

Na sociedade burguesa, é por intermédio da aquisição de mercadorias, mediada pelo dinheiro obtido através do trabalho assalariado, que o homem satisfaz as suas necessidades “do estômago e da fantasia”, para utilizar uma expressão do próprio Marx. Assim, na contemporaneidade, verifica-se um quadro de precarização generalizada do trabalho e, consequentemente, da vida social.

3. CRISE DO CAPITAL, NEOLIBERALISMO E AVANÇO DA DIREITA NO BRASIL

No contexto latino-americano, segundo Castilho, Lemos e Gomes (2017, p. 449), “a década de 1980 [...] foi marcada por perdas económicas decorrentes de quedas no PIB, aceleração da inflação, estagnação da produção industrial, perda do poder de compra dos salários e do nível de emprego”. No Brasil, verificou-se, nesse período, um processo de desvalorização do capital e de adensamento da crise estrutural, impondo inúmeros desafios aos trabalhadores, que, num contexto de avanço da legislação do sistema de proteção social, experienciaram a abertura da economia ao neoliberalismo, a saber:

Se nessas décadas, no plano econômico, o país encontrava-se mergulhado num contexto de estagnação, no plano sociopolítico a sociedade brasileira vivia o período de redemocratização, conduzindo a promulgação de uma nova Constituição, em 1988. Essa nova Carta Magna contou com a participação dos(as) trabalhadores(as), seja por meio dos partidos do centro-esquerda, seja por meio da pressão dos sindicatos e dos movimentos sociais, o que contribuiu para o aprimoramento da legislação referente aos direitos sociais e trabalhistas. Contudo, os anos 1990 foram marcados por tendências paradoxais: pela primeira vez o país promulga a Carta Constitucional, em 1988, com princípios universalistas, estabelecendo uma ruptura com a concepção minimalista de cidadania imposta até então pelos governos populistas e antidemocráticos. (Castilho et al, 2017, p. 449)

Neste contexto, são impostas pelos organismos multilaterais, entre os quais se destacam o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial, políticas económicas de estabilização da crise, que visam limitar a intervenção do Estado em ações de valorização do capital e de contenção da crise, provocando o acirramento das expressões da Questão Social², entre as quais se incluem a mercantilização das políticas públicas.

2 A Questão Social é entendida como o conjunto das expressões das desigualdades produzidas pela sociedade capitalista, resultantes da apropriação privada da riqueza socialmente produzida. Ela nasce da contradição fundamental entre capital e trabalho e suas expressões manifestam-se em múltiplas formas, tais como desemprego, pobreza, violência, precarização, desigualdade de renda, falta de acesso a direitos sociais. (Iamamoto, 2021)

O Estado aprofunda o seu papel de gestor da crise do capital, privatizando serviços públicos de modo a gerar lucros para o mercado e a agravar o nível de pauperização da população. Considera-se, assim, que este processo tende a relegar o “precário cidadão brasileiro” à condição de consumidor de serviços, em vez de titular de direitos (Castilho et al, 2017).

Neste período, surgem novas possibilidades para a mediação dos direitos sociais, através de uma estratégia de complementaridade entre Estado e Capital. Ou seja, os serviços públicos passam a ser disponibilizados por intermédio de gestão privada, configurando uma nova forma de dominação do capital com hegemonia económica e política. Neste contexto, retoma-se o discurso do desenvolvimento, orientando as políticas sociais de forma focalizada e minimalista, sobretudo direcionadas aos mais pobres, mas mantendo os princípios da ideologia neoliberal.

O projeto neoliberal consolida-se e ganha capilaridade por meio das reformas do Estado, adquirindo novos contornos no contexto latino-americano. O discurso de desenvolvimento social é enfatizado, sem nunca perder de vista os interesses da economia, que, nesta perspectiva, devem ser permanentemente privilegiados. No Brasil, este processo inicia-se durante o Governo Collor de Mello e aprofunda-se com Fernando Henrique Cardoso (FHC), sob a orientação do então Ministério da Administração e Reforma do Estado (MARE), presidido por Luiz Carlos Bresser-Pereira, que, no estudo *Desenvolvimento e Crise no Brasil*, procura demonstrar que:

O desenvolvimento é um processo de transformação econômica, política e social, através da qual o crescimento do padrão de vida da população tende a tornar-se automático e autônomo. Trata-se de um processo social global, em que as estruturas econômicas, políticas e sociais de um país sofrem contínuas e profundas transformações. Não tem sentido falar-se em desenvolvimento apenas econômico, ou apenas político, ou apenas social. [...] quando houver modificações reais na estrutura econômica, estas repercutirão na estrutura política e social, e vice-versa. O desenvolvimento, portanto, é um processo de transformação global. Seu resultado mais importante, todavia, ou pelo menos o mais direto, é o crescimento do padrão de vida da população. (Bresser-Pereira, 1968, pp. 15-16)

Crise Estrutural do Capital e Suas Repercussões no Brasil: Um Estudo sobre a Disputa pelo Fundo Público de Educação em Tempos Neoliberais (2010-2024)

Evidencia-se, portanto, uma estratégia de posicionar o Estado como intermediário dos interesses do mercado, apoiando o “desenvolvimento social” enquanto condição para o desenvolvimento do próprio mercado. Para tal, segundo o referido ex-ministro, seria necessária a criação de um Estado social-liberal constituído neste binómio, na medida em que o Estado deveria continuar a:

A proteger os direitos sociais e a promover o desenvolvimento econômico; liberal, porque o fará usando mais os controles de mercado e menos os controles administrativos, porque realizará os seus serviços sociais e científicos principalmente por meio de organizações públicas não estatais competitivas, porque tornará os mercados de trabalho mais flexíveis, porque promoverá a capacitação de recursos humanos e de suas empresas para a inovação e a competição internacional. (Bresser-Pereira, 1968, p. 18).

Neste contexto, o Estado deixa de cumprir a sua função primordial de garantia da igualdade e da justiça social, consagrada na Constituição de 1988. Apesar de a Constituição Federal não abandonar os interesses do capital, passou a dar maior espaço ao campo dos direitos sociais, promovendo, simultaneamente, o projeto do mercado, através da desresponsabilização do Estado pela oferta de serviços à população e da deregulamentação de direitos sociais, especialmente no âmbito do trabalho.

Verifica-se, assim, um contexto de precarização e flexibilização, destinado a favorecer a superexploração da força de trabalho brasileira, criando incentivos para o desenvolvimento de uma produção capitalista de baixo custo no país, bem como para a diminuição do controlo social e do poder político da população face às deliberações governamentais. Importa destacar que este processo, iniciado na década de 1990, foi perpetuado no início dos anos 2000 pelo Governo de Lula da Silva, através do discurso neodesenvolvimentista. No que respeita ao neodesenvolvimentismo:

O discurso desenvolvimentista pauta-se na racionalização do planeamento objetivando legitimar a lógica da exploração do capital, balizado em uma relação de complementariedade entre o Estado e o Capital. De acordo com Araújo (2015) a partir da ascensão do Governo de Lula da Silva (2003-2010) à presidência da República a pauta do desenvolvimento, neste caso neodesenvolvimentista, é reposicionada pela via do discurso de superação da pobreza (Santos Neto, 2021, p. 143).

Observou-se que os governos do Partido dos Trabalhadores (PT) continuaram a aplicar as medidas de ajustamento fiscal necessárias à agenda do mercado, em consonância com o receituário “social-liberal”. Neste sentido, durante os dois mandatos de Lula (2003-2010) e de Dilma Rousseff (2011-2016), implementaram-se estratégias de valorização do capital, apoiando um conjunto de medidas destinadas a favorecer e proteger os investimentos das transnacionais, em detrimento dos investimentos em áreas sociais (Castilho et al, 2017).

Relativamente a este ponto, Iamamoto (2008) refere que os governos petistas optaram por não concretizar as reformas estruturais necessárias no Brasil, as quais passariam, sobretudo, pela redistribuição da riqueza socialmente produzida. Apesar de terem possibilitado o acesso de uma parcela significativa da classe trabalhadora em situação de extrema pobreza a programas sociais, fizeram-no sem responder às reais necessidades para o enfrentamento das expressões da questão social.

Contudo, o segundo mandato do Governo de Dilma Rousseff enfrentou uma crise de hegemonia, ou mais precisamente, uma crise do modelo de conciliação de classes até então adotado pelos governos do PT, resultado da radicalização das repercussões da crise do capital de 2008 no Brasil. Sobre a crise de 2008, Harvey (2011) alerta-nos:

No outono de 2008, no entanto, a “crise das hipotecas subprime”, como veio a ser chamada, levou ao desmantelamento de todos os grandes bancos de investimento de Wall Street, com mudanças de estatuto, fusões forçadas ou falências. O dia em que o banco de investimentos Lehman Brothers desabou - em 15 de setembro de 2008 - foi um momento decisivo. Os mercados globais de crédito congelaram, assim como a maioria dos empréstimos no mundo. [...] O resto do mundo, até então relativamente imune (à exceção do Reino Unido, onde problemas análogos no mercado da habitação já tinham vindo à tona, o que levou o governo a nacionalizar uma casa de empréstimos importantes, a Northern Rock), foi arrastado precipitadamente para a lama, gerada em particular pelo colapso financeiro dos EUA. No epicentro do problema estava a montanha de títulos de hipoteca “tóxicos” detidos pelos bancos ou comercializados por investidores incautos em todo o mundo. Todo mundo tinha agido como se os preços dos imóveis pudessem subir para sempre. (Harvey, 2011, p. 13)

De acordo com Vieira (2018, p. 2), “o governo do PT obteve êxito durante cerca de 10 anos pela forma como se apresentou. Ao intitular-se ‘governo para todos’ procurou efetivamente agradar à maioria da população – ou, mais corretamente no contexto do capitalismo: a capitalistas e trabalhadores”. Contudo, considerando que a conciliação de classes não passa de pura aparência fenomênica, face aos inconciliáveis interesses das classes fundamentais, verifica-se no Brasil o esgotamento deste padrão de desenvolvimento capitalista, na medida em que “o capital apresentou demandas que já não cabiam na proposta de conciliação do PT por serem radicalmente opostas aos interesses dos trabalhadores, o modelo da gestão petista encontrou os limites que levaram à sua crise” (Vieira, 2018, p. 4).

Sobre esse contexto, segundo Santos Neto (2021, p. 59):

O processo de impeachment que destituiu Dilma Rousseff (PT) da presidência da república em 2016 foi movido por interesses econômicos internacionais, com anuência da burguesia nacional, bem como, do judiciário, do legislativo e, sobretudo, dos meios de comunicação. Portanto, considera-se como golpe jurídico-parlamentar-midiático. Ademais, deve-se considerar as suas determinações históricas, quais sejam: desde a crise econômica mundial de 2008, com fortes rebatimentos sob o poder do capital fictício e financeiro, as contradições do governo de coalizão/conciliação de classes, prática dos governos petistas desde o primeiro mandato do governo Lula, com destaque para a insatisfação da direita política quanto a direção do País pelo partido dos trabalhadores, se intensificaram. Nessa esteira, ocorreu um processo de enfraquecimento da base política aliada e, conseqüentemente, o rompimento de alianças anteriormente estabelecidas, dentre as quais: com o partido do então vice-presidente Michel Temer (PMDB). Naquele ano, o desequilíbrio nas contas públicas, a crescente insatisfação de setores da sociedade civil e a conseqüente instabilidade política, levaram as autoridades a desaprovar as contas públicas acusando a então presidente da república de crime de responsabilidade fiscal, em função das pedaladas fiscais. (Santos Neto, 2021, p. 59)

Ressalta-se que a destituição do poder presidencial, através do impeachment, constitui o último recurso previsto pela Constituição contra um mandato democraticamente eleito. Contudo, as chamadas pedaladas fiscais não se encontram previstas na Constituição como crime de responsabilidade, ou seja, não ocorreu crime de

responsabilidade, configurando este processo como uma manobra política, realizada por meio de um amplo acordo nacional, com o objetivo de implementar um novo projeto de poder capaz de aprofundar o ajustamento fiscal e favorecer a valorização do capital no contexto da crise (Santos Neto, 2021).

Ao assumir o Executivo federal através de um golpe, Temer (MDB) iniciou um processo de disputa pelo fundo público, a saber:

Sua função primordial é promover um “choque” de medidas neoliberais radicais de natureza conservadora e reacionária, que inclui um pacote que compromete sobremaneira o sistema protetivo garantido na Constituição Federal de 1988, entre eles a limitação dos gastos públicos em vinte anos [...] vemos de forma trágica o desmonte do Estado brasileiro, por meio da imposição de uma agenda neoliberal de cunho radical, que pretende, em curto tempo, alterar substancialmente as conquistas sociais tidas como privilégios, presentes na Constituição Federal de 1988. Tais ataques demonstram em alguma medida a reorganização do capital financeiro e sua hegemonia, impondo à classe trabalhadora um cenário de extrema degradação humana, precarização e barbárie social, na medida em que restringe a competência do Estado em implementar políticas sociais que venham garantir a reprodução social da classe trabalhadora, assim como, em um único “tiro de misericórdia”, fragmenta e esfacela a espinha dorsal da sua organização e de seus instrumentos históricos de resistência, como partidos, sindicatos e movimentos sociais (Castilho et al, 2017, p. 458).

Para Santos Neto (2021), intensifica-se o processo de mercantilização da vida, em que todos os serviços públicos passam a constituir potenciais nichos de mercado, com especial destaque para a saúde, a previdência social e a educação, dada a sua profunda subfinanciamento, agravado com a aprovação da Emenda Constitucional 95/2016. Este cenário torna-se ainda mais evidente com a ascensão do bolsonarismo no Brasil, com a vitória de Jair Messias Bolsonaro (PL) em 2018, uma vez que este governo representou a radicalização sem precedentes de todas as medidas de Temer, assumindo contornos ainda mais reacionários.

4 A DISPUTA PELO FUNDO PÚBLICO NO BRASIL: TENDÊNCIAS, DESAFIOS E POSSIBILIDADES

Este processo de disputa pelo fundo público, aprofundado nos últimos governos brasileiros, radicaliza-se consideravelmente em função do contexto de crise do capital. Por fundo público entende-se, apoiando-nos em Salvador (2010), todos os recursos arrecadados pelo Estado através de impostos, que, em teoria, deveriam ser alocados e utilizados para atender às necessidades da população trabalhadora. Contudo, existem interesses do mercado sobre esses recursos, especialmente no que respeita à sua gestão no âmbito das políticas sociais, bem como à desvinculação dessas receitas para o pagamento ou amortização da dívida pública.

Segundo Salvador (2010), a dívida pública constitui, neste contexto, um dos principais instrumentos de dominação da sociedade brasileira, na medida em que funciona como um mecanismo que transfere parte significativa dos recursos do fundo público, que deveriam ser destinados às políticas sociais, para o mercado financeiro, que domina a política econômica no Brasil. Por outro lado, a população brasileira é privada de informações concretas sobre o significado da dívida pública na mediação direta das suas condições de vida, situação que perpetua inúmeros mitos e informações falaciosas sobre o tema, conforme se detalha a seguir:

Tabela 2*Mitos Sobre a Dívida Pública, de Acordo com Carvalho (2007) apud Salvador (2010)*

Mito	Explicação/Refutação
Afirma-se que o governo gasta mais do que arrecada e, por isso, se endividou.	Contudo, a dívida não resulta do excesso de despesas do governo. O setor público registou superávits primários durante muitos anos, nomeadamente entre 1991 e 2006. Os défices devem-se, sobretudo, ao pagamento de juros elevados aos credores.
Os títulos públicos pertencem aos credores que emprestaram ao Estado e, por isso, têm direito ao retorno dos seus recursos.	O aumento da dívida está mais relacionado com a instabilidade cambial e as elevadas taxas de juro, utilizadas para atrair capital, do que com uma necessidade real de financiamento público. Bancos e empresas lucraram com a valorização do real e com as condições financeiras favoráveis.
Afirma-se que o governo Lula resolveu o problema da dívida ao reduzi-la e melhorar o seu perfil.	Contudo, a dívida líquida caiu sobretudo devido à redução da dívida externa, beneficiada pela valorização do real, e não por uma melhoria na gestão. No entanto, o custo da substituição da dívida externa por interna foi elevado, implicando perdas financeiras e fiscais para a sociedade.
Afirma-se que a situação foi herdada de governos anteriores e que nada havia a fazer senão suportá-la.	No entanto, a dívida interna aumentou durante o governo Lula, mesmo após a renegociação da dívida externa. Tal crescimento resulta de opções políticas, como a manutenção de elevadas taxas de juro, beneficiando os credores e perpetuando o problema.

Nota. Adaptado de *Fundo público e seguridade social no Brasil*, por Salvador (2010).

Deste modo, verifica-se uma atuação, sobretudo do setor financeiro no Brasil, através do Banco Central, que beneficia os rentistas em detrimento da população trabalhadora, por meio de retóricas que ocultam o real significado social da dívida pública no país, pois “a dívida tornou-se uma formidável alavanca que permitiu impor as políticas de ajustamento estrutural e de encadeamento de muitos processos de desindustrialização” (Chesnais, 2010, p. 153).

Para Salvador (2010), as políticas fiscais e monetárias têm sido historicamente desenhadas para favorecer o grande capital financeiro, especialmente os investidores que lucram com juros e aplicações financeiras, uma vez que, neste contexto, tende-se a priorizar o pagamento da dívida pública e a manutenção de elevadas taxas de juro, beneficiando diretamente o capital parasitário. Para Chesnais (2010, p. 156), “a dívida

pública é geradora de austeridade orçamental e de paralisa das despesas públicas. Assim como nos países ditos em desenvolvimento, é ela, no curso dos últimos dez anos, que facilitou a implementação de políticas de privatização”.

Desta forma, Salvador (2012, p.61) formula a hipótese de que “nas últimas décadas, a dívida pública constituiu uma dimensão significativa na reprodução ampliada do capital fictício”. Desmistificando concepções equivocadas sobre a dívida pública, o autor alerta que o seu aumento não se deve “ao Estado ineficiente, moroso, etc., que gasta muito e/ou mal e se endivida, mas sim a que este Estado vem se reconfigurando, desde os anos 1980, para atender aos imperativos do capital sob a forma de capital portador de juros”. Estes aspetos configuram o que, neste artigo, se designa por disputa pelo fundo público, aprofundada no período mais recente no Brasil devido à ascensão de governos de extrema-direita.

A ascensão do bolsonarismo em 2018 representou a radicalização sem precedentes de todas as medidas do governo golpista de Michel Temer (MDB), assumindo contornos ainda mais reacionários. Ao analisar o Programa do Governo Bolsonaro, verifica-se que este foi mais incisivo no aprofundamento do neoliberalismo no Brasil, através de um processo de contrarreforma do Estado. Segue-se, a título de exemplo, um compilado das principais estratégias identificadas no Programa de Governo do ex-Presidente da República, nas áreas consideradas estratégicas.

Tabela 3

Principais Propostas de Austeridade Fiscal Presentes nos Programas de Governo do Bolsonaro de 2018 (eleito) e 2022 (candidato a reeleição)

Área	Plano eleito: “O caminho da Prosperidade” (2018)	Plano não eleito: “Pelo bem do Brasil” (2022)
Previdência Social	Proposta de contrarreforma da segurança social, com o objetivo de “reduzir privilégios” e “garantir a sustentabilidade fiscal”.	Proposta de continuidade da contrarreforma da segurança social, com ajustes destinados à contenção de despesas públicas.
Trabalho, Emprego e Renda	Proposta de desregulamentação das relações laborais, visando “estimular a criação de empregos” e promover “maior flexibilidade contratual”.	Proposta de ampliação do reconhecimento das diferentes modalidades de trabalho informal (nos indicadores sociais de ocupação no país), como forma de incentivo ao empreendedorismo.
Políticas Sociais	Proposta de reestruturação dos programas sociais, com enfoque no “combate a fraudes”, visando “priorizar as famílias mais vulneráveis”.	Proposta de substituição do Programa Bolsa Família pelo Auxílio Brasil, com valores reajustados, mas sem garantia de financiamento contínuo.
Educação	Proposta de redução da influência ideológica no currículo escolar e de maior incentivo ao ensino técnico.	Proposta de expansão do ensino técnico, priorizando áreas ligadas ao mercado, com redução de investimentos no ensino básico e superior.
Serviços Públicos	Proposta de privatização de empresas estatais, visando reduzir o tamanho do Estado e “promover a eficiência económica”.	Proposta de aceleração das privatizações, incluindo áreas estratégicas como energia, com impacto nos serviços essenciais.

Nota. Adaptado de *Proposta de plano de governo de 2018: O caminho da prosperidade*, por Bolsonaro (2018) e *Proposta de plano de governo de 2022: Pelo bem do Brasil*, por Bolsonaro (2022).

Apesar de o Governo Bolsonaro não ter sido reeleito, considerou-se importante apresentar o que teria sido a continuidade deste governo, pois é fundamental não esquecer o passado, tal como nos advoga Marx. Ademais, no período em que exerceu

Crise Estrutural do Capital e Suas Repercussões no Brasil: Um Estudo sobre a Disputa pelo Fundo Público de Educação em Tempos Neoliberais (2010-2024)

funções no poder executivo federal, de 2018 a 2022, puderam observar-se discursos ligados à falácia da diminuição do Estado, sempre mínimo no social, assim como a retórica de “Deus, Pátria e Família”, que significou, do ponto de vista ideológico, a perseguição a grupos historicamente oprimidos, entre os quais se incluem: mulheres, negros e a população de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transgêneros, Queer, Intersexo e Assexuais (LGBTTQIA+).

No que se refere à educação, as propostas de “redução da influência ideológica no currículo escolar e maior incentivo ao ensino técnico” implicaram uma diminuição da tendência de crescimento, dos períodos anteriores, nos investimentos nesta área, que, especialmente no período de Temer e Bolsonaro (2016 a 2022), registaram uma diminuição ritmo de crescimento. Tal facto revela, em alguma medida, que as propostas de contrarreforma do Estado manifestaram-se através do arrocho orçamental, a saber:

Tabela 4
Investimentos Executados em Educação no Brasil (2010-2024)

Área de competência	Ano	Orçamento executado (em R\$ Bilhões)
Educação	2010	48,6
	2011	58,5
	2012	72,6
	2013	82,3
	2014	93,9
	2015	103,8
	2016	106,8
	2017	111,5
	2018	112,19
	2019	114,1
	2020	105,4
	2021	112,5
	2022	128,2
	2023	151,1
	2024	118,5

Nota. Adaptado de *Painel Especialista - Siga Brasil* (Senado Federal, 2024).

Conforme se pôde observar, durante o Governo do PT (2010-2015), os investimentos apresentaram um crescimento expressivo, tendo em 2010 atingido 48,6 mil milhões de reais, e alcançado 103,8 mil milhões em 2015, um aumento acumulado de aproximadamente 113,7%. Tal facto significa que as taxas de crescimento anual variaram entre 10,54% (2015) e 24,10% (2012). Revelava-se, assim, uma tendência de forte expansão orçamental, impulsionada por políticas de ampliação do acesso à educação, não obstante as contradições de programas como o Programa de Financiamento Estudantil (FIES) e o Programa Universidade Para Todos (PROUNI), os quais ampliam o acesso ao ensino superior através de investimentos em grupos educativos privados, sem garantia de políticas de permanência ou de outras prerrogativas da vida universitária.

No Governo Temer, entre 2016 e 2017, verificou-se uma desaceleração do crescimento, com aumentos menos expressivos e tendência de estagnação, pois o orçamento passou de 106,8 mil milhões de reais (2016) para 111,5 mil milhões em 2017, representando um aumento acumulado de apenas 4,4%, bastante inferior à variação de investimentos do período anterior. Observou-se, portanto, uma transição de políticas expansionistas para um cenário de contenção e austeridade fiscal, sobretudo face às principais medidas adotadas nesse período, nomeadamente: a aprovação do teto de gastos (EC 95/2016) e a proposta do “Future-se”, que, segundo Santos Neto (2021), visava conceder maior autonomia financeira às universidades e institutos federais, fomentando a captação de recursos próprios e privados, mas descaracterizando a autonomia universitária face ao mercado e comprometendo o carácter público das universidades brasileiras.

Durante os anos do Governo de Jair Bolsonaro (2018-2022), os investimentos oscilaram, com uma queda significativa em 2020 e uma recuperação apenas parcial nos anos seguintes. Em 2018, os investimentos atingiram 112,19 mil milhões, subindo para 128,2 mil milhões em 2022, o que representa um crescimento acumulado de 14,3% no período. Em 2020 verificou-se uma diminuição para 105,4 mil milhões, o que corresponde a uma redução de 7,62% no orçamento, o valor mais baixo desde 2016. Entre 2021 e 2022 registou-se uma recuperação modesta, culminando num aumento de 13,96%. Observou-se, assim, uma tendência de volatilidade orçamental, explicável pelas escolhas políticas e ideológicas do Governo Bolsonaro, que pautou a gestão orçamental com forte cunho conservador.

Atualmente, nos dois primeiros anos do Governo Lula (2023-2024), verifica-se que, em 2023, os investimentos atingiram 151,1 mil milhões de reais, o valor mais elevado desde 2010, o que se revelou promissor para os analistas da educação logo no primeiro ano de governo. Contudo, em 2024, os investimentos caíram para 118,5 mil milhões, ou seja, menos 21,6%, representando uma redução expressiva, em função das políticas de austeridade fiscal aplicadas pelo então Presidente da República e resultantes do novo arcabouço fiscal. Assim, apresenta-se uma tendência de retração orçamental, indicando o desafio de pautar na agenda pública a necessidade de recomposição do orçamento da pasta da educação, de fundamental importância para a população brasileira.

A análise dos investimentos em educação no Brasil revela ciclos marcados por expansão durante o governo do PT, seguida por contenção e volatilidade nos períodos de Temer e Bolsonaro, e uma retomada inicial em 2023 com nova redução em 2024. Esses padrões evidenciam como escolhas políticas e fiscais influenciam diretamente o financiamento da educação, expondo a vulnerabilidade do setor às prioridades do mercado e às medidas de austeridade, e reforçando a necessidade de políticas estruturantes um recurso mínimo do Produto Interno Bruto (PIB) para investimentos em educação.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo teve como objetivo refletir sobre os impactos da crise estrutural do capitalismo contemporâneo na disputa pelo Fundo Público no Brasil, especialmente no período de 2010 a 2024. Nesse sentido, procurou analisar o financiamento das políticas sociais, com enfoque na seguridade social e na educação, no contexto da crise estrutural do capital, de modo a evidenciar tendências, desafios e possibilidades.

Os dados indicam que os governos do PT, entre 2010 e 2015, seguiram uma tendência de aumento progressivo do financiamento, com ganhos reais no orçamento destinado à seguridade social e à educação. A partir do golpe de 2016, observa-se uma tendência de desfinanciamento, particularmente na política educativa. O governo Bolsonaro provocou os maiores desequilíbrios, caracterizados por uma volatilidade orçamental e pela ausência de ganhos reais no orçamento.

Atualmente, sob o governo Lula, a aprovação do novo arcabouço fiscal, embora apresentada sob a retórica de “busca pelo equilíbrio financeiro e redução da dívida

pública”, reflete a priorização do papel do Estado enquanto gestor da crise do capital. Esta lógica mantém a limitação do orçamento destinado às políticas sociais, sobretudo às voltadas às populações mais pobres. Apesar do governo se declarar comprometido com investimentos em áreas essenciais, como saúde, educação e assistência social, permanece o risco de contingenciamento desses recursos em favor do cumprimento de obrigações relativas ao pagamento e amortização da dívida pública.

Conclui-se, portanto, que a crise estrutural do capital aprofunda a disputa pelo Fundo Público no Brasil, particularmente após o golpe de 2016 e a ascensão do Bolsonarismo em 2018, períodos em que se registou a redução do orçamento das políticas sociais. Parafraseando Luxemburgo (1918), coloca-se perante nós o desafio de transformar o horizonte social: “há todo um velho mundo ainda por destruir e todo um novo mundo a construir”, no qual os interesses coletivos se sobreponham aos interesses do mercado.

REFERÊNCIAS

- Antunes, R. L. C. (2009). *Os sentidos do trabalho: Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho* (2ª ed. rev. e ampl.). Boitempo.
- Behring, E. R. (2009). *Política social no contexto da crise capitalista*. In Conselho Federal de Serviço Social (Org.), *Direitos sociais e competências profissionais: um estudo sobre o trabalho do assistente social na política de assistência social* (pp. 69–86). CFESS. https://www.cfess.org.br/arquivos/direitos_sociais_e_competencias_profissionais.pdf
- Bolsonaro, J. (2018). *Proposta de plano de governo de 2018: O caminho da prosperidade*. <https://veja.abril.com.br/wp-content/uploads/2018/10/plano-de-governo-jair-bolsonaro.pdf>
- Bolsonaro, J. (2022). *Proposta de plano de governo de 2022: Pelo bem do Brasil*. <https://static.poder360.com.br/2022/08/plano-de-governo-bolsonaro-preliminar.pdf>
- Bresser-Pereira, L. C. (1968). *Desenvolvimento e crise no Brasil 1930-1967*. Zahar Editores.

Crise Estrutural do Capital e Suas Repercussões no Brasil: Um Estudo sobre a Disputa pelo Fundo Público de Educação em Tempos Neoliberais (2010-2024)

- Castilho, D. R., Lemos, E. L. D. S., & Gomes, V. L. B. (2017). Crise do capital e desmonte da seguridade social: Desafios (im)postos ao serviço social. *Serviço Social & Sociedade*, 129(1), 447–466. <https://doi.org/10.1590/0101-6628.118>
- Chesnais, F. (2010). A proeminência da finança no seio do “capital em geral”, o capital fictício e o movimento contemporâneo de mundialização do capital. In F. Chesnais, C. F. D. de Alarcón, & D. V. de D. Plihon (Orgs.), *A finança capitalista* (pp. 95-182). Alameda.
- Harvey, D. (2011). *O enigma do capital e as crises do capitalismo* (ed. rev.). Boitempo.
- Iamamoto, M. V. (2021). *Serviço social em tempo de capital fetiche: Capital financeiro, trabalho e questão social*. Cortez.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). (s.d.). *Desemprego*. Recuperado em 6 de outubro de 2025, de <https://www.ibge.gov.br/explica/desemprego.php>
- Luxemburgo, R. (1999). *A socialização da sociedade* (I. Loureiro, Trad.). Marxists Internet Archive. <https://www.marxists.org/portugues/luxemburgo/1918/12/socializacao.htm> (Trabalho original publicado em 1918)
- Marx, K. (2017). *O capital: Crítica da economia política: Livro 1: O processo de produção do capital* (R. Enderle, Trad., 2. ed.). Boitempo. (Trabalho original publicado em 1867)
- Marx, K. (2020). *Manuscritos econômico-filosóficos* (J. Ranieri, Trad.). Boitempo. (Trabalho original publicado em 1932)
- Mészáros, I. (2002). *Para além do capital: Rumo a uma teoria da transição*. Boitempo.
- Netto, J. P. (2012). *Crise do “socialismo real” e ofensiva neoliberal*. Cortez.
- Pfluck, B. K. (2016). *O valor do petróleo para o Brasil: Dos choques da década de 1970 ao pré-sal* [Tese de doutorado não publicada]. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. <https://hdl.handle.net/10183/166178>
- Salvador, E. (2010). *Fundo público e seguridade social no Brasil*. Cortez.
- Salvador, E., Behring, E., Boschetti, I., & Granemann, S. (Orgs.). (2012). *Financeirização, fundo público e política social*. Cortez.

- Santos Neto, F. dos. (2021). *Serviço social, teoria e método em Marx: Estudo de sua mediação na formação e trabalho profissional de assistentes sociais em Belém/PA* [Dissertação de mestrado não publicada]. Universidade Federal do Pará.
- Senado Federal. (s.d.). *Painel Especialista - Siga Brasil*. Recuperado em 6 de outubro de 2025, de <https://www9.senado.leg.br/QvAJAXZfc/opendoc.htm?document=Senado%2FSigaBrasilPainelEspecialista.qvw&host=QVS%40www9a&anonymous=true>
- Vieira, R. (2018). Crise do governo Dilma: A crise econômica internacional e o “ensaio desenvolvimentista”. In *Anais do 16º Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social*. Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. <https://periodicos.ufes.br/abepss/article/view/23463/16173>

Evolution of Social & Behaviour Change (SBC) Space: Indonesia Marches Ahead

Deepak Gupta

UN System in Asia and the Pacific, India - drguptad11@gmail.com

Sunetra Ghosh

Strategic Communication in Health & Development Professional, India - sunetra.ghosh@gmail.com

Ravi Prakash

Scholar in Rural Development & Public Administration, India - raviprakashib@gmail.com

Abstract

This essay deep-dives into the journey of Indonesia's SBC programmes, evolution of landscape from top-down models to the current strategies that are participatory and community-driven - taking into account the socio-ecological and human-centered design frameworks. Understanding Indonesia's SBC evolution requires recognising the social structures and power relations that shape how behavioural practices emerge, persist, or change. Drawing on Giddens' structuration theory, behaviour change is viewed as a dynamic interaction between community and the institutional environments - enabling or constraining action. Perspectives from Bourdieu illuminate how symbolic power-exercised through health systems, experts, and social hierarchies-influences whose knowl-

edge is legitimised in SBC processes. Drawing on extensive desk research and wide range of literature review, along with the focused interactions with 135 experts, the authors analysed how SBC plays an important role in addressing child-rights issues, for eg. immunisation, and maternal health. The authors explored how Indonesia's SBC ecosystem is reshaping via digital technologies and global knowledge flows while assessing how modern technologies, social media platforms and international best-practices are adapted thus, strengthening outreach and engagement.

In spite of the progress, gaps remain in scientific monitoring and evaluation, capacity-building, and addressing issues like climate change, mental health, and gender equity.

Keywords: Social & Behaviour Change (SBC), Child-Centered Development, Indonesia, Evolving Paradigms, Public-Health Outreach.

Evolução do Espaço da Mudança Social e Comportamental (SBC): A Indonésia Avança a Bom Ritmo

Resumo

Este ensaio aprofunda o percurso dos programas de Mudança Social e Comportamental (SBC) na Indonésia, analisando a evolução do panorama desde modelos hierárquicos, de cima para baixo, até às estratégias actuais, de carácter participativo e orientadas para a comunidade, tendo em conta os enquadramentos socioecológicos e de design centrado no ser humano. Compreender a evolução da SBC na Indonésia implica reconhecer as estruturas sociais e as relações de poder que moldam a forma como as práticas comportamentais emergem, se mantêm ou se transformam. Com base na teoria da estruturação de Giddens, a mudança comportamental é entendida como uma interacção dinâmica entre a comunidade e os contextos institucionais, que podem possibilitar ou constranger a acção. As perspectivas de Bourdieu permitem esclarecer de que modo o poder simbólico, exercido através dos sistemas de saúde, dos especialistas e das hierarquias sociais, influencia quais os saberes

que são legitimados nos processos de SBC. A partir de uma extensa pesquisa documental e de uma ampla revisão da literatura, complementadas por interacções focalizadas com 135 especialistas, os autores analisaram o papel relevante da SBC na abordagem de questões relacionadas com os direitos da criança, como a imunização, bem como com a saúde materna. O estudo explora ainda a forma como o ecossistema de SBC na Indonésia está a ser reconfigurado através das tecnologias digitais e dos fluxos globais de conhecimento, avaliando de que modo as tecnologias modernas, as plataformas de redes sociais e as boas práticas internacionais são adaptadas, reforçando assim o alcance e o envolvimento das populações. Apesar dos progressos alcançados, persistem lacunas ao nível da monitorização e avaliação científicas, do reforço de capacidades e da resposta a problemáticas como as alterações climáticas, a saúde mental e a equidade de género.

Palavras-chave: Mudança Social e Comportamental (SBC), Desenvolvimento Centrado na Criança, Indonésia, Paradigmas em Evolução, Intervenção em Saúde Pública

BACKGROUND

Indonesia, situated in between the Pacific and Indian oceans in the Southeast region of Asia, also known as the Republic of Indonesia, is the 4th most populous country in the world. Indonesia concluded its G20 Presidency in November 2022 and has chaired ASEAN in 2023, demonstrating leadership in representing developing

nations' interests. It has more than 17000 islands, over 300 ethnic groups and is the largest archipelagic country in the world. A large fraction of this population consists of children and youngsters. Its diverse regions and population, which are culturally, linguistically and ethnically diverse, present distinct challenges and opportunities for growth. General development is a complex process for this country with its various islands each with their own challenges as well as opportunities. These are compounded by the socio-economic conditions of the country, geographical variations, and differences in the degree of infrastructural development which create additional challenges.

As of 2024, Indonesia's population is over 278 million (283,859,710), which is equivalent to 3.47% of the total world population. Its male and female population are 50.3% and 49.7% respectively and 59.0 % of the population is urban while 41.1% reside in the rural belts. Jakarta is its largest city and capital with a population of 8,540,121. It has a median age of 30.1 years. The country experiences a maternal mortality rate of 177 deaths per 100,000 live births and an under-five mortality rate of 19.9 deaths per 1,000 live births (Ananta et al., 2017). Indonesia has a total fertility rate of 2.3 children per woman, infant mortality rate of 16.6 infant deaths per 1000 live births and the life expectancy at birth for both sexes combined is 71.3 years with 73.4 and 69.2 years respectively for females and males (UNFPA, 2024). In 2023, the literacy rate among Indonesians between the ages 15 and 19 years old was 99.87%. The literacy rate in urban areas is higher across all age groups compared to the literacy rate in rural areas (Siahaan, 2024). The male literacy rate is 97.45%, whereas for females it is 94.55% as on 2020. Indonesia's poverty rates declined to under 10% in 2019, prior to the pandemic times.

These development indicators carry great implications for SBC programming: Indonesia's diversity and uneven development landscape require culturally rooted, equitable, locally adaptable and community driven SBC strategies, in order to achieve consistent behaviour, change outcomes across the whole province and ensuring that child centred interventions reach those who are most in need.

Indonesia's demographic diversity and uneven connectivity can be interpreted through Giddens' structuration lens, where local norms and institutional constraints shape the degree to which families and frontline actors can adopt new health behaviours, underscoring why SBC strategies must account for both structural limitations and community agency.

SOCIOECONOMIC CONTEXT

As a large and diverse country with numerous challenges, Indonesia has taken some major steps to address them. Decentralized governance sees a large share of public resources directly allocated to districts, each with autonomous decision-making structures, but often with weak fiscal and human capacity for planning and delivery of quality services (Nobles et al., 2008).

Indonesia has also diversified its economy so that it is not dominated by agriculture, and has enhanced industrialization and service sectors. The last ten years have seen a boom in the Indonesian economy with a gross domestic product (GDP) growth rate of 5.5 % per year on average. This is despite the fact that absolute poverty has come down to below 10 % and 13 % for children respectively. These achievements hide levels of inequality in different dimensions of child poverty. However, the variations in levels of poverty reduction, especially among children, exist in different regions. 55% of the population is urbanized, living in cities, causing disparities in education, healthcare, and WASH (Water, Sanitation, and Hygiene) services. The demographic dividend is expected to decline due to an aging population (Abadi et al., 2024).

Indonesia is presently in the last phase (the final and strongest pillar) of the 20-year development programme from 2005 to 2025, which aligns with the 2030 Agenda for Sustainable Development. The plan is divided into 5-year medium-term development plans called RPJMN (*Rencana Pembangunan Jangka Menengah Nasional*), each with different priorities concerning developing activities. Indonesia wants to achieve a robust economy by strengthening its human capital and competitiveness in the global market (*World Bank/Indonesia*).

Government of Indonesia, along with the development and public health partners, has integrated SBC in all its public health, development and humanitarian programmes. Most national programmes in Indonesia are thus, formulated to respond to the challenges, like high rates of stunting, relatively low levels of immunisation coverage, as well as poor access to quality education and health service delivery.

The implications for SBC programmes are clear: without the alignment, there will be limited impact of an otherwise well formulated national SBC policy.

CHALLENGES OF POVERTY IN INDONESIA

Poverty remains one of the most critical concerns around the world, especially in developing countries, which undermines development even in remote and rural areas. While Indonesia has made a great deal of progress in overcoming the challenges, quite a number of people still live below the poverty line. The root cause of economic inequality can be seen throughout the archipelago where urban areas, especially on the island of Java, are more developed and have better services and infrastructures compared to the rural areas. The issue of economic inequality is also associated with different capabilities of different regions in the country to construct various social amenity facilities. These shortcomings aggravate the challenges posed by poverty on the large number of infants and teenagers in Indonesia who are at a greater risk of poverty, malnutrition, and lack of essential services (Julia et al., 2004).

To address the challenges faced by the Indonesian communities, the Indonesian government has implemented various programmes, such as the Jaminan Kesehatan Nasional (JKN) which is the universal health coverage (UHC) scheme. However, in spite of such welfare schemes, disparities remain in accessing quality health care.

These patterns of inequality reflect what Bourdieu describes as the unequal distribution of economic, social, and symbolic capital, which directly influences whose voices shape programme design and which communities are structurally positioned to benefit from SBC initiatives.

For the SBC programmes, these not only limit the availability of these services but also influence the behavioural, social and environmental determinants of health seeking practices. This supports the need for SBC strategies that address the structural barriers, making space for tailored, community driven approaches.

SUMMARY OF DEVELOPMENT & HEALTH LANDSCAPE: INDONESIA

The government's emphasis on economic growth, human capital development, and urbanisation management is essential for sustainable development. Indonesia achieved notable success in reducing its stunting rate from 37% in 2013 to 21.6% in 2022 (Emawati et al., 2021). However, more work remains to be done to ensure strong and productive human capital development. Additionally, the country is highly vul-

nerable to climate-related natural disasters, requiring robust disaster risk reduction and climate resilience strategies.

Indonesia has the fourth-largest population of unvaccinated infants globally. In 2017, the coverage rate for the combined diphtheria-tetanus-pertussis vaccine was 77%, demonstrating that progress is low despite progress in routine immunisation. The malnutrition situation in Indonesia is multifaceted: stunting affects over 7 million children under five (31%), making it the fifth highest rate globally; 2 million children under five are wasted; nearly half of pregnant women are anaemic (49%); and 2 million children are overweight or obese. This poor nutritional status stems from insufficient diet quantity, quality, and diversity, along with high rates of infectious diseases due to poor environments and limited health services (Mulyanto et al., 2019).

The poverty rate was 9.36% in March 2023, down from 10.2% in September 2020, (BPS, 2024) indicating a recovery. However, access to basic healthcare remains challenging, especially in rural areas, where over 6% of sub districts lacked a health centre, and many existing ones lacked essential amenities.

Politically, the decentralization process has both empowered local governance and introduced new complexities in ensuring consistent and effective public service delivery across the archipelago, while culturally, Indonesia's diversity necessitates development approaches that are sensitive to local contexts and inclusive of community perspectives.

EVOLVING SPACE OF SOCIAL AND BEHAVIOUR CHANGE (SBC): INDONESIA

Significance of SBC in development and health is well recognized. SBC engages, empowers, informs, educates, and facilitates positive change in individuals, families and communities and influences policies and progressive legislative frameworks. In addressing varied development and health issues, especially the 'child-centric' developmental planning, more targeted SBC strategies are designed, making optimum use of available resources to achieve the planned results in a given context. Based upon research, i.e. the community-based study of risk-factors (studying behavioural insights) and the operational research, SBC theories and methodologies evolved and so did the strategies and practices for results-driven and human-centred design under the SBC.

THE FORMATIVE PERIOD

In the early 2000s, SBC models primarily followed a linear, transmission-based approach. This method was predicated on the belief that behavioural outcomes could be achieved through a straightforward process of message dissemination, where information flowed from a source to a receiver.

Information dissemination through ‘extension approach’, first for agriculture development and later for family planning, adapted and boosted through advertising and marketing frameworks, led to wide awareness about the methods and techniques but not the adoption at the same levels. Experience and research studies demonstrated that the mere ‘awareness’ was not adequate for fostering adoption of ‘new’ practices, instead it requires sustained investments in social and behaviour change processes (Gupta et al., 2021).

With its evolution from the agriculture extension work that was largely a field-based top-down publicity (info sharing) model, the field of SBC, especially under the development and health communication, has evolved over a period of last six decades.

As multiple studies demonstrate, much of the growth in the field of behavioural change (*‘communication’*) was stimulated by the AIDS response that started in the 80s, when the only tool available was prevention through focused social and behaviour change. It is also noteworthy that the earlier gathered lessons from the field of behaviour change, especially experiences for improving child survival and for encouraging family planning underpinned these early HIV prevention strategies (Nau-
gle et al., 2014).

THE TRANSITION PERIOD

Recognising the limitations of the linear approach, the field of SBC began to evolve, embracing more holistic, ecological models of behaviour change. Over the past decade, there has been a growing shift towards understanding behaviour within the broader social and environmental contexts in which it takes place. These models stress the importance of addressing structural factors like social norms, policies, and resource access, alongside changing individual attitudes and behaviours.

In Indonesia, this transition towards socio-ecological models has been especially relevant in tackling pressing issues related to child protection, maternal health, and

overall community well-being. The evolving SBC strategies in the country now feature multi-level interventions that target not only individuals but also families, communities, and policy environments. These efforts aim to create an enabling environment that supports long-lasting behavioural change. For example, programmes have started to integrate family dynamics, community support systems, and healthcare infrastructure to effectively address the various complexities involved in behaviour change. By broadening their scope to include community mobilization and support from key social structures, these interventions are better positioned to achieve impactful and enduring results.

INTEGRATION OF PARTICIPATORY APPROACHES

Another significant development in the design of SBC programmes has been the increased focus on participatory approaches. Previously, most of the earlier employed behaviour change communication (BCC), communication for development (C4D) and the erstwhile social and behaviour change communications (SBCC) initiatives were designed using a top-down approach, where experts crafted messages and interventions that were then delivered to target populations without engaging with them. This method often led to limited success, as it failed to account for the specific cultural contexts or the voices of the communities themselves. In the last decade, however, there has been a growing realisation of the importance of involving communities in the design and implementation of these programmes.

The shift toward participatory approaches echoes Freire's distinction between substantive and symbolic participation, raising critical questions about whether communities genuinely shape SBC interventions or are merely engaged for legitimisation.

By moving away from the simplistic, transmission-based models of the past and embracing ecological models and participatory methods, SBC programmes are better equipped to address the multifaceted nature of human behaviour. As a result, these programmes have a greater chance of creating meaningful, sustainable change in the communities they serve (Petit, 2019).

Two complementary (and sometimes overlapping) behaviour change and social norms theories are used in designing SBC interventions: explanatory or predictive theories, which examine why a particular behaviour occurs; and change theories, which focus on how behaviours can be changed (Schmidt, 2016).

In Indonesia, participatory approaches have been successfully integrated into SBC programmes addressing issues such as immunisation, nutrition, sanitation, and child protection. For example, community-based participatory research (CBPR) has been used to engage local communities in the design of interventions to improve maternal and child nutrition. By involving community members in the process, these programmes have been able to develop culturally appropriate strategies that address the distinctive needs and challenges of the target population.

THE ROLE OF TECHNOLOGY IN SBC

Another significant evolution in SBC design is the role of technology in enhancing better informed and inclusive strategies. The rapid advancement of digital technology and the widespread use of social media have transformed SBC approaches in East Asia, including Indonesia. Digital platforms have become essential tools for disseminating information, engaging target audiences, and promoting behaviour change. Social media, mobile applications, and online forums have broadened the reach of SBC programmes, facilitating real-time engagement with the hard-to-reach populations.

The adaptation of global SBC models through digital platforms reflects Escobar's argument that global development frameworks are continually reinterpreted within local cultural logics, producing both opportunities for innovation and tensions around cultural fit.

In Indonesia, digital media has proven particularly effective in connecting with young people, who are among the most active social media users. Campaigns on platforms such as Facebook, Instagram, and WhatsApp have been utilised to raise awareness on issues like sexual and reproductive health, mental health, and vaccination. Innovative methods such as digital storytelling, user-generated content, and interactive campaigns have been employed to create engaging content that resonates with the audience. For example, the #AyoImunisasi (Let's Get Vaccinated) campaign utilised social media influencers, celebrities, and online communities to promote vaccination among young parents. By harnessing the influence of social networks, the campaign successfully reached a broad audience, sparked discussions, and fostered positive attitudes towards immunisation.

THE IMPACT OF GLOBALISATION ON SOCIAL AND BEHAVIOUR CHANGE

Globalisation has profoundly influenced SBC by fostering cross-cultural learning and the adaptation of effective strategies across various regions. This knowledge exchange, best practices, and innovative approaches has been particularly impactful in East Asia, including Indonesia. Through globalisation, successful SBC models and strategies from different parts of the world have been tailored to fit local contexts. International organisations, especially UNICEF, donors, and development partners have played a crucial role in facilitating this exchange by providing global expertise and resources to support SBC efforts in these regions.

A notable example of this influence is the global movement to end female genital mutilation (FGM), lessons from which have significantly shaped SBC strategies in Indonesia.

However, globalisation also presents challenges for SBC programmes. The effectiveness of SBC interventions often hinges on their ability to balance international best practices with an understanding of local values and traditions.

Globalisation has also brought new health and development challenges to the forefront, necessitating an evolution in SBC strategies to address emerging issues. Among these challenges are the rise of non-communicable diseases (NCDs), mental health concerns, and the impact of climate change on health. For example, the growing burden of NCDs in Indonesia has led to the creation of SBC programmes focused on promoting healthy lifestyles. These programmes include campaigns aimed at reducing tobacco use, encouraging physical activity, and improving dietary habits. They often utilise mass media (*emphasis on 'awareness'*), social marketing, and community-based interventions to raise awareness and drive behaviour change.

Mental health has also emerged as a significant focus of SBC efforts in Indonesia. Programmes aimed at reducing stigma, promoting mental well-being, and providing support for individuals with mental health conditions have become more prevalent. The COVID-19 pandemic has underscored the importance of mental health, leading to the integration of mental health components into broader health and development programmes. This shift highlights the need for SBC strategies to adapt continuously in response to evolving global and local health challenges.

INTEGRATING GLOBAL LESSONS INTO LOCAL PRACTICES

Successful SBC strategies take into account the diverse local beliefs, values, and practices, ensuring that messages are not only understood but also embraced by the community. In a nation as culturally and religiously diverse as Indonesia, the ability to adapt communication strategies to fit local contexts is crucial for achieving impactful outcomes. For instance, messages related to family planning and sexual & reproductive health are often framed in ways that align with Islamic teachings and values. Engaging religious leaders and scholars as key stakeholders in the development and dissemination of these messages has been instrumental in building trust and credibility within the community. In rural areas, where oral traditions and storytelling hold significance, SBC interventions have utilised local folklore, proverbs, and traditional art forms such as Wayang (shadow puppetry) to effectively convey important public health messages.

COMMUNITY-LED INTERVENTIONS

The integration of local cultural contexts has also given rise to community-led SBC interventions in Indonesia. These interventions are designed and implemented by community members themselves, often with support from external facilitators or organisations. By leveraging local knowledge, resources, and networks, community-led SBC interventions address specific health and development challenges in culturally appropriate ways. For example, in regions where traditional birth attendants (TBAs) are trusted figures in maternal and child health, SBC programmes have focused on training and involving TBAs to promote safe delivery practices and connect pregnant women with formal healthcare services. This approach respects and builds upon existing cultural practices, leading to greater acceptance and impact.

Community-led interventions also highlight the importance of peer education and support. In many Indonesian communities, peer educators-individuals from within the community trained to provide information and support, play a vital role in influencing behaviour change. Peer-led SBC interventions have proven effective in addressing sensitive issues such as adolescent sexual and reproductive health, as young people are often more comfortable discussing these topics with their peers. By

fostering an environment of trust and mutual support, these community-driven efforts contribute to more sustainable and meaningful behaviour change.

MONITORING AND EVALUATION OF SBC PROGRAMMES

The landscape of monitoring and evaluation (M&E) for SBC programmes in Indonesia has been profoundly transformed by technological advancements. The introduction of real-time monitoring systems, enabled by mobile technology and digital platforms, has revolutionised the way programme managers track the progress of interventions. These systems facilitate the immediate collection of data on service utilisation and programme outcomes, allowing for timely adjustments and data-driven decision-making to enhance programme effectiveness. Foucault's notion of governmentality helps illuminate how real-time data systems and surveillance tools function not only as mechanisms of programme improvement but also as instruments through which the state guides and regulates population behaviour.

In Indonesia, mHealth platforms exemplify this shift by providing real-time data collection capabilities. For instance, the “mCare” programme utilizes mobile technology to monitor the health of pregnant women and newborns, enabling health-care providers to quickly address emerging issues. This real-time feedback loop not only helps in refining SBC strategies but also in optimising resource allocation and ensuring that interventions are responsive to the evolving needs of the target population. However, the current SBC programme review has identified a missing-link that should connect tracking results under the SBC interventions and the overall programme outcomes. Therefore, a more focused approach is required in the field of SBC results tracking and in defining community-owned, community-driven indicators and the technical skills to gauge the intended change/evolution.

Alongside technological advancements, there has been a growing emphasis on participatory M&E approaches. These methods involve the active engagement of community members in the evaluation process, ensuring that their perspectives and insights are included in assessing programme outcomes. In Indonesia, such participatory approaches have been effectively applied in SBC interventions related to sanitation and hygiene. By involving community members in monitoring behaviour changes and infrastructure improvements at the village level, these programmes have fostered local ownership and accountability, leading to more sustainable outcomes.

Yet, the lack of appropriate indicators and the missing technical skills in ‘tracking results for SBC’ interventions are one area that require considerable investments by the relevant government departments and the leading development partners in the country.

COVID-19 PANDEMIC IMPACTING SBC

The COVID-19 pandemic significantly disrupted child welfare and development activities in Indonesia, including the implementation of SBC strategies. The pandemic’s impact was profound, with essential services like healthcare, education, and nutrition programmes severely affected due to movement restrictions and healthcare system strain. Disruptions in routine vaccinations, maternal and child health services, and access to essential medications, resulted in increased health risks.

The economic hardships from pandemic lockdowns exacerbated vulnerabilities, especially for disadvantaged families. It led to higher rates of poverty, food insecurity, and even child labour. The closure of schools and community centers further hindered children’s social interaction, learning, and psychosocial support, while remote learning initiatives struggled to reach those with limited access to technology.

The pandemic also forced adaptations in SBC strategies to address these emerging challenges. Communication and outreach efforts had to be reoriented to emphasize COVID-19 prevention, hygiene practices, and vaccination campaigns, often requiring innovative approaches to effectively reach diverse audiences (*Gupta, D, Interações/Revista.*)^{xiv}. Despite the formidable challenges posed by the pandemic, it highlighted the importance of resilience, adaptation, and collaborative efforts in safeguarding the well-being of children and communities during crises.

THE DYNAMIC SBC PROCESS

The evolution of SBC design models and programme strategies in Indonesia over the past decade reflects the dynamic nature of behaviour change processes. The transition from linear to ecological models, the incorporation of participatory methods, the utilisation of digital technology, and the influence of globalisation have all contributed to the development of more effective and contextually relevant SBC inter-

ventions. These changes have played a crucial role in addressing a broad spectrum of health and development challenges, from maternal and child health to nutrition, mental health, education, hygiene and non-communicable diseases.

The introduction of the SBC global theory of change in many development partners has further refined programming activities, outputs, and outcomes, leading to a greater emphasis on participatory and community-led approaches. The inclusion of global public goods, such as Community Engagement Minimum Standards and Indicators, has strengthened the capacity and quality of SBC programmes. These developments have established SBC as a core strategy within development partners' programme mandates, focusing on institutional capacity, governance, partnerships, and robust monitoring and evaluation frameworks.

Moreover, the human-centric design (HCD) approach to SBC programmes highlights the importance of understanding and addressing the specific needs and perspectives of individuals and communities. By integrating HCD and participatory methods, SBC programmes can develop solutions that resonate with their target audiences, ensuring that interventions are culturally appropriate and effective. Despite challenges such as limited resources and technical capacity, this approach strives to empower communities through active participation in planning and implementation, thus enhancing the sustainability and impact of SBC initiatives. The success of SBC programmes in Indonesia has depended on their ability to adapt to the local cultural context, engage communities, and leverage partnerships across sectors.

With a significant portion of the population being children, Indonesia's diverse demographic profile necessitates tailored SBC approaches, supported by the government, NGOs, and international organisations, to address issues like health, nutrition, education, early childhood education, child protection and adolescent health.

SBC APPROACH TO PUBLIC HEALTH

One of the key areas of focus for SBC programmes is health and nutrition, particularly addressing malnutrition among children under five. Initiatives like the National Strategy to Accelerate Stunting Prevention and community-based health services, such as Posyandu, aim to improve maternal and child nutrition. *Posyandu* is integrating implementation of community empowerment in health promotion strategies in Indonesia. The iPosyandu application (app) is one of the health informatics tools, in

which data quality should be considered before any *Posyandu* health interventions are made (Faza et al., 2022). Community-integrated health posts (Posyandu) are crucial for extending primary healthcare across diverse geographical and demographic landscapes in Indonesia (Hasanbasri et al., 2024)

Additionally, school feeding programmes work to enhance children's nutritional status and promote healthy eating habits. However, these programmes face challenges, including limited access to health services in remote areas, cultural barriers, and economic constraints, which hinder their full effectiveness.

Education-focused SBC programmes in Indonesia have made significant strides, particularly in increasing access to education. Early Childhood Education and Development (ECED) programmes aim to enhance cognitive and social development, while School-Based Management (SBM) empowers schools to involve parents and communities in decision-making processes. Inclusive education programmes also work to ensure children with disabilities receive quality education. However, challenges such as teacher quality, inadequate infrastructure, and socio-economic disparities continue to impact the effectiveness of these initiatives.

CHALLENGES TO THE SBC APPROACH

Despite progress, SBC programmes face ongoing challenges, including resource constraints, cultural diversity, and the need for better coordination among stakeholders. To enhance the effectiveness and sustainability of these programmes, future efforts should focus on strengthening community engagement, integrating technology, building capacity, promoting equity and inclusion, and sustaining political will. By addressing these challenges and leveraging Indonesia's distinct opportunities, child-centered SBC programmes can continue to improve the lives of children across the nation.

As the field of SBC continues to evolve, it is essential to build on the lessons learned over the past decade and continue to innovate in response to emerging challenges.

EVIDENCE GENERATION: DATA DRIVEN SBC DESIGN & MONITORING

Sustainable SBC programmes start with and are based on clear premises of evidence. It is propelled by data which transforms the programme into a data-driven, context-specific approach. For example, vaccination uptake and maternal health programmes are based on the household survey data from Demographic and Health Surveys (DHS) and Multiple Indicator Cluster Surveys (MICS). This helps develop informed strategies that have brought about appreciable improvement in the programme impact (*Fabric, et.al DHS/MICS*).^{xvii}

Data driven strategies help not only in terms of tracking the programme performance but also in resource allocation. With competing public health priorities, limited resources are a huge constraint. Therefore, data driven evidence-based programmes can help policymakers and programme managers to allocate appropriate resources where needed for the interventions.

During the COVID-19 pandemic, the real time data was a blessing for enabling rapid adaptation to the emerging challenges; for example, using real time data from UNICEF's U-Report to make informed strategic decisions. UNICEF programmes continue to use data from this report for its programmes and supporting government and civil society partners and young people themselves, informing and creating youth-friendly policies and programmes. These kind of examples showcase how very strongly data driven evidence sources have transformed SBC into an adaptive and results-oriented field.

INDONESIA REAPING BENEFITS FROM SBC

In recent years, development partners, especially UNICEF in Indonesia, have significantly advanced their approach to SBC programming. The transition from C4D to SBC has led to a more comprehensive and inclusive strategy. This transformation has involved a more systematic incorporation of evidence-based programming, with a strong emphasis on data collection and analysis to better understand social and behavioural drivers. The COVID-19 pandemic notably accelerated these changes, fostering a global focus on unified frameworks and collaborative efforts in monitoring and evaluating SBC initiatives. The increased funding during this period enabled a greater emphasis on community engagement and people-centered approaches,

highlighting the importance of being responsive and contextually relevant in SBC projects. The use of social research and theories of change has become more common, deepening the understanding of community needs and improving the quality of interventions.

The influx of humanitarian funding, particularly during emergencies like the COVID-19 pandemic, has bolstered SBC capacities, including evidence generation and community engagement. However, there are challenges in sustaining these initiatives post-emergency due to funding reductions. Despite these challenges, the shift to a more comprehensive approach to SBC funding and the increased focus on integrating SBC into regular programming have been crucial in maintaining the momentum of SBC efforts in Indonesia.

METHODOLOGY OF EXPLORATION

In order to deeply study the ongoing SBC space and the deployed strategies, particularly in the area of child-centered development in Indonesia, an exhaustive desk assessment and literature review was undertaken. It not only included the relevant (publicly accessible) policy and programme documents of the relevant Ministries under the Govt. of Indonesia, leading development partner organisations and others, but also included were the body of available published literature (SBC & public health) specifically focusing on Indonesia. Thereafter, over one hundred and thirty-five ($n^o = 135$) practicing individual experts (health providers, social development cadres, programme managers, policy experts, health educators, SBC technical specialists and field-based faith leaders) were interacted with through an open-ended questionnaire. The analytical discussion showcases the outcomes of the desk-analysis, literature review and the engaging conversations held on the subject of SBC in Indonesia.

Similarly, the major findings, obtained through the desk analysis and the open-ended conversations, are summated below that have a significant bearing on the SBC space in the country.

SYNOPSIS OF OUTCOMES

SBC sectoral analysis in Indonesia highlights the government's commitment to promoting positive social norms and behaviours, leading to improved health, education, protection and overall well-being outcomes for children and their caregivers/families.

Positive Reflections by Respondents:

- i. Effective SBC interventions:** Most experts with whom the open-ended conversations were held, opined that programmes are successfully addressing critical issues in the key spaces under survival, development and protection, such as: Immunisation, Child protection, Nutrition, WASH, and others.
- ii. Community engagement and emphasis on interpersonal communication (IPC):** Local ownership and participation is largely driving behavioural change, particularly through community-based initiatives. It is largely promoting IPC as an integral component of the SBC
- iii. Fostering Strategic partnerships:** Strong collaboration within government, civil society, and private sector stakeholders enhances programme impact and shall benefit SBC sector. Currently the partnerships with the respective counterparts are reaping productive outcomes; however, more efforts are required to be invested in striking proactive SBC collaborations with the private/corporate sector.
- iv. Digital platforms:** SBC interventions have included digital space and thus, leveraging social media, mobile apps, and online campaigns for an increased outreach and engagement. However, most strategic and innovative inclusion of digital platforms in fostering more substantial SBC outcomes can be harnessed through formulating an integrated and inter-sectoral National SBC strategy in the country that streamlines innovations through digital space further.
- v. Recognition to SBC- Playing Catalyst:** It is well reckoned that in order to bring about quality changes in their lives, people need to accept and practice positive behaviours. SBC serves as a lead change-agent, thus augmenting results for children.

SBC Challenges: Respondents' Synoptic Reflections

- i. Cultural and social barriers:** Addressing deeply ingrained norms requires sustained SBC efforts.
- ii. Limited resources:** Insufficient funding for SBC and capacity constraints hindered programme results and thus, restrict scale-up.
- iii. Monitoring and evaluation:** Enhancing data collection and analysis for informed decision-making. It is emphasized that a weak M&E or lack of 'tracking results' under SBC can jeopardise the future programming investments and directions.
- iv. SBC Skills and Knowledge Gaps:** Sustained efforts in upgrading technical skills in designing scientific SBC interventions (Behavioural Insights studies, Planning field interventions, Monitoring, Mentoring and Assessing Results/Impact) in the implementing partners need immediate strengthening and capacity building.
- v. Respondents Flagged Emerging Key Issues That Merit Proactive SBC Role:** During the process of open-ended conversations, including as emanated through an exhaustive desk analysis, most respondents strongly recommended inclusion of a certain pertinent issues which will require a strong SBC guidance and programming under the upcoming country programme. These include: (i) Climate change and environmental degradation, its impact and role of children & adolescents; (ii) Mental health issues with children & adolescents; (iii) Tuberculosis, especially Paediatric TB; (iv) Gender equity & equality; (v) School-dropout cases in the country; (vi) Digital platforms-adolescent population and children

CONCLUSION

Strengthening Indonesia's SBC sector requires a phased and practical approach grounded in robust behavioural frameworks, focussed strategies, modern communication tools, and strong

M & E and coordination systems. SBC interventions need to be better integrated across service delivery platforms, more locally tailored through micro-planning, and supported by systematic capacity-building for frontline providers and district managers-particularly in the use of scientific and locally relevant M&E tools.

The analysis also highlights the urgency of strengthening planning and budgeting mechanisms for SBC, improving cross-ministerial governance, and enhancing coordination between Government and development partners to avoid fragmentation. Prioritising community engagement and improving last-mile accessibility are essential for equitable coverage across Indonesia's diverse regions.

This study is among the limited studies that traces Indonesia's transition from C4D to SBC with concrete operational gaps, particularly in micro-planning, evidence use, and field-level capacity. It clearly highlights how human-centred SBC design, when paired with stronger systems and localised monitoring ('tailor made M&E models'), can accelerate progress toward child-centred outcomes nationally. With these measures in place, Indonesia's SBC ecosystem is well positioned to deliver more consistent, equitable, and impactful change.

*

Declaration of Conflicting Interests: The authors declared no potential conflicts of interest with respect to the research, authorship and/or publication of this article.

Funding: The authors received no financial support for the research, authorship and/or publication of this article.

Certification: The authors certify that the entire data and information has been accessed through public media and journals for undertaking secondary analysis.

REFERENCES

- Abadi, M., & Dewi, P. A. S. (2024). Situational analysis of the political and economic landscape in Indonesia towards 2045. *Annals of Constantin Brancusi University of Targu Jiu, Letters & Social Sciences Series*, 55. <https://tinyurl.com/3meepwk6>
- Ananta, A., Arifin, E. N., Hasbullah, M. S., Handayani, N. B., & Pramono, A. (2015). Demography of Indonesia's ethnicity. Institute of Southeast Asian Studies. <https://doi.org/10.1355/9789814519668>

- BPS-Statistics Indonesia. (2023). Indonesia Poverty Profile in March 2023. <https://www.bps.go.id/en/pressrelease/2023/07/17/2016/indonesia-poverty-profile-in-march-2023.html>
- Emawati, F., Syaury, A., Arifin, A. Y., Soekatri, M. Y., & Sandjaja, S. (2021). Micronutrient deficiencies and stunting associated with socioeconomic status in Indonesian children aged 6–59 months. *Nutrients*, 13(6), 1802. <https://doi.org/10.3390/nu13061802>
- Fabiz, M. S., Choi, Y., & Bird, S. (2012). A systematic review of Demographic and Health Surveys data quality. *Bulletin of the World Health Organization*, 90(8), 604–612. <https://doi.org/10.2471/BLT.11.095513>
- Faza, A., Rinawan, F. R., Mutyara, K., Purnama, W. G., Ferdian, D., Susanti, A. I., Didah, D., Indraswari, N., & Fatimah, S. N. (2022). Posyandu application in Indonesia: From health informatics data quality bridging bottom-up and top-down policy implementation. *Informatics*, 9(4), 74. <https://doi.org/10.3390/informatics9040074>
- Gupta, D. (2021) In a War with the Virus: Science, People and Politics. *Interações: Sociedade e as novas modernidades*, 40, pp. 130-148. <https://doi.org/10.31211/interacoes.n40.2021.e1>
- Gupta, D., Jai, P. N., & Yadav, J. S. (2021). Strategic communication in health and development: Concepts, applications and programming. *Journal of Health Management*, 23(1), 95–108. <https://doi.org/10.1177/0972063421994943>
- Hasanbasri, M., Maula, A. W., Wiratama, B. S., Espresso, A., & Marthias, T. (2024). Analyzing primary healthcare governance in *Indonesia: Perspectives of community health workers*. *Cureus*, 16(3), e56099. <https://doi.org/10.7759/cureus.56099>
- Julia, M., Van Weissenbruch, M. M., Delemarre-van de Waal, H. A., & Surjono, A. (2004). Influence of socioeconomic status on stunted growth and obesity in prepubertal Indonesian children. *Food and Nutrition Bulletin*, 25(4), 354–360. <https://doi.org/10.1177/156482650402500407>
- Mulyanto, J., Kringos, D. S., & Kunst, A. E. (2019). Socioeconomic inequalities in healthcare utilisation in Indonesia: A comprehensive survey-based overview. *BMJ Open*, 9(7), e026164. <https://doi.org/10.1136/bmjopen-2018-026164>

- Naugle, D. A., & Hornik, R. C. (2014). Systematic review of the effectiveness of mass media interventions for child survival in low- and middle-income countries. *Journal of Health Communication*, 19(sup1), 190–215. <https://doi.org/10.1080/10810730.2014.918217>
- Nobles, J., & Bутtenheim, A. (2008). Marriage and socioeconomic change in contemporary Indonesia. *Journal of Marriage and Family*, 70(4), 904–918. <https://doi.org/10.1111/j.1741-3737.2008.00534.x>
- Petit, V. (2019). The behavioural drivers model: A conceptual framework for social and behaviour change programming. UNICEF. <https://www.unicef.org/reports/behavioural-drivers-model>
- Schmidt, K. (2016). Explaining and promoting household food waste prevention: An environmental psychology intervention study. *Resources, Conservation and Recycling*, 111, 53–66. <https://doi.org/10.1016/j.resconrec.2016.04.006>
- Siahaan, M. (2024). Indonesia Statistica; Demographics and Literacy in Indonesia 2019-2023
- United Nations Population Division. (2024). World Population Prospects: The 2024 revision. <https://population.un.org/wpp>
- World Bank. (2023). Indonesia country partnership framework (2021–2025). <https://www.worldbank.org/en/country/indonesia>

FICHA TÉCNICA

Diretor: **Vasco Almeida**

Conselho de Redação/Associated Editors: **Fernanda Daniel, Henrique Vicente, Inês Amaral, Maria João Barata**

Conselho Editorial/Editorial Board:

Ana Albuquerque Queiroz, Escola Superior de Enfermagem de Coimbra

Ana Maria Botelho Teixeira, Faculdade de Ciências do Desporto e Educação Física, Universidade de Coimbra

Ana Maria Loffredo, Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo

Arley Andriolo, Departamento de Psicologia Social e do Trabalho do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo

Carlos Flores Jacques, School of Humanities and Social Sciences, Al Ahkawayn University Ifrane, Marrocos

Fernanda Rodrigues, Faculdade de Ciências Sociais, Mestrado em Serviço Social, Universidade Católica Portuguesa, Braga

Francisco Esteves, Departamento de Psicologia Social e das Organizações, ISCTE-IUL - Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, Instituto Universitário de Lisboa

Isabel Maria Farias Fernandes de Oliveira, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Departamento de Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal RN

Isabel Soares, Departamento de Psicologia Aplicada, Universidade do Minho, Braga

José A. Bragança de Miranda, Departamento de Ciências da Comunicação, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa

José Carlos Zanelli, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis SC

José Esteves Pereira, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa

José Marques Guimarães, CEPESE – Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade, Porto

José Paulo Netto, Escola de Serviço Social da UFRJ, Rio de Janeiro

José Pedro Leitão Ferreira, Faculdade de Ciências do Desporto e Educação Física, Universidade de Coimbra

José Pinheiro Neves, Departamento de Sociologia ICS, Universidade do Minho

José Pinto Gouveia, Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação, Universidade de Coimbra

Jorge Trindade, Instituto de Psicologia, Porto Alegre

Lúcia Barroco, Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Leny Sato, Instituto de Psicologia, Departamento de Psicologia Social e do Trabalho da Universidade de São Paulo

Manuel Morgado Rezende, Programa de Graduação em Psicologia da Saúde, Faculdade de Psicologia e Fonoaudiologia, Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, SP

Maria Carmelita Yasbek, Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social, Pontífice Universidade Católica de São Paulo

Maria José Aguilar Idáñez, Departamento de Derecho de Trabajo y Trabajo Social, Universidad de Castilla-La Mancha, Cuenca

Maria Nunes Dinis, Division of Social Work, California State University, Sacramento, USA

Mathilde Neder, Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica, Núcleo de Psicologia Hospitalar e Psicossomática, Pontífice Universidade Católica de São Paulo

Paula Cristina Tavares, Faculdade de Ciências do Desporto e Educação Física, Universidade de Coimbra

Paulo Coelho de Araújo, Faculdade de Ciências do Desporto e Educação Física, Universidade de Coimbra

Paulo César Sandler, Sociedade Brasileira de Psicanálise

Pedro Nobre, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, Universidade do Porto

Yara Frizzera Santos, Escola de Serviço Social, Pontífice Universidade Católica Belo Horizonte MG

Editor e Proprietário:
Instituto Superior Miguel Torga
NIPC 900201835
Sede de Redação:
Largo da Cruz de Celas n.º 1
3000-132 Coimbra

Design, Paginação e Web:
Paulo Pratas

ISSN: 2184-3929
ERC: 127497

CAPA: Imagem de fundo, a partir do quadro de Paul Klee, Der Paukenspieller (O Tocador de Tambor), 1940.